

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS
MOVELEIRAS DO PÓLO DE VOTUPORANGA (SP)**

LAURO LODO PRADO

**ARARAQUARA – SP
2009**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS
MOVELEIRAS DO PÓLO DE VOTUPORANGA (SP)**

LAURO LODO PRADO

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Helena Carvalho de Lorenzo

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara - UNIARA,
como parte das exigências para obtenção
do título de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente.

**ARARAQUARA – SP
2009**

Dedico a minha maravilhosa família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, fundamental para minha vida.

À professora Orientadora Dra. Helena Carvalho de Lorenzo, pela grande honra de trabalharmos juntos, pela orientação deste trabalho, pelos ensinamentos, pela compreensão e o companheirismo que sempre me apoiou, e me ensinou o que é ser um pesquisador sendo de extrema valia para obtenção de meu aprendizado e sucesso.

Aos professores do mestrado pelas sugestões e incentivo nessa caminhada, aos colegas da turma de 2008, pelos momentos de discussões, de debates, que sempre me serviram de estímulo para o meu crescimento profissional e pessoal. Para as secretárias do mestrado, que sempre estiveram atentas aos meus prazos e obrigações, e com muita atenção e carinho resolveram meus problemas acadêmicos.

À Banca Examinadora de Qualificação e Defesa, Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida e ao Prof. Dr. Denílson Teixeira, pelas contribuições sugeridas para o alcance do término desse trabalho, pelos elogios ao trabalho e os ensinamentos passados.

Enfim, a todos os meus amigos, colegas e antigos mestres desde a minha infância até os dias atuais por partilharem seus ensinamentos, e que novas sementes germinem...

Áporo

Um inseto cava,
cava sem alarme
perfurando a terra
sem achar escape.

Que fazer, exausto,
em país bloqueado,
enlace de noite
raiz e minério?

Eis que o labirinto
(oh razão, mistério)
presto se desata:

em verde, sozinha,
antieuclidiana,
uma orquídea forma-se.

Carlos Drummond de Andrade

"A alegria de ver e entender é o mais perfeito dom da natureza."

Albert Einstein

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Lauro Lodo Prado

Área de Concentração: **Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Políticas Públicas e Desenvolvimento**

Examinadores	CONCEITO
Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo (Orientador[a])	<i>A PROUADO</i>
Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida	<i>APROVADO</i>
Prof. Dr. Denilson Teixeira	<i>Aprovado</i>

Observações:

*O aluno deverá seguir as recomendações
do banca e apresentar o trabalho final
dentro de 30 dias, empetri retorne.*

Araraquara, 08 de dezembro de 2009


Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
Presidente



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

BANCA DE DEFESA

Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida
UNESP - Araraquara

Prof. Dr. Denilson Teixeira
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
UNIARA - Araraquara

RESUMO

A indústria moveleira tem significativa importância socioeconômica para o Brasil, principalmente nas regiões onde se encontram os pólos produtores de móveis. Votuporanga - SP é um exemplo de cidade que cresce e se desenvolve através do setor moveleiro, são 83 empresas que emprega 36% da população economicamente ativa e mais de 40% da produção do município. Porém a questão socioambiental é observada tangencialmente nessa indústria, pelos empresários dessas indústrias e também pelas instituições que promovem o desenvolvimento do pólo, sendo que os impactos sociais e ambientais causados por esse setor são consideráveis, caracterizados principalmente pela saúde e segurança do trabalhador e os resíduos sólidos. O objetivo geral desse trabalho foi o de identificar e avaliar o conhecimento, a compreensão e a relevância do tema socioambiental para as empresas moveleiras de Votuporanga, além de avaliar a percepção, agem e fomentam os atores envolvidos no desenvolvimento do pólo no que tange dimensão socioambiental no processo de gestão das empresas da indústria de móveis dessa cidade. Para esta pesquisa utilizou-se um estudo de caso, a população de interesse deste estudo abrange 23 das 83 empresas fabricantes de móveis que são filiadas a AIRVO, escolha dessa população deu-se pelos critérios de acessibilidade, ou seja, uma amostra intencional, não probabilística, de forma a privilegiar a coleta qualitativa das informações. A amostragem utilizada nesta pesquisa foi a estratificada não proporcional, que consiste em selecionar uma amostra em cada subgrupo da população considerada, com o tamanho de cada subgrupo na amostra não sendo proporcional ao tamanho destes na população de interesse, caracterizando-se como não probabilística. Assim, foram combinados dois subgrupos de interesse: tamanho das empresas (em relação ao número de funcionários) e tipo de produto fabricado (móveis com predominância de madeira). Além das empresas, para um entendimento maior e mais aprofundado das questões socioambientais neste pólo moveleiro, foram questionados os atores que atuam com parte participativa no desenvolvimento e fiscalização do setor de móveis na cidade de Votuporanga, que são: AIRVO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, SEBRAE, CETESB, UNIFEV e Ministério do Trabalho. Para a realização da coleta de dados, o instrumento utilizado foi o questionário, respondido pelos responsáveis ou conhecedores de todos os processos das empresas pesquisadas e pelos representantes das instituições pesquisadas. Os questionários exploram a percepção socioambiental, ações e práticas desse tema, perfil da empresa e entrevistado e desafios para adoção da postura socioambiental.

PALAVRAS – CHAVE: Indústria moveleira, gestão socioambiental, impactos socioambientais, desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The furniture industry has significant economic importance to Brazil, mainly in regions where the producing areas of furniture. Votuporanga - SP is an example of a city that grows and develops through the furniture sector, are 83 companies employing 36% of the economically active population and over 40% of the city. But the environmental issue is seen tangentially in the industry, by business and also the institutions that promote the development of region, and the social and environmental impacts caused by this sector are considerable, mainly characterized by health and worker safety and solid waste. The aim of this study was to identify and assess the knowledge, understanding and relevance of the issue to the environmental Votuporanga furniture companies, and to evaluate how they think, act and encourage the actors involved in the development of the region when it comes to social-environmental process management companies in the furniture industry in this city. For this research used a case study, the population of interest for this study covers 23 of the 83 manufacturers of furniture that are affiliated to AIRVO, choice of this population was given by the criteria of accessibility, a convenience sample, not probabilistic, in order to put the collection of qualitative information. The sample used in this study was the non-proportional stratified, which is to select one sample in each subgroup of the population considered, with the size of each subgroup in the sample is not proportional to the size of the population of interest, characterized as non-probabilistic. Therefore, we combined two subgroups of interest: size of business (in relation to the number of employees) and type of product manufactured (mobile predominantly wood). In business for greater understanding and deeper understanding of environmental issues in the furniture industry, the actors were asked to work with the participatory development and monitoring of the furniture sector in the city of Votuporanga, which are: AIRVO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, SEBRAE, CETESB, UNIFEV e Ministério do Trabalho. To perform data collection, the instrument used was a questionnaire filled out by responsible and knowledgeable of all processes of the companies surveyed and the representatives of the institutions surveyed. The questionnaires explore the social-environmental perceptions, actions and practices of this theme, company profile and interview and challenges for adoption of environmental attitude.

KEY - WORDS: furniture industry, management, environmental impacts, social-economic development.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO.....	10
O tema e o problema de pesquisa.....	10
Objetivos, hipóteses e justificativa.....	16
Metodologia e fontes de dados.....	17
Limites do trabalho.....	20
Organização da dissertação.....	20
1 – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um conceito em debate.....	22
1.1 Caminhos do desenvolvimento.....	22
1.1.1 O Conceito de desenvolvimento.....	23
1.1.2 A adoção de um novo conceito: o sustentável.....	26
1.1.3 Empresas e sustentabilidade.....	29
1.2 Responsabilidade Socioambiental - Definições e histórico.....	32
1.3 Gestão Socioambiental.....	44
1.3.1 Práticas socioambientais estratégicas.....	47
1.3.2 Desafios para uma gestão socioambiental.....	59
1.4 Responsabilidade Socioambiental em Micro, Pequenas e Médias empresas.....	60
1.4.1 Desafios socioambientais em Micro, Pequenas e Médias empresas.....	64
2 – A INDÚSTRIA MOVELEIRA: histórico, caracterização, importância econômica e social e panorama socioambiental.....	70
2.1 A indústria moveleira	70

2.1.1 Histórico nacional.....	71
2.1.2 Principais características.....	72
2.1.3 Pólos produtores.....	80
2.2 A importância econômica e social do setor moveleiro no Brasil.....	84
2.3 A questão e desafios socioambientais na indústria moveleira.....	96
2.3.1 Impactos da indústria de base de madeira.....	101
2.3.2 Programas e alternativas para os desafios socioambientais da indústria moveleira.....	105
3 – VOTUPORANGA: vocação produtiva e olhares tangenciados para a questão socioambiental.....	114
3.1 O Pólo moveleiro de Votuporanga-SP.....	114
3.1.1 Histórico.....	115
3.1.2 Da região de delimitação territorial do pólo de Votuporanga	122
3.2 Pólo moveleiro, desenvolvendo a cidade de Votuporanga	129
3.3 Os atores: AIRVO/ Prefeitura Municipal/ SEBRAE/ UNIFEV-CEMAD/ CETESB/ Ministério do Trabalho.....	133
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	138
4.1 As empresas.....	138
4.1.1 Perfil dos entrevistados e das empresas pesquisadas.....	138
4.1.2 Conhecimentos e conceitos sobre Responsabilidade Socioambiental.....	142
4.1.3 Ações e práticas sobre Responsabilidade Socioambiental.....	144
4.1.4 Desafios para adoção de sistemas de Responsabilidade Socioambiental.....	147
4.1.5 Participação e cooperação na sociedade.....	149
4.1.6 Temas gerais sobre Responsabilidade Socioambiental.....	150
4.2 Os atores.....	152
4.2.1 AIRVO.....	152
4.2.2 Poder Executivo.....	153
4.2.2.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico.....	154
4.2.2.2 SAEV – Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga.....	154
4.2.2.3 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.....	155

4.2.3 CETESB.....	156
4.2.4 UNIFEV.....	157
4.2.5 Ministério do Trabalho.....	158
4.2.6 SEBRAE.....	159
4.3 Olhares sobre a pesquisa.....	159
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
6 – REFERÊNCIAS	167

ANEXOS

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 – Paradigma cartesiano versus paradigma da sustentabilidade.

Quadro 2 – Indicadores sociais internos

Quadro 3 – Indicadores sociais externos

Quadro 4 – Indicadores ambientais

Quadro 5: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas ao recrutamento e seleção.

Quadro 6: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à orientação de pessoas e à modelagem de cargos.

Quadro 7: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à higiene, segurança e qualidade de vida.

Quadro 8: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas aos sistemas de informações internas.

Quadro 9: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à promoção, à educação e à capacitação.

Quadro 10: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à remuneração e benefícios.

Quadro 11 Classificação das empresas por numero de funcionários, segundo ABIMÓVEL

Quadro 12 - Principais Características do Segmento de Móveis de Madeira para Residências.

Quadro 13: Identificação pessoal do representante da AIRVO

Quadro 14: Identificação pessoal do representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico

Quadro 15: Identificação pessoal do representante da SAEV

Quadro 16: Identificação pessoal do representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Quadro 17: Identificação pessoal do representante da CETESB

Quadro 18: Identificação pessoal do representante da UNIFEV

Quadro 19: Identificação pessoal do representante do Ministério do Trabalho

Quadro 20: Identificação pessoal do representante do SEBRAE

FIGURAS

Figura 1 – Os quatro tipos de responsabilidade social

Figura 2 – As três abordagens de Responsabilidade social

Figura 3: Principais razões para a adoção de medidas gerenciais associadas à gestão ambiental

Figura 4 - Cadeia Produtiva da Indústria de Madeira e Móveis

Figura 5 - Distribuição espacial das empresas da indústria de móveis

Figura 6 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: Variação da produção física (taxa acumulada nos últimos quatro trimestres – I/2006 a IV/2007)

Figura 7 – Comércio Externo da Indústria Brasileira de Móveis (2000-2007)

Figura 8 – Indústria Brasileira de Móveis: distribuição das exportações por estado (2003-2006)

Figura 9: Distribuição dos acidentes de trabalho segundo a ocupação e a parte do corpo afetada nas áreas selecionadas - 2002-2004.

Figura 10: Distribuição dos acidentes de trabalho segundo o diagnóstico médico e o agente causador nas áreas selecionadas - 2002-2004.

Figura 11- Vantagens e desvantagens de acabamentos para madeira

Figura 12- Vantagens e desvantagens de técnicas de pintura

Figura 13 - Indústria transformação/fabricação de móveis e indústrias diversas/fabricação de artigos do mobiliário

GRÁFICOS

Gráfico 8 – Área de atuação dos entrevistados na empresa

Gráfico 9 – Perfil dos entrevistados por faixa etária

Gráfico 10 – Gênero dos entrevistados

Gráfico 11 – Grau de instrução dos pesquisados

Gráfico 12 – Classificação das empresas por tamanho

Gráfico 13 – Segmento de atuação das empresas entrevistadas

Gráfico 14 – Diversidade de gênero no ambiente de trabalho das empresas pesquisadas

Gráfico 15 – Principais produtos produzidos pelas empresas pesquisadas

Gráfico 16 – Faturamento das empresas pesquisadas com relação ao ano anterior

Gráfico 17 – Grau de entendimento sobre o conceito de Responsabilidade Socioambiental

Gráfico 18 – Importância de investimento em Responsabilidade Socioambiental no atual cenário econômico

Gráfico 19 – Principais ações e práticas socioambientais das empresas pesquisadas

Gráfico 20 – Razões para adoção de práticas socioambientais.

Gráfico 21 – Desafios para adoção de práticas socioambientais

Gráfico 22 – Pretensão de investimento socioambiental em 2010

Gráfico 23 – Áreas de investimento socioambiental em 2010

Gráfico 24 – Instituições que estimulam o tema socioambiental nas indústrias de móveis de Votuporanga

Gráfico 25 – Temas gerais de Responsabilidade Socioambiental

Gráfico 26 – Nível de exigência no campo ambiental

Gráfico 27 – Importância de práticas socioambientais na empresas

Gráfico 28 – Origem da madeira usada na produção de moveis das empresas entrevistadas

TABELAS

Tabela 1 - Crescimento percentual das indústrias segundo o porte, no período 1996-2002

Tabela 2 – Pólos moveleiros no Brasil

Tabela 3 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: empresas, pessoal ocupado e porte médio (1996-2005)

Tabela 4 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: total de salários e salário médio (1996-2005)

Tabela 5 - Indústria Brasileira de Móveis: evolução da criação de emprego formal (2006-2007)

Tabela 6 – Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: valor da transformação industrial e produtividade (1996-2005)

Tabela 7 – Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: valor bruto da produção e custos das operações industriais (1996-2005)

Tabela 8 - Setor Moveleiro: produção, consumo e comércio exterior (2000-2006)

Tabela 9 – Comércio Externo da Indústria Brasileira de Móveis (2000-2007)

Tabela 10 - Indústria Brasileira de Móveis: principais países de destino das exportações (2000 e 2007)

Tabela 11 – Fabricação de artigos do mobiliário / indústria de transformação do Estado de São Paulo

Tabela 12 – Distribuição das empresas fabricantes de artigos do mobiliário da região noroeste paulista

Tabela 13- Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nas empresas fabricantes de artigos do mobiliário / por Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Tabela 14 - Número de empreendimentos de empresas fabricantes de artigos do mobiliário / por município integrante do Pólo de Móveis de Votuporanga e Região

Tabela 15- Classificação por porte das empresas fabricantes de artigos do mobiliário do Pólo de Móveis de Votuporanga e Região

Tabela 16 - Pessoal ocupado das empresas fabricantes de artigos do mobiliário do Pólo de Votuporanga e Região

Tabela 17 - Indicadores socioeconômicos da Região Administrativa de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo

Tabela 18 – Indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes da base territorial da AIRVO – Associação Industrial da Região de Votuporanga

Tabela 19 – Indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes da base territorial da AIRVO – Associação Industrial da Região de Votuporanga (continuação)

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIMÓVEL - Associação Brasileira de Indústrias Moveleiras
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
AFAN - Associação Nacional dos Fabricantes de Móveis
AIRVO - Associação Industrial da Região de Votuporanga
AMAs - Acordos Multilaterais Ambientais
ASSIMI - Associação Industrial de Mirassol
BANESPA - Banco de Estado de São Paulo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMAD - Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário de Votuporanga
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FATEC - Faculdade de Tecnologia
FEA/USP - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia
PROEP - Programa de Reforma da Educação profissional
FUVEC - Fundação Votuporanguense de Educação e Cultura
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPD - Interior Paulista Design

MDF - Medium Density Fiber Board

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MOVINTER – Feira de Móveis do Estado de São Paulo

OCED - Organizações para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PIA - Pesquisa Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

PLAMIVO - Plano de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROMÓVEL - Programa Brasileiro de Incremento à Exportação de Móveis

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PRUMO – Programa Unidade Móvel

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SINDMOB - Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Votuporanga

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

SST - Saúde e Segurança no Trabalho

TECHMÓVEL – Feira de Tecnologia Moveleira

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga

VOCs - Compostos Orgânicos Voláteis

VTI - Valor da Transformação Industrial

INTRODUÇÃO

O tema e o problema de pesquisa

A degradação ambiental, os riscos de colapso dos sistemas sociais e econômicos são sinais da crise de valores da atual civilização. Há, portanto, necessidade emergente de uma nova atitude crítica sobre a vida na Terra. Sociedade civil, sociedade política, Estado e mercado, precisam rever seus legítimos papéis. A sustentabilidade humana, isto é, a garantia de sobrevivência das futuras gerações, depende de uma relação harmônica entre natureza, sociedade e o ser humano.

Critica-se a desarticulação de movimentos sociais de consumo, por ausência de um processo de conscientização, a ineficiência de políticas públicas e a necessidade de uma regulação de mercado, para que diferentes atores, envolvidos em uma cadeia produtiva, adotem normas socioambientais politicamente corretas.

Outra temática, integrante da pauta de debates sobre meio ambiente e sociedade, é a responsabilidade socioambiental das empresas. A gestão de qualidade empresarial passa, no século XXI, pela obrigatoriedade de que sejam implantados sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matéria-prima, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais, tendo como meta prospectiva o surgimento de um novo ciclo, em que a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado.

Neste sentido, focaliza-se aqui o setor moveleiro, que no Brasil tem uma grande importância social e econômica principalmente nas regiões onde se encontram os pólos moveleiros. Por essa importância, muitos estudos foram e estão sendo praticados sobre a indústria de móveis em nosso país, porém a questão socioambiental atua apenas como coadjuvante nessas pesquisas. Essa indústria utiliza um grande volume de matéria-prima florestal, que se for explorada e utilizada corretamente causará um menor impacto ao meio ambiente, por se tratar de um recurso renovável, além de pouco se preocupar com a destinação de seus resíduos, com a saúde do trabalhador e a capacitação de gestores e colaboradores.

Podemos começar lembrando que etimologicamente a palavra responsabilidade vem de responder. Daí, responsabilidade socioambiental pode ser entendida como a capacidade de responder aos problemas sociais e ambientais que vivenciamos (LIMA,

2007). Tal entendimento pode ser transferido para dentro das organizações empresariais, com ações e práticas que tragam benefícios para o ambiente, funcionários, empresas e conseqüentemente para toda a sociedade. A noção de Responsabilidade Socioambiental que, crescentemente, penetra nosso cotidiano precisa ser entendida no contexto das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais experimentadas pela sociedade contemporânea a partir das décadas finais do século passado (LIMA, 2007).

A convergência de várias forças econômicas levou alguns acadêmicos, a partir da década de 1970, a reexaminarem a noção de “responsabilidade social corporativa” definida nos seus primórdios pelo princípio da caridade, que exigia um auxílio dos indivíduos mais ricos aos menos afortunados da sociedade, diretamente ou com igrejas e fundos comunitários. Os argumentos éticos e instrumentais são atualmente as bases da responsabilidade social corporativa. Éticos porque consideram dever das empresas praticar ações sociais por ser uma atitude moralmente correta. Já a linha instrumental defende a responsabilidade social corporativa como forma de trazer vantagem competitiva às empresas (VOLPN e MACEDO-SOARES, 2007).

Carroll (1999), evoluindo na linha instrumental, propõe uma visão mais abrangente, que inclui a cidadania empresarial. Ele define quatro dimensões da responsabilidade social corporativa: econômica, legal, ética e filantrópica. Assim, para ser socialmente responsável, a organização deveria ser lucrativa, obedecer às leis, ter uma atitude ética e, ainda, praticar atividade de filantropia.

Autores contemporâneos, apesar da divergência quanto ao mérito da responsabilidade social, consideram que transformações no papel da empresa, governo e, em especial, da sociedade, proporcionaram uma nova visão da questão. Para Ashley (2002, p.6):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, (...), agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização (...) assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

A responsabilidade social assumiu recentemente novas características, e para Ashley (2002) e Melo Neto e Froes (1999), engloba, além dos públicos externos e

internos, a preservação ambiental, como vetores que convergem o investimento das empresas em responsabilidade social.

Porém para Reinhardt (1999) a preservação ambiental não deve ser considerada como uma ação de responsabilidade social. Para o autor, o investimento ambiental está intrinsecamente relacionado à sustentabilidade do negócio; portanto, incluir essa variável no campo da responsabilidade social levaria a empresa a ignorar oportunidades e riscos resultantes dos problemas ambientais. Com relação ao desempenho da empresa e à responsabilidade socioambiental, Hart (1997) diz que as empresas necessitam instituir uma visão de economia global sustentável, ou seja, desenvolver competências e estratégias associadas com o meio ambiente, e, ao mesmo tempo, coerentes com os problemas das diferentes economias de sobrevivência, de mercado e da natureza. (VOLPN e MACEDO-SOARES, 2007).

De acordo com Lima 2007, a responsabilidade socioambiental, nesse sentido, emergiu desse conjunto de processos que compreendem:

- a) a destruição ambiental produzida pelo processo de crescimento econômico e industrial;
- b) o agravamento da crise social resultante do modelo de desenvolvimento concentrador e excludente;
- c) a tomada de consciência social da gravidade desses processos tornados públicos pelos meios de comunicação de massa;
- d) o surgimento de movimentos da sociedade civil em defesa de direitos e lutas de ampliação da cidadania para incluir direitos relativos ao consumidor, ao meio ambiente, à saúde pública e à responsabilização dos agentes da degradação;
- e) a constatação da incapacidade do Estado em responder à complexidade e à dimensão dos novos problemas;
- f) a percepção por parte das empresas de que o agravamento das crises social e ambiental pode comprometer a reprodução da ordem capitalista e a lucratividade das empresas, na medida em que ameaçam a paz social, o crescimento do consumo, a oferta de energia e de recursos naturais entre outros limites;
- g) a deflagração de iniciativas múltiplas de diversos setores sociais que a partir de seus interesses particularistas se apropriam do discurso de desenvolvimento sustentável de defesa da compatibilização entre o econômico, o social e o ambiental.

Nesse sentido, a variável socioambiental representa um novo condicionante interno ao processo decisório empresarial e não mais um fator exógeno e antagônico.

Observa-se que, diante das transformações da economia mundial, cuja globalização alterou profundamente as características da demanda, o desempenho socioambiental passou a integrar as exigências de qualidade nos bens e serviços. Logo, as empresas bem sucedidas serão aquelas que conseguirem superar os desafios advindos da incorporação da variável ambiental e social em suas estratégias de longo prazo e que possam aproveitar as oportunidades que estão surgindo. (GUIMARÃES, DEMAJOROVIC e OLIVEIRA, 1995).

A preocupação com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis estará cada vez mais presente entre os temas de gestão. É nesse sentido que a responsabilidade socioambiental pode ser percebida como um dos temas mais debatidos e propagados na gestão empresarial, tornando-se uma variável importante na estratégia competitiva das empresas (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Na atualidade, as práticas de responsabilidade socioambiental, normalmente estão ligadas com as grandes corporações que investem em projetos sociais, ostentam certificados internacionais, consolidam uma imagem de empresa socialmente responsável e, por fim, comunicam seus resultados por meio do relatório e balanço social. Na contramão, encontramos as micro, pequenas e médias empresas que geralmente tem dificuldades para praticar e iniciar ações de responsabilidade socioambiental por falta de recursos financeiros e desconhecimento do tema.

Na atividade de fabricação de móveis, as principais características das empresas desse setor são: administração familiar, cultura tradicional, capital nacional, pouca infra-estrutura e micro, pequenas e médias em tamanho.

Com este perfil, as empresas do setor moveleiro estão suscetíveis aos desafios colocados pela globalização econômica e aos questionamentos crescentes em relação aos impactos socioambientais decorrentes das atividades empresariais. Até o presente momento, no entanto, existem poucos estudos sobre práticas de gestão empresarial socialmente responsável neste setor (SILVA, 2008).

Na indústria de móveis encontram-se a reunião de diversos processos de produção, envolvendo diferentes matérias-primas e uma diversidade de produtos finais, e pode ser segmentada principalmente em função dos materiais com que os móveis são confeccionados (madeira, metal e outros), assim como de acordo com os usos a que são destinados (em especial, móveis para residência e para escritório). Além disso, devido a aspectos técnicos e mercadológicos, as empresas, em geral, são especializadas em um

ou dois tipos de móveis, como, por exemplo, de cozinha e banheiro, estofados, entre outros (FOCHI, 2007).

Em função da tecnologia já ser muito difundida e acessível, a estreita cooperação entre as indústrias de móveis e de máquinas - como ocorre em alguns países da Europa - permite uma constante atualização da base técnica. Como o processo produtivo não é contínuo, a modernização, muitas vezes, pode ocorrer apenas em determinadas etapas da produção. Em algumas fábricas, segundo Fochi (2007), portanto, é possível que máquinas modernas coexistam com máquinas obsoletas. Além da tecnologia, os demais fatores de competitividade da indústria de móveis relacionam-se com novas matérias-primas, design, especialização da produção, estratégias comerciais e de distribuição, entre outros. A dinâmica das inovações baseia-se, principalmente, naquelas que se referem ao produto, através do aprimoramento do design e da utilização de novos materiais. A qualidade do produto final é julgada de acordo com as seguintes variáveis principais: material, design e durabilidade.

A formação da cultura dos móveis no Brasil iniciou-se no começo do século passado, na cidade de São Paulo e seus municípios limítrofes – Santo André, São Caetano e São Bernardo – que assistiram ao surgimento de pequenas marcenarias de artesãos italianos, gerado pelo aumento do fluxo imigratório. Os pólos localizados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina podem ser igualmente caracterizados como pólos pioneiros, de modo que, também nesses estados, a atividade moveleira foi contemporânea a um contexto industrial embrionário de formação do mercado interno baseado no trabalho assalariado e ao incremento do movimento imigratório que se delineava (FOCHI, 2007).

Os outros pólos moveleiros – Mirassol, Votuporanga, Ubá e Araçatuba – foram implantados mais recentemente, no ciclo de substituição de importações pós-guerra, a partir de iniciativas empresariais, com estímulos e linhas de financiamento governamentais, sobretudo aquelas datadas do fim dos anos 60 até o início da década de 1980 (Coutinho, 1999). Assim como em outros países, a indústria de móveis caracteriza-se pela organização em pólos regionais, sendo os principais: Grande São Paulo (SP), Bento Gonçalves (RS), São Bento do Sul (SC), Araçatuba (PR), Ubá (MG), Votuporanga e Mirassol (SP).

Como exemplo de importante pólo produtor de móveis, este estudo considera o pólo de Votuporanga, localizado na região norte do estado de São Paulo, bem próximo à região do Triângulo Mineiro, em especial, ao município mineiro de Uberaba, o

município de Votuporanga abriga o “segundo mais importante pólo moveleiro do país, depois de São Bento do Sul (SC)” (Suzigan et alii, 2001). Esse pólo produtor de móveis abriga além de Votuporanga, as cidades de Valentim Gentil, Fernandópolis, Tanabi, Nhandeara, e outras.

Segundo o sindicato e a associação patronal da indústria moveleira de Votuporanga – AIRVO/SINDMOB (Associação Industrial da Região de Votuporanga / Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Votuporanga), o plano de desenvolvimento do pólo aponta a existência de 221 empresas, sendo apenas na cidade de Votuporanga 83 empresas, divididas em 60 microempresas, 22 pequenas empresas e 1 média empresa. Estas indústrias têm peso significativo na cidade, representando mais de 50% das atividades econômicas do município e empregam aproximadamente mais de 3.000 pessoas, que correspondem a mais de 35% da população economicamente ativa.

Votuporanga é um legítimo representante do sistema de produção local da micro, pequena e média empresa no Brasil. Suas qualidades e características compõem-se de diversos fatores representativos do segmento, tais como: iniciativa de planejamento participativo, articulação com instituições de pesquisa e desenvolvimento e indicadores econômicos expressivos (faturamento, exportação, empregos). Como exemplos da ativa participação de atores que fortalecem o planejamento e desenvolvimento do setor podem citar AIRVO, Prefeitura Municipal (representada pelas Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Planejamento Urbano e de Meio Ambiente), SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e UNIFEV/CEMAD (Centro Universitário de Votuporanga, Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário).

Para tanto, é fundamental que indústrias do segmento moveleiro tenham conhecimento do impacto socioambiental causado por elas, buscando assim investir em tecnologias que prezem pelo meio ambiente, além de buscar informações sobre as formas de obtenção da matéria-prima certificada, o uso do material sem desperdício e o descarte e tratamentos mais indicados para os resíduos gerados no decorrer do processo de fabricação, a preocupação com a segurança e a saúde de seus colaboradores, a aproximação com a comunidade que está inserida e com a educação de seu quadro de funcionários, tanto os gestores quanto o “chão de fábrica”.

Existe, portanto, um desafio fundamental a ser enfrentado centrado na possibilidade de que a disponibilização e a melhora das instituições sociais se tornem elementos facilitadores de um processo que reforce os argumentos para a construção de

uma sociedade sustentável, a partir das premissas de uma cidadania ativa e de mudanças na construção de valores individuais e coletivos. Daí o sentido de conhecer o nível de compreensão e de presença de fatores de responsabilidade socioambiental nas empresas moveleiras de Votuporanga e saber como pensam as instituições relacionadas ao pólo.

Objetivos, hipóteses e justificativa

Em vista da contextualização acima descrita, esta dissertação procura aprofundar o estudo das seguintes questões de pesquisa:

Qual é o entendimento, a proximidade, e a relevância das empresas moveleiras da cidade de Votuporanga – SP sobre o tema Socioambiental? Como os atores envolvidos no desenvolvimento desse pólo pensam e agem a respeito desse tema?

Quais são os principais desafios para a aproximação do tema socioambiental no Pólo moveleiro na cidade Votuporanga?

De forma a buscar responder às questões apresentadas, a hipótese formulada para este trabalho, segue:

- Em função das carências das empresas moveleiras em termos de recursos econômicos e de desenvolvimento, a maior parte delas desconhece, não se interessa e não programa práticas de gerenciamento social e ambiental. E também, o apoio institucional dos atores envolvidos no desenvolvimento desse setor não fomentam tais ações sociambientalmente responsáveis.

O objetivo geral deste trabalho será identificar e avaliar o conhecimento, a compreensão e a relevância do tema socioambiental para as empresas moveleiras de Votuporanga, além de avaliar como pensam, agem e fomentam os atores envolvidos no desenvolvimento do pólo no que tange à dimensão socioambiental no processo de gestão das empresas da indústria de móveis de Votuporanga-SP.

Como complementos do objetivo geral surgem os objetivos específicos, que são:

- Identificar e analisar o perfil das empresas moveleiras da cidade de Votuporanga e dos atores que participam no desenvolvimento do pólo;
- Identificar e avaliar os principais desafios para agregar valor à gestão social e ambiental na indústria de móveis de Votuporanga;
- Identificar os principais impactos socioambientais associados à atividade do setor moveleiro e possíveis práticas e ações socioambientais nesse pólo.

Justifica-se o desenvolvimento dessa pesquisa pelo tema socioambiental atuar apenas como coadjuvante em trabalhos sobre a indústria moveleira, e por esse ramo de atividade ser de extrema importância econômica e social para a cidade de Votuporanga e conseqüentemente para sua região.

Metodologia e fontes de dados

De acordo com Richardson *et al.* (1999), a metodologia não é um simples conteúdo, mas, sim, um instrumental indispensável para desenvolver pesquisas científicas em qualquer área. Por esse motivo, diante de dois métodos racionais, o dedutivo e o indutivo, optou-se, neste estudo, pela direção ascendente, ou seja, a indução.

Segundo Ruiz (1996, p. 139), “A indução caminha do registro de fatos singulares ou menos gerais para chegar a conclusão desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral”.

Para esta pesquisa utilizou-se um estudo de caso, considerado por Bonama (1985), a forma mais adequada para pesquisas com acontecimentos abrangentes e complexos, estudados dentro do seu contexto, de forma exploratória, explanatória ou descritiva.

Desta forma, os estudos de caso consistem na estratégia preferida quando são colocadas questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco do trabalho recai sobre fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. O estudo de caso utiliza várias das técnicas usadas pelas pesquisas históricas, mas adiciona duas fontes de evidências que na maioria das vezes não constam no repertório dos historiadores: a observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas com as pessoas que neles estão envolvidas (Yin, 2005). Estas características de contemporaneidade dos acontecimentos e o tipo de questões colocadas tornam a metodologia de estudo de caso especialmente adequada para o presente trabalho, tendo em consideração os questionamentos e objetivos propostos anteriormente.

Procurou-se no trabalho identificar e avaliar o conhecimento, a compreensão e a relevância do tema socioambiental por parte das empresas moveleiras de Votuporanga, além de avaliar como pensam, fomentam e agem os atores envolvidos no

desenvolvimento do pólo no que tange à dimensão socioambiental no processo de gestão das empresas da indústria de móveis de Votuporanga-SP.

O estudo foi conduzido em três etapas: [1] o planejamento que compreendeu ações relacionadas à concepção da pesquisa, iniciando um levantamento bibliográfico, seguindo da identificação do local para o desenvolvimento da amostragem (empresas, instituições e entrevistados). Além da definição e requisitos e estratégias desejáveis para alcançar o objetivo principal do trabalho; [2] a coleta de dados, que abrangeu o processo de coleta das informações, através de uma pesquisa de campo, com entrevistas e um questionário semi-estruturado e observação in loco; [3] a análise dos dados, auxiliadas por ferramentas qualitativas das informações, que permitam representar os resultados encontrados por meio de uma tabulação em figuras e gráficos.

- Delimitação

O local de estudo e coleta de dados foi a cidade de Votuporanga-SP, situada no noroeste do estado de São Paulo a 520 Km de sua capital. As indústrias do setor de produção de móveis que compõem o Pólo moveleiro de Votuporanga foram eleitas como objeto desta pesquisa.

A população de interesse deste estudo abrange 23 das 83 empresas fabricantes de móveis que são filiadas a AIRVO. A escolha dessa população deu-se pelos critérios de acessibilidade, ou seja, uma amostra intencional, não probabilística, de forma a privilegiar a coleta qualitativa das informações.

A amostragem utilizada nesta pesquisa foi a estratificada não proporcional, que consiste em selecionar uma amostra em cada subgrupo da população considerada, com o tamanho de cada subgrupo na amostra não sendo proporcional ao tamanho destes na população de interesse, caracterizando-se como não probabilística. Assim, foram combinados dois subgrupos de interesse: tamanho das empresas (em relação ao número de funcionários) e tipo de produto fabricado (móveis com predominância de madeira), pois neste setor além de madeira existem fabricação com predominância de metais e outros materiais. Além das empresas, para um entendimento maior e mais aprofundado das questões socioambientais neste pólo moveleiro, foram questionados os atores que atuam como participantes no desenvolvimento e fiscalização do setor de móveis na cidade de Votuporanga, que são: AIRVO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SAEV-Superintendência de Água

e Esgoto de Votuporanga), Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, SEBRAE, CETESB, UNIFEV e Ministério do Trabalho.

- Coleta e tratamento de dados

Para a realização da coleta de dados, o instrumento utilizado foi o questionário (Anexo), respondido pelos responsáveis ou conhecedores de todos os processos das empresas pesquisadas (como gerentes industriais, administrativos ou comerciais, sócios, proprietários), pelos representantes de AIRVO, SEBRAE, CETESB, UNIFEV, Ministério do Trabalho e secretários municipais de Desenvolvimento Econômico, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SAEV) por meio de entrevistas pessoais com roteiro previamente elaborado, não disfarçado, com questões abertas e fechadas. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado, segundo Gil (1994).

Os questionários exploram a percepção socioambiental, ações e práticas desse tema, perfil da empresa e entrevistado e desafios para adoção da postura socioambiental.

Para as empresas, o questionário buscou as seguintes informações:

- a) perfil do entrevistado – atuação na empresa, idade, nacionalidade, sexo, grau de escolaridade e área de formação;
- b) perfil da empresa: tipo/segmento de móvel fabricado, tempo de atividade, principal produto, número de funcionários, aumento ou decréscimo de faturamento, exportação;
- c) responsabilidade socioambiental: conhecimento sobre o tema, ações e práticas, desafios para a adoção da postura socioambiental, participação e cooperação na sociedade e temas gerais.

Já o questionário para os atores atuantes no desenvolvimento do pólo buscou-se basicamente informações sobre o entrevistado, o conhecimento do tema socioambiental, as ações desenvolvidas pela instituição representada, os desafios para as empresas adotarem práticas socioambientais e expectativas.

Após a aplicação dos questionários, foram realizadas as análises dos dados obtidos nas entrevistas, de forma qualitativa, sendo estas transformadas em números percentuais para melhor leitura das informações.

Limites do trabalho

Como a intenção de atingir os objetivos estipulados para a pesquisa foi de conhecer o grau de proximidade, conhecimento e relevância do tema socioambiental para as empresas moveleiras de Votuporanga, surgiram algumas arestas pra serem interpretadas em outros estudos.

Exemplo disso foi a não apuração aprofundada do processo de produtivo completo de móveis. A visita nas empresas para a aplicação dos questionários aconteceu nos escritórios das mesmas, pois o interesse para responder as questões formuladas era principalmente os empresários, proprietários, sócios, gerentes, etc. Feitas as entrevistas nos escritórios e áreas administrativas, o espaço físico destinado a produção não foi visitado, principalmente pela não autorização das pessoas que responderam os questionários. Diante disso, a apuração e constatação das reais condições de produção, trabalho, limpeza, recebimento e armazenamento de matéria prima não foram mencionadas.

Outro exemplo que pode ser aprofundado em outros estudos é a análise da cadeia produtiva da indústria de móveis, ou seja, com o final no consumo e início na extração da madeira. Os impactos sociais e ambientais na extração da madeira são extremos e a desconscientização dos consumidores de móveis que não se importam com a origem da madeira e com seu processo produtivo. Fica evidente que se a exigência de produtos produzidos com responsabilidade socioambiental por parte de quem consome fosse generalizada, a história seria outra.

Organização da dissertação

A estrutura do trabalho inicia-se com a introdução, com a finalidade de elucidar o assunto a ser desenvolvido (responsabilidade socioambiental), delimita o tema, justifica sua importância, explicitam os objetivos, as questões da pesquisa, os materiais e métodos e as fontes de pesquisa: o delineamento do estudo, a estratégia da pesquisa, o universo a ser pesquisado e a amostragem.

O capítulo 1 descreve o conceito de Responsabilidade Socioambiental, introduzido com a discussão de desenvolvimento sustentável, as empresas e desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e ambiental corporativa e

empresarial, a gestão socioambiental com suas estratégias e o tema socioambiental em micro, pequenas e médias empresas.

O capítulo 2 caracteriza o setor da indústria moveleira, seu histórico, sua caracterização, a importância econômica e social, o panorama socioambiental, os programas ambientais na indústria de móveis no Brasil, os impactos da indústria de base de madeira.

O capítulo 3 trata especificamente do pólo moveleiro de Votuporanga, seu histórico, sua vocação produtiva, a questão socioambiental nesse pólo e seus desafios socioambientais.

O capítulo 4 apresenta e discute os resultados da pesquisa de campo avaliando o grau de conhecimento e compreensão do tema socioambiental nas empresas do pólo e as considerações dos atores envolvidos no desenvolvimento do setor. Finalmente o capítulo 5 apresenta as considerações finais do trabalho.

1 – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um conceito em debate

1.1 Caminhos do desenvolvimento

Historicamente o conceito de desenvolvimento tem dois sentidos. O primeiro está relacionado à evolução do sistema de produção, ao processo de acumulação e progresso técnico, com o objetivo de elevar a produtividade da força de trabalho. O segundo diz respeito à relação entre desenvolvimento e o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980).

Ambos os sentidos citados de desenvolvimento implicam na compreensão dos seus desdobramentos, que estão relacionados à eficácia do sistema social de produção, à satisfação das necessidades elementares da população e ao interesse dos grupos dominantes na economia na utilização dos recursos naturais (SANTOS NEVES, 2008). Nesse último aspecto, dos recursos naturais, que a concepção de desenvolvimento encontra seu maior dilema, ou seja, como conciliar a exploração dos recursos naturais escassos com a satisfação das necessidades da população, sem degradar suas condições de existência (SANTOS NEVES, 2008).

A pressão pelo consumo cada vez mais crescente, dada a péssima estrutura de distribuição de renda nos países semi-periféricos e emergentes, onde uma pequena parcela da população tem o padrão de consumo dos países desenvolvidos, ou a distribuição de renda mais equilibrada nos países do núcleo orgânico (ARRIGHI, 1997) têm levado a uma pressão sobre a produção industrial ou agrícola que leva à destruição progressiva dos recursos naturais não renováveis. Como consequência, isto tem levado a uma degradação progressiva do meio ambiente, que tem obrigado governos e instituições a alertarem as nações sobre as consequências irreversíveis se não houver uma busca do desenvolvimento com sustentabilidade para compatibilizar desenvolvimento com preservação da natureza.

O modelo de desenvolvimento industrial atual, baseado na produção de bens de consumo duráveis para atender à demanda de estratos de média e alta renda, tem agravado a destruição do meio ambiente à medida que o processo de globalização desse tipo de produção industrial dos países do núcleo orgânico tem se espalhado pelos países semi-periféricos e emergentes.

A demanda por recursos naturais é ampliada cada vez mais por esse modelo de produção industrial. Nos países desenvolvidos a realidade é de esgotamento dos

recursos naturais e para manter esse modelo de produção é cada vez maior a demanda de recursos naturais dos países periféricos que ainda detém uma grande reserva dessas riquezas. Logo, o ataque ao meio ambiente está diretamente relacionado à lógica do modelo atual de produção, com seu aparato tecnológico, desenvolvido pelos países do núcleo orgânico do capitalismo e difundido como forma de progresso global (SANTOS NEVES, 2008).

Porém, esse propagado progresso global é inviável para uma população que até os anos 2050 atingirá 8 a 9 bilhões de pessoas. Isso significa que será impossível atender essa massa humana num padrão de vida minimamente próximo sequer ao padrão de vida dos europeus e norte-americanos, porque não haverá recursos naturais disponíveis para se atingir esse padrão médio de vida (DUPAS, 2007, p.85).

1.1.1 O Conceito de desenvolvimento

Segundo Veiga (2005, p.17-18), três são os entendimentos acerca do desenvolvimento, sendo dois deles mais comumente divulgados, até mesmo por serem bastante simplistas. Já o terceiro entendimento seria de maior complexidade, o que, em muitos casos, acaba por ser um empecilho para a sua disseminação.

Uma primeira corrente seria a dos fundamentalistas. Nesse entendimento, o desenvolvimento teria o mesmo significado de crescimento econômico. Essa noção ainda apresenta grande força na atualidade, tendo como principal exemplo de sua aplicação a comum medição do desenvolvimento com base no Produto Interno Bruto per capita de um país. O desenvolvimento seria uma decorrência natural do crescimento econômico em razão do que se chama de "efeito cascata" (SACHS, 2004, p. 26).

Esse entendimento foi enfraquecido com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) através do "Relatório do Desenvolvimento Humano" e do lançamento do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH). A criação desse programa e do índice teve como causa a percepção de que o crescimento econômico apresentado por alguns países na década de 1950 não trouxe consigo os mesmos resultados sociais ocorridos em outros países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2005, p. 18-19).

A segunda corrente nega a existência do desenvolvimento, tratando-o como um mito. Aos pensadores que partilham essa idéia deu-se o nome de pós-modernistas. Para o grupo, a noção de desenvolvimento sustentável em nada altera a visão de desenvolvimento econômico, sendo ambas o mesmo mito. Assim, o desenvolvimento

poderia ser entendido como uma "armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas" (SACHS, 2004, p. 26).

Arrighi é um dos autores dessa vertente. Divide os países em pertencentes do "núcleo orgânico", "semiperiféricos" e "emergentes", não acreditando ser possível, a não ser que excepcionalmente, um país altere a sua posição na classificação proposta. Essa classificação leva em conta o Produto Nacional Bruto (PNB), insistindo na confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento (VEIGA, 2005, p. 20-21).

O terceiro e mais complexo entendimento ganha força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, e obtendo maior consistência nas palavras Amartya Sen em 1996 e 1997 com a noção de desenvolvimento como liberdade, de modo que só poderia ocorrer se fossem garantidos a todas as pessoas os seus direitos individuais, que efetivariam a sua liberdade. Assim, liberdade em nenhum momento poderia se restringir e ser entendida como renda per capita, devendo abranger questões culturais, sociais, entre outras (VEIGA, 2005, p.33-34). Essa é a noção que mais se aproxima das discussões atuais sobre o desenvolvimento sustentável, tendo grande importância nesse processo de transformação.

O desenvolvimento cria três grupos distintos de economias no raciocínio capitalista hegemônico: aquelas que atingem um nível superior de desenvolvimento e distribuição de renda, chamado de núcleo orgânico; outras que não atingem patamares mínimos de acumulação e distribuição de renda e riqueza, sendo consideradas periféricas; e, por fim, aquelas que se situam entre estes dois patamares e que vêm a caracterizar um grupo semiperiférico.

Segundo Arrighi (1997), não existe uma considerável mobilidade entre estes grupos de nações, sendo a manutenção da separação entre os grupos um fator importante de manutenção da hegemonia das economias do núcleo orgânico. O desenvolvimento necessita a existência do subdesenvolvimento para que possa se perpetuar, isto é, o núcleo orgânico depende da periferia e da semiperiferia para manter-se em sua posição hegemônica, de modo que são formados três mecanismos principais de manutenção do *status quo*, a saber, trocas desiguais, transferências unilaterais de mão-de-obra e de capital.

Vale ressaltar também que a noção de subdesenvolvimento sempre fora vista como estado transicional ou temporário (enquanto residual), isto é, a construção do conceito de desenvolvimento pressupõe que os periféricos e os semiperiféricos

permaneçam nutrindo a expectativa de integrarem, num futuro próximo, o núcleo orgânico (ARRIGHI, 1997, p. 138). Portanto, dentro dos países periféricos e semiperiféricos há, também, uma pequena parcela da sociedade que possui padrões de consumo equivalentes aos padrões dos países integrantes do chamado núcleo orgânico que serve de mantenedor da relação de forças internas. Wellerstein, citado por Arrighi, entende que esses chamados "setores médios" são os elementos que dão estabilidade ao sistema de modo a evitar lutas profundas e altamente destrutivas:

Politicamente, um sistema polarizado num setor pequeno e distinto de alto status e renda, de um lado, e um setor relativamente autônomo, de baixo status e renda, de outro, levaria bastante rapidamente a lutas profundas e desintegradoras. O grande meio político pelo qual essas crises são evitadas é a criação de setores "médios", que tendem a pensar em si mesmos, principalmente como estando em melhor situação do que os setores inferiores, e não como estando em pior situação que o setor superior. Esse mecanismo óbvio, em operação em todos os tipos de estruturas sociais, cumpre a mesma função nos sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1979, p. 6 apud ARRIGHI, 1997, p.242).

Ainda no sentido de criticar o conceito de desenvolvimento, Furtado busca estudar esse desenvolvimento comparando-o como um mito. O mito assemelhar-se-ia à imagem de um farol que em seus movimentos não consegue iluminar todos os pontos, deixando à sombra alguns enquanto iluminam outros (FURTADO, 1996, p.8)

Furtado (1980, p. 12) entende o desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades. Porém, não se limita a isso, pois para que consigam atender essas necessidades os seres humanos e as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural, conseguindo assim as transformações esperadas. E é justamente em razão da evolução desse processo de invenção cultural que ocorre o aprimoramento e exaltação da tecnologia em seu alto poder de difusão.

Nesse sentido, a apropriação do excedente é outro fator que também merece amplo destaque, pois dependendo da forma como se pode ampliar ou reduzir as desigualdades entre os estratos sociais conflitantes (FURTADO, 1980, p.69-70). Dessa forma, a distinção existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos derivaria das diferenças apresentadas por cada um deles com relação aos elementos constituintes do conceito de desenvolvimento. Assim, os níveis de invenção cultural afetariam

diretamente o progresso tecnológico, o que geraria maior ou menos acumulação. E, por fim, juntamente com as outras características, a forma de apropriação e utilização do excedente justificaria a existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (FURTADO, 1996, p. 23).

Contudo, remetendo-se mais uma vez a visão do desenvolvimento como um mito, a noção hegemônica do desenvolvimento – a qual confunde desenvolvimento com crescimentos econômico – tem base apenas econômica, limitando a plena concepção da realidade. A preocupação exacerbada com o progresso tecnológico deixa à sombra questões sociais, culturais e de impactos do meio físico (ambientais) (FURTADO, 1996, p.9).

Assim, o alcance do nível de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos pelos países subdesenvolvidos seria impossível, pois, nas palavras de Furtado,

(...) se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1996, p.12).

Diante da constatação de que "é irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista" (Furtado, 1996, p. 89), uma nova forma de interpretar o desenvolvimento deve ser avaliada. Devendo, porém, ser mais igualitária e privilegiar formas de consumo que reduzam o desperdício presente na noção anterior (FURTADO, 1996, p.87).

1.1.2 A adoção de um novo conceito: o sustentável

Nos anos 60 e 70 os primeiros questionamentos quanto ao modelo hegemônico de desenvolvimento (industrial, progressista) ocorreram em meio a discussões sociais e ambientais. Para Gabriela Scotto *et al.* (2007, p.15-17), isso se dá principalmente em razão da não conformidade "com o modelo materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente da sociedade de consumo".

Com base nesse sentimento de inconformidade e nessa lógica é que na sequência se aprofundam as críticas e questionamentos acerca do conceito de desenvolvimento, justificando, assim, a transição para o conceito de desenvolvimento sustentável, que

requer, segundo Ignacy Sachs, uma mudança imediata de paradigma (SACHS, 2004, p.17).

A conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Grown Harlem Brundtland*, apresentou para a Assembléia Geral da ONU, o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório *Brundtland* (VEIGA, 2005, p.191).

Nesse Relatório o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

A construção desse conceito de desenvolvimento sustentável recebeu diversas críticas. Para Fernandes (2003, p.131 e 137), o termo é constituído de algumas "categorias abstratas", como por exemplo: "gerações futuras e a humanidade", que impedem que seja realizada uma análise que respeite as diferenças sociais apresentadas entre os países. A intenção seria a de alcançar uma aceitação global que representasse certo consenso, não destinando a devida atenção intelectual para o enfrentamento de discussões concretas indispensáveis para o assunto.

Como crítica a banalização da utilização do adjetivo sustentabilidade, Veiga (2005, p. 188) diz que após ter entrado em moda, a sustentabilidade passou a ser entendida como algo firme, durável, possibilitando que em muitos casos fosse utilizado para caracterizar um crescimento econômico duradouro, operando, assim, uma completa desvirtuação do seu real significado.

Embora tenha sofrido essas, e outras, severas críticas, o desenvolvimento sustentável conseguiu se manter na crista das discussões, precisando sofrer as devidas refinações, que vieram a lhe garantir um importante avanço epistemológico (SACHS, 2004, p.36).

Visualizando toda essa evolução, e contextualizando o seu conceito de acordo com as discussões realizadas, Silva entende o desenvolvimento sustentável como sendo o...

(...) resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (SILVA, 2006, p.17).

Tendo conceituado o desenvolvimento sustentável, passou-se a buscar medidas para a sua efetiva implementação. Nesse sentido, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992, e ficou conhecida como Rio-92, dentre os inúmeros documentos produzidos no evento (Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas), destacou-se a Agenda 21, a qual buscava promover o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Com a intenção a apresentar toda essa transição do conceito de desenvolvimento, Sachs resume dizendo que: Podemos resumir a evolução da idéia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para a sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável (...) (SACHS, 2004, p.37).

Deste modo, embora não haja discordâncias quanto à existência de uma crise ambiental e social, é notório que os entendimentos sobre as causas e soluções para esta são bastante divergente (SCOTTO et al., 2007, p.10). Isso vem majorar a importância da utilização de meios flexíveis, negociados e contratuais – que representam a economia política em superação à economia tradicional – para atender, ao mesmo tempo, clamores econômicos, ambientais e sociais (SACHS, 2002, p.60).

Observamos, portanto, que a associação do desenvolvimento econômico com o mero crescimento econômico é hoje profundamente questionada, por estar o limitado ao PIB. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do PNUD, construiu um novo conceito de desenvolvimento com o IDH, demonstrando, assim, a fragilidade do conceito de desenvolvimento como sinônimo do crescimento econômico, por ser muito limitado e insuficiente para medir o desenvolvimento de forma mais ampla, abrangendo a distribuição de renda, bem estar social, acesso à cultura e um novo padrão de vida.

Embora a transição entre os conceitos possa ser iniciada através da alternância dos referenciais teóricos, isso não é por si só suficiente. Implica reconhecer que tal transição ainda não se dá por concluída e que a proposta do desenvolvimento sustentável não é uma idéia acabada e integralmente construída. Embora se esteja no caminho, muito ainda precisa ser discutido e realizado para que esse novo conceito venha a prevalecer.

1.1.3 Empresas e sustentabilidade

Premidas pelas exigências do atual cenário econômico, as empresas identificaram a necessidade de dispensar mais atenção às questões socioambientais. O advento da globalização e a abertura dos mercados acarretam o acirramento entre essas organizações, fazendo com que elas buscassem produzir em maior quantidade e maior qualidade. Contudo, as empresas passaram a sofrer pressão por parte da sociedade, uma vez que sua atuação tem provocado impactos não só no meio ambiente, mas também no âmbito social. Assim, a idéia de desenvolvimento sustentável é um processo de gerar riqueza e bem estar, ao mesmo tempo em que promove a coesão social e impede a destruição do meio ambiente, vem assumindo significativa importância no meio empresarial (SANTANA, 2008).

Almeida (2002) reconhece que, apesar do termo desenvolvimento sustentável ser novo, o mesmo já se firmou a ponto de incorporar as dimensões social, econômica e ambiental das ações do Homem. A gestão ambiental passou a ser uma tarefa de todos, evoluindo para um conceito mais amplo, o da gestão da sustentabilidade.

Ficaram para trás os tempos de, primeiro, predomínio do econômico e indiferença para com o ambiental; depois, preocupação exclusiva em proteger a natureza, da qual o homem, com suas dores e necessidades, parece alijado. No novo mundo tripolar, o novo paradigma é o da integração econômica, ambiente e sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos: empresários, governo e sociedade civil organizada. (ALMEIDA, 2002, p. 23).

Neste contexto, a preocupação central das empresas deve, portanto, ir além da produção e geração de dividendos. Isso significa um maior envolvimento com as questões que proporcionam o bem estar de seus colaboradores, associado à preocupação com a comunidade da qual fazem parte. Almeida (2002, p. 55) afirma que no mundo sustentável “uma atividade – a econômica, por exemplo – não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está inter-relacionado, em permanente diálogo”.

O quadro 01 resume as características que diferenciam o modelo cartesiano e o novo modelo de sustentabilidade e auxilia a compreensão deste novo paradigma.

Quadro 1 – Paradigma cartesiano *versus* paradigma da sustentabilidade.

CARTESIANO	SUSTENTÁVEL
Reduccionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das praticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre subjetivo e objetivo	Integração entre subjetivo e objetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação.	Seres humanos e ecossistemas inseparáveis, em relação de sinergia.
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo.
Relação linear entre causa e efeito	Relação não-linear entre causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, o todo formado pela soma das partes.	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes.
Bem-estar avaliado em relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela quantidade de inter-relações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (renda per capita)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização do poder	Descentralização do poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Fonte: Almeida 2002, apud Santana, 2008.

A partir do quadro 1 é possível perceber as características da mudança de paradigma empresarial que ocorreria com a adoção da sustentabilidade pelas empresas. Questões como ética, meio ambiente, qualidade de vida e limite tecnológico não eram devidamente considerados no paradigma cartesiano, passariam a ser valorizados no paradigma da sustentabilidade (SANTANA, 2008).

Portanto, na classificação de Elkington (1994), uma empresa sustentável é aquela que contribui com o desenvolvimento sustentável ao gerar simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais. A partir disso, segundo Kraemer (2005), a ordem é a busca do desenvolvimento sustentável em que três critérios fundamentais devem ser obedecidos ao mesmo tempo: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Ainda segundo Hart e Milstein (2003), há quatro conjuntos de elementos motivadores para a sustentabilidade. O primeiro relaciona-se com a crescente industrialização e suas conseqüências, como o consumo da matéria-prima, poluição e geração de resíduos, sem perder de vista que o cuidado com essas questões é crucial para o desenvolvimento sustentável. O segundo conjunto de elementos está relacionado

à proliferação e a interligação dos *stakeholders* (grupos de interesse)¹ que fazem com que as empresas funcionem de maneira responsável e transparente, objetivando a formação de uma base de *stakeholders* bem informada e ativa. O terceiro conjunto de elementos motivadores para a sustentabilidade diz respeito às tecnologias emergentes, na medida em que elas oferecem soluções inovadoras e podem tornar obsoletas as bases das indústrias que usam energia e matéria-prima de forma intensiva. E por fim, o quarto conjunto de motivadores, de cunho social, que diz respeito ao aumento da população, da pobreza e da desigualdade social, que vem acarretando como consequência, a decadência social.

Além desses motivadores para a sustentabilidade indicados por Hart e Milstein, é possível indicar outros fatores que motivam a prática do desenvolvimento sustentável. Assim, pode-se afirmar que a redução de desperdícios e de perdas materiais implica na redução de custos e aumento dos lucros e por isso são considerados fatores motivacionais (SANTANA, 2008).

É interessante notar que a atenção por parte dos empresários a esse conjunto de motivadores pode ser vista como oportunidades para que as empresas tenham seu valor de mercado aumentado, segundo Hart e Milstein (2003). As empresas ao assumirem o desenvolvimento sustentável contribuem para a melhoria das suas relações com seu ambiente interno e externo, obtendo vantagens nisso.

Nesse sentido a aplicação tema empresa e sustentabilidade pode ser considerada, também, uma ferramenta estratégica de vantagem competitiva. A corrida pela competitividade é inerente àquelas empresas que estão inseridas em ambientes competitivos, ou seja, onde há concorrentes com quem elas devem se preocupar. Isto desperta a necessidade de que cada uma das empresas dentro de um setor industrial esteja atenta ao ambiente, estudando a ação concorrencial, buscando a distinção em seu favor. Para tanto, deve perseguir uma vantagem competitiva significativa, de difícil imitação e que viabilize o alcance dos objetivos competitivos da organização.

A vantagem competitiva origina-se fundamentalmente do valor que uma empresa consegue criar para seus clientes e que ultrapassa o custo de fabricação pela empresa (Porter, 1990). Em outras palavras, uma empresa obtém vantagem competitiva quando realiza as atividades de relevância estratégica (atividades da cadeia de valores) de uma forma mais barata ou melhor do que seus concorrentes. Os dois tipos básicos de

¹ Parte interessada na atividade da empresa, como acionistas, funcionários, comunidades, ONGs, consumidores, fornecedores, concorrente e governo (Aligleri e Kruglianskas, 2009, p.14).

vantagem competitiva que uma empresa pode ter, conforme o autor, são: baixo custo e diferenciação.

Observando a bibliografia possibilita fazer um levantamento das necessidades socioambientais, com focos na busca do equilíbrio de seus entornos sociais, econômicos e ambientais, por meio de elaboração de políticas públicas tanto referente aos direitos humanos quanto ao desenvolvimento social, com o objetivo de influenciar as empresas a minimizar danos provenientes de sua atuação.

1.2 Responsabilidade Socioambiental – Definições e histórico

No ano de 1899, a abordagem clássica de Responsabilidade Social foi feita por Andrew Carnegie, fundador do conglomerado U.S. Steel Corporation, no livro “O Evangelho da Riqueza”. A compreensão de Carnegie se baseava em dois princípios: o princípio da caridade e o princípio da custódia, ambos com forte matriz paternalista. O primeiro deles determinava que as pessoas mais afortunadas da sociedade ajudassem aos menos afortunados, e o segundo exigia que as empresas e os ricos se vissem como zeladores, mantendo suas propriedades em custódia para benefício da sociedade como um todo.

De acordo com Carroll (1999), entre os anos de 1950 e 1960 esses princípios ainda eram amplamente aceitos nas empresas americanas, à medida que mais e mais organizações passaram a admitir a idéia de que “o poder traz responsabilidade”. Até as empresas que não adotavam esses princípios percebiam que se não aceitassem as responsabilidades sociais por sua livre vontade seriam obrigadas a aceitá-las por imposição do governo.

Vale observar, contudo, que a expressão Responsabilidade Social veio adquirindo, ao longo dos últimos 50 anos, as mais variadas definições. O conceito de Responsabilidade Social proposto por Bowen (1953, apud CARROLL, 1999, p.270) inspirou novas idéias sobre esse tema ao apresentar uma primeira definição para as responsabilidades sociais: “[...] obrigações dos homens de negócios em perseguir as políticas, a tomar decisões ou a seguir linhas de ação que fossem desejáveis em termos de objetivos e vantagens para a sociedade.” Este conceito, que enxergava as empresas como reflexo dos “objetivos e vantagens” sociais se contrapunham com os princípios de caridade e da custódia.

Segundo Carroll (1999), a década de 50 do séc. XX pode ser considerada como ponto inicial das discussões de Responsabilidade Social dos negócios. Para Carroll (1999), Bowen foi o principal responsável pelo início do debate sobre Responsabilidade Social para o ambiente empresarial, com o questionamento de quais responsabilidades os Homens de negócios deveriam assumir com a sociedade.

Foi na década de 1960, entretanto, que a definição de Davis (1960) sobre Responsabilidade Social expandiu-se e assumiu contornos mais claros. Nela, o termo refere-se a decisões e ações, tomadas pelos Homens de negócio, por razões que vão além dos interesses econômicos técnicos direitos. Nessa mesma linha, McGuire (1963) afirmou que a utilização de Responsabilidade Social supõe que as empresas não possuem apenas obrigações econômicas e legais, mas também responsabilidades com a sociedade.

A partir da década de 1970, pode-se notar proliferações de definições conceituais do termo Responsabilidade Social. Uma destas definições é atribuída a Johnson (1971, p. 50):

Uma empresa socialmente responsável é aquela que os administradores balanceiam uma multiplicidade de interesses. Ao invés de esforçarem-se somente por maiores lucros aos seus acionistas, uma organização responsável deve também considerar os empregados, fornecedores, intermediários, comunidade local e a nação.

Contudo, na evolução da idéia de Responsabilidade Social ocorreu um momento em que estudiosos acreditavam que o suprimento das necessidades comunitárias por meio de ações sociais organizadas cabia ao governo, às igrejas, aos sindicatos e às organizações não-governamentais, insentando-se, assim, as corporações. As empresas, portanto, segundo esses estudiosos, deveriam satisfazer apenas aos interesses dos acionistas.

Porém, foi apenas no final da década de 1970 que surgiu uma das mais importantes contribuições sobre o termo. Carroll (1979) formulou a sua compreensão de Responsabilidade Social em quatro categorias de responsabilidades, assim definidas:

- a) responsabilidades econômicas: tida como fundamentais e sendo a base para todas as outras, contitui-se no principal tipo de responsabilidade encontrada na empresa, uma vez que os lucros são considerados a maior razão pela qual a empresa existe e, segundo Friedman (1970, apud, STONER e FRIEDMAN,

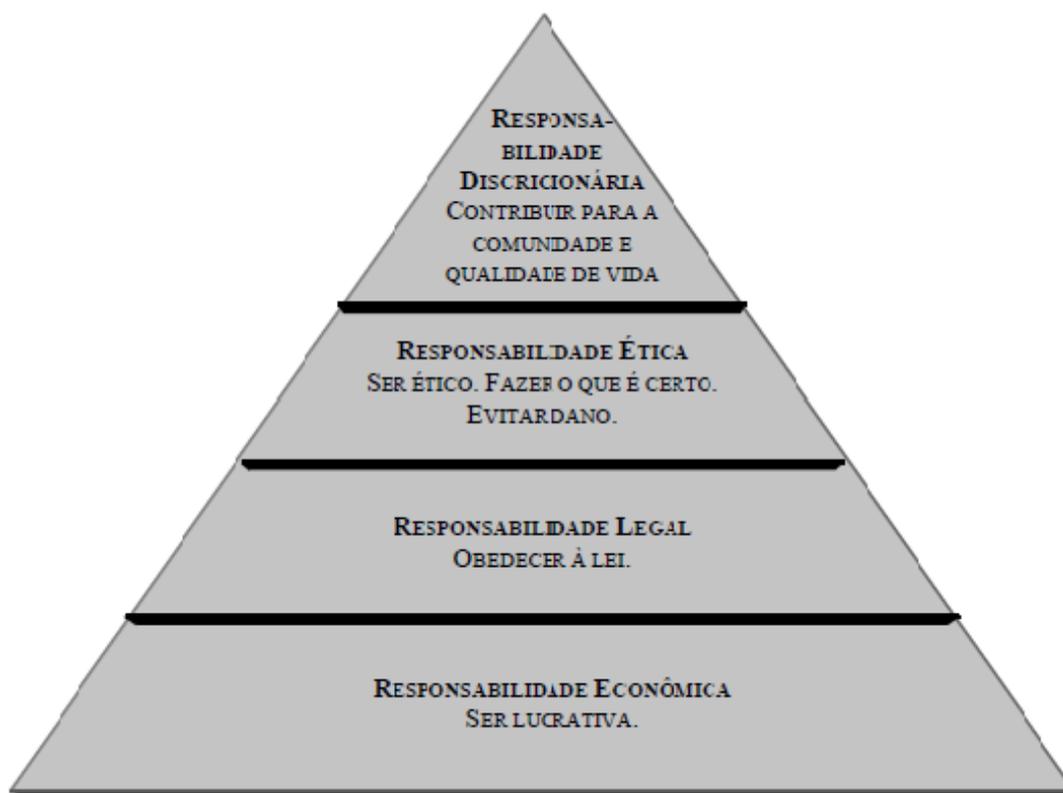
1985), esta abordagem indica que ganho econômico é a única Responsabilidade Social;

- b) responsabilidades legais: definidas como parte integrante do contrato social entre empresa e sociedade, segundo Daft (1999), e com base nelas espera-se que as empresas sejam responsáveis pela observância das leis municipais, estaduais e federais, por parte de seus funcionários, como também que as empresas atinjam suas metas econômicas dentro da estrutura legal e das exigências legais que são impostas pelos órgãos regulamentadores;
- c) responsabilidades éticas: apesar de não serem necessariamente especificadas em leis e regulamentações, são esperadas pelos membros da sociedade em relação às empresas em que, segundo Daft (1999), deve ser eliminado o comportamento antiético, que acontece quando decisões permitem a um indivíduo ou empresa obter vantagem à custa da sociedade e, com base nelas, o comportamento ético por parte dos tomadores de decisão deve ser balizado pela equidade, justiça e imparcialidade, além do respeito aos direitos individuais;
- d) responsabilidades discricionárias: são aquelas que os negócios têm a liberdade de assumir ou não, tendo natureza voluntária por parte das empresas, orientada pelo desejo da organização em fazer uma contribuição social imposta pela economia, pela lei ou pela ética, de acordo com Daft (1999), a responsabilidade discricionária inclui doações a obras beneficentes, contribuição financeira projetos comunitários ou instituições de caridade, que não oferecem retornos para a empresa.

Baseado na sua contribuição e nessas quatro categorias, Carroll (1979, p. 50) define que: “Responsabilidade Social Corporativa dos negócios abrange as expectativas econômicas, legais, ética e discricionárias que a sociedade possui em relação as organizações em determinado período de tempo”.

A figura 01 ilustra os quatro tipos de Responsabilidade Social da empresa de acordo com o modelo piramidal de Carroll (1979). Segundo Daft (1999, p. 50): “as responsabilidades são ordenadas da base para o topo em função da sua magnitude relativa e da sua frequência dentro do qual os gerentes lidam com cada aspecto”.

Figura 1 – Os quatro tipos de responsabilidade social



Fonte: Carroll, 1979

Em suma, Responsabilidade Social Corporativa, é o comprometimento das empresas em assumir procedimentos éticos para o alcance do desenvolvimento econômico, não desprezando a preocupação com a qualidade de vida de todos os grupos que são influenciados pela ação das empresas.

De acordo com Drucker (1984, p. 62):

(...) a própria “Responsabilidade Social” do negócio é domesticar um dragão, ou seja, transformar um problema social em uma oportunidade econômica e benefício econômico, em capacidade produtiva, em competência humana, em empregos que pagam bem, e em riqueza.

Segundo Carroll (1999) as décadas de 1970 e 1980 foram embaladas com a preocupação de como e quando a empresa teria o dever de responder sobre suas obrigações sociais. Naquele período começou a ser desenvolvida a ética empresarial e esta questão foi consolidada como campo de estudo, objetivando estruturar a disciplina ética empresarial. A partir disso, conferências foram convocadas para discutir assuntos sobre responsabilidades sociais e as questões morais e éticas no ambiente do negócio.

Essa doutrina foi sendo difundida na Europa, tanto no âmbito empresarial quanto no acadêmico, ainda de acordo com Carroll (1999). O autor afirma que na Alemanha assistiu-se a um rápido desenvolvimento do tema, podendo ser notada a integração dos balanços financeiros com os objetivos sociais em cerca de 200 das maiores empresas do país. Contudo, foi na França que ocorreu o primeiro marco oficial na formalização do assunto de Responsabilidade Social, quando as empresas foram obrigadas a publicar balanços periódicos de seu desenvolvimento social no que dizia respeito à mão-de-obra e as condições de trabalho.

Posteriormente, na década de 1990, com o interesse despertado e com maior participação de autores sobre o tema, abordagens alternativas continuaram surgindo no campo da Responsabilidade Social, como desempenho social corporativo, teoria dos *Stakeholders*, teoria ética dos negócios e cidadania corporativa. (CARROLL, 1999).

Com o passar dos anos, as empresas aumentaram a sua preocupação com as questões sociais, nem sempre bem aceitas por parte do empresariado, principalmente no tocante à idéia de que as empresas deveriam destinar parte de seus recursos econômicos para ações que trouxessem benefícios para a sociedade. A concepção trazida pela Responsabilidade Social supõe que a empresa tenha não apenas obrigações legais e econômicas, mas também responsabilidade para com a sociedade, que vai além das obrigações citadas.

Assim, Montana e Charnov (1998) e Donnelly, Gibson e Ivancevich (2000) afirmam que existem três níveis diferentes de Responsabilidade Social de empresas. Eles se configuram na diferença entre a ausência de Responsabilidade Social, exceto da exigida por lei, e a adoção de uma postura responsável mais ampla, são eles:

a) obrigação social: é quando o comportamento socialmente responsável é em busca do lucro dentro das restrições legais impostas pela sociedade, a empresa estaria cumprindo sua Responsabilidade Social no momento que cria bens e serviços em troca de lucros, dentro dos limites da lei. Segundo Donnelly, Gibson e Ivancevich (2000), esta idéia é inspirada ao economista Friedman e em seus seguidores que afirmam que o benefício dado à sociedade pelas empresas é a criação de novos empregos, pagamento de salários justos e suas condições de trabalho, além do pagamento de impostos;

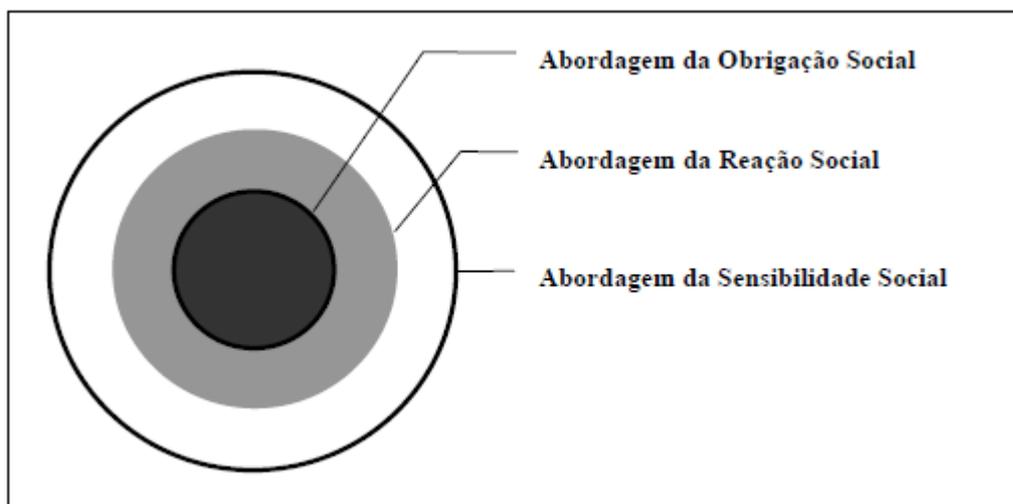
b) reação social: as empresas são consideradas reativas, e quando pressionadas por grupos como associações comerciais, sindicatos, ativistas sociais, consumidores, elas reagem para o atendimento dessas pressões e na maioria dos casos em que as empresas assumem essa linha eles procuram o atendimento das responsabilidades

econômicas, legais, sociais e éticas, tendo noção que pode ser destrutivo, a longo prazo, ignorar problemas sociais;

c) sensibilidade social ou pró-atividade social: comportamentos socialmente responsáveis mais antecipados e preventivos ao invés de reativos ou reparadores, aos atos vão além da mera obrigação e reação social, procurando formas de resolver problemas sociais de forma pró-ativa. Segundo Donnelly, Gibson e Ivancevich (2000), a pró-atividade social coloca os gestores e as organizações numa posição de responsabilidade longe da tradicional perspectiva de mera preocupação com meios e fins econômicos;

A figura 2 ilustra as três abordagens da Responsabilidade Social definidas anteriormente. No círculo menor é ilustrada a obrigação social, o círculo do meio representa a reação e o círculo maior, a sensibilidade social.

Figura 2 – As três abordagens de Responsabilidade social.



Fonte: Santana, 2008.

De acordo com Aguiar (2002), a idéia da compatibilização que deve haver entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente se tornou significativa a partir da década de 1970, desde então eventos internacionais foram realizados, contribuindo efetivamente para a consagração do envolvimento da questão ambiental e social no desenvolvimento.

Contudo, foi a partir da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, que foi instaurada nas agendas nacionais e internacionais a proposta de desenvolvimento sustentável. Esse foi um importante evento no âmbito da ONU, tanto

no que diz respeito ao número de participantes, quanto à abrangência dos temas tratados (AGUIAR, 2002).

No final da década de 1990, o Secretário Geral da ONU, Sr. Kofi Annan, lançou o Compacto Global, no qual solicitava aos dirigentes do mundo dos negócios que instalassem um conjunto de nove princípios sobre questões de direitos humanos, trabalhistas e ambientais. Assim, em julho de 2000, foi aprovada pelos Ministros das Organizações para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED), uma versão das Diretrizes para Empresas Multinacionais, que cobrem atividades dessas empresas, operando em 29 países membros da OCED e atendendo a princípios voluntários e padrões de conduta de responsabilidade corporativa em áreas como meio ambiente, condições de trabalho e direitos humanos.

A Comissão das Comunidades Européias (2001, p3-4), em julho de 2001, reunida na Bélgica, apresentou o Livro Verde à comunidade internacional com este título: “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”. Esse livro lançou um amplo debate quanto às formas de promoção da Responsabilidade Social pelas empresas da União Européia tanto no que diz respeito ao âmbito europeu, quanto ao âmbito mundial.

Assim, pode ser observado que a responsabilidade social vem obtendo espaço importante no ambiente empresarial internacional. A idéia do comprometimento por parte dos empresários em se posicionar eticamente diante das tomadas de decisão, juntamente com exigências da sociedade, faz com que cada vez mais seja observado em todo mundo que as ações de responsabilidade socioambiental têm tido forte repercussão no mundo dos negócios.

No Brasil, a Responsabilidade Social começou a ser discutida na década de 1960 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Essa associação tinha como princípio básico a idéia de que a empresa possuía não apenas a função de produzir bens e serviços, mas também a função social, que deve ser realizada em nome dos trabalhadores e do bem estar da comunidade (FRIRE, 1999).

De acordo com Freire (1999), apenas em 1977, embora a idéia já motivasse discussão, a Responsabilidade Social mereceu destaque a ponto de ser tema central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas. No ano de 1984 ocorreu uma publicação do primeiro balanço social de uma empresa brasileira, a Nitrofertil.

Prevalece entre os estudiosos do assunto a compreensão de que balanço social constitui-se em uma ferramenta importante para que seja verificada a ação social das empresas, como se deduz da citação seguinte:

O balanço social é um instrumento para que a empresa possa fazer a apresentação de suas contas de sua responsabilidade social. Também pode se dizer que é um conjunto de informações que pode ou não ter origem da contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação a sociedade que a escolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. (FREIRE, 1999, p. 18)

Contudo, foi apenas na década de 1990, que o movimento da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso no Brasil, por meio da ação de entidades não-governamentais, institutos de pesquisa e empresas que estavam sensibilizadas para a questão.

Em 1992, o Banco de Estado de São Paulo (Banespa) publicou um relatório complexo, divulgando todas as suas ações sociais e a partir disso, segundo Caetano e Fistarol (2004), muitas empresas de setores diversos passaram a levar a sério a questão social e a divulgar balanços e relatórios das ações que foram realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e aos seus funcionários.

Em 1993, o sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibase), lançou a Campanha Nacional da Ação conta a Fome, Miséria e pela Vida, sendo este evento considerado o marco inicial da aproximação das empresas com as ações sociais.

A participação das empresas privadas, nos últimos anos, em questões públicas tem sido cada vez mais discutida. De acordo com Passador (2002), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), criado em 1995, foi a primeira entidade a se preocupar com as questões sociais, adotando o termo cidadania empresarial para as atividades que as organizações realizassem com o objetivo de melhoria da sociedade.

Segundo Passador (2002), Betinho, o fundador do Ibase, no ano de 1996 lançou a campanha que convocou os empresários a um maior engajamento e participação na promoção de melhorias de vida da sociedade, apresentando a idéia de elaboração e divulgação do Balanço Social Brasileiro, instrumento esse que era utilizado na França desde o ano de 1977.

Posteriormente, no ano de 1997, foi lançada por Betinho uma campanha nacional em favor da divulgação do balanço social, contando com o apoio de lideranças empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários, do jornal Gazeta Mercantil, de empresas e de instituições representativas.

Ainda em 1997, foi lançado pelo Ibase, em parceria com a Gazeta Mercantil, o Selo do Balanço Social com o objetivo de estimular a participação das empresas, uma vez que o selo é concedido às empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo Ibase.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi fundado em 1998 por Oded Grajew, com o objetivo de reunir empresas preocupadas em praticar suas funções de maneira ética e com Responsabilidade Social e em disseminar a prática social por meio de publicações, experiências vivenciadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e incentivando a formação de uma cultura dos negócios fundada na ética, princípios e valores morais. Em 1999, foi possível verificar a adesão de 68 empresas ao movimento social, publicando seus balanços sociais no Brasil.

Um dos motivos para tomada de fôlego da Responsabilidade Social no Brasil e o seu crescimento, segundo Passador (2002), é a falta de atuação do Estado no atendimento às questões sociais, em decorrência da falência do Estado do bem estar social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. Com o apogeu do neoliberalismo, e a concepção do Estado mínimo, o primeiro setor foi paralisado, surgindo assim o segundo setor com a idéia de atender as necessidades da sociedade. Contudo, o ímpeto concentrador de renda, o favorecimento das elites, a promoção da desigualdade social e a exclusão social, fizeram surgir a nova ordem social, tendo como principal base a estruturação e o funcionamento do terceiro setor, privado com fins públicos. Segundo o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - (2000, p. 12), “é no espaço do terceiro setor e na organização de empresas associadas, voltadas para a disseminação de práticas socialmente responsáveis, que se observa a atual visibilidade da participação das empresas no campo social”. Configura-se, assim, a situação em que o Estado brasileiro acaba obtendo parceiros para o atendimento as necessidades da sociedade.

Observa-se que muitas empresas realizam ações sociais no Brasil, entretanto, como assinala Passador (2002), os empresários consideram, em sua grande maioria, que as empresas possuem dimensões sociais e econômicas bem definidas. Contudo, a dimensão social só pode ser planejada após uma condição econômica satisfatória.

Para Caetano e Fistarol (2004), a prática de responsabilidade precisa ser cada vez mais incentivada e ampliada. Ainda segundo Caetano e Fistarol (2004, p. 13), o Ibase e o Instituto Ethos insistem nisso, já que acreditam que “a parceria entre empresas, governo e sociedade seja fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social”.

Podemos concluir, apesar da divergência quanto ao mérito da responsabilidade social, considerando que transformações no papel da empresa, governo e, em especial, da sociedade, proporcionaram uma nova visão da questão. Para Ashley (2002, p.6):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, (...), agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização (...) assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Responsabilidade social e ambiental

Podemos começar lembrando que etimologicamente a palavra responsabilidade vem de responder. Daí, responsabilidade socioambiental pode ser entendida como a capacidade de responder aos problemas sociais e ambientais que vivenciamos (LIMA 2007). Tal entendimento pode ser transferido para dentro das organizações empresariais, com ações e práticas que tragam benefícios para o ambiente, funcionários, empresas e conseqüentemente para toda a sociedade. Como visto anteriormente, a noção de Responsabilidade Socioambiental que, crescentemente, penetra nosso cotidiano precisa ser entendida no contexto das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais experimentadas pela sociedade contemporânea a partir das décadas finais do século passado (LIMA, 2007).

Nesse sentido, a variável socioambiental representa um novo condicionante interno ao processo decisório empresarial e não mais um fator exógeno e antagônico. Observa-se que, diante das transformações da economia mundial, cuja globalização alterou profundamente as características da demanda, o desempenho socioambiental passou a integrar as exigências de qualidade nos bens e serviços. Logo, as empresas bem sucedidas serão aquelas que conseguirem superar os desafios advindos da

incorporação da variável ambiental e social em suas estratégias de longo prazo e que possam aproveitar as oportunidades que estão surgindo. (GUIMARAES, DEMAJOROVIC E OLIVEIRA, 1995).

Os indicadores ambientais internos se referem aos investimentos que são realizados para atender aos seus funcionários, dependentes ou aposentados e podem ser: alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creche ou auxílio creche, participação nos lucros ou resultados e outros benefícios. Esses indicadores podem ser esclarecidos a partir do Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores sociais internos

Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionadas a alimentação de funcionários.
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados e seus dependentes.
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados.
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revista, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamento, cursos, estágio (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por funcionários.
Creche ou auxílio creche	Creche no local ou auxílio creche a funcionários.
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários.
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimo (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a funcionários podem ser aqui enumerados

Fonte: Ibase (2008) apud Santana, 2008

Os indicadores sociais externos são a parcela que contempla o público externo e dizem respeito ao total das contribuições para a sociedade e os tributos (excluídos encargos sociais). Esses indicadores estão apresentados no quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores sociais externos

Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados. Os itens da tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente.
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.

Fonte: Ibase (2008) apud Santana, 2008.

Por último, os indicadores ambientais se referem aos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, investimentos em programas/projetos externos e as metas anuais. A apresentação desses indicadores é feita no Quadro 4.

Quadro 4 – Indicadores ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os funcionários e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação ambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral.
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o <i>Global Reporting Initiative (GRI)</i> .

Fonte: Ibase (2008) apud Santana, 2008

A partir desses quadros foi possível estabelecer a delimitação de cada um dos grupos de indicadores socioambientais, visto que eles são considerados uma das variáveis para a análise aqui proposto.

Nesta perspectiva, Savitz (2007) afirma que responsabilidade socioambiental pode ser conceituada como “aquela que gera lucro para o acionista, ao mesmo tempo

em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém relações”. Já o instituto Ethos amplia o conceito ao abordar o componente gestão, caracterizando-a como: “forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as futuras gerações, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

No século XXI, a empresa responsável é também sustentável porque ultrapassa as relações clássicas da administração, impulsionando o equilíbrio e a corresponsabilidade em substituição à manipulação e ao confronto entre os diversos agentes sociais.

Assim, apesar da ampla gama de abordagens, as discussões cada vez mais convergem para um consenso que, segundo Aligleri e Kruglianskas, 2009:

- ◆ A responsabilidade socioambiental começa onde a lei termina, indo além das obrigações legais. É um investimento pró-ativo no capital humano, meio ambiente e relação com outras partes interessadas.
- ◆ Está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que considera o interesse de longo prazo da empresa e da sociedade.
- ◆ Incorpora as expectativas da sociedade e integra nas operações e decisões organizacionais uma análise do impacto econômico, ambiental e social.
- ◆ Está vinculada à forma como a empresa é gerida, devendo estar presente no planejamento estratégico, nas atividades das áreas organizacionais. E praticada em seus relacionamentos.

1.3 Gestão Socioambiental

A preocupação com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis estará cada vez mais presente entre os temas de gestão. É nesse sentido que a responsabilidade socioambiental pode ser percebida como um dos temas mais debatidos e propagados na gestão empresarial, tornando-se uma variável importante na estratégia competitiva das empresas.

Atrelar à marca uma imagem ética e socialmente responsável é um fator estratégico de competitividade moderna. Isso faz com que os padrões de decisão de uma

empresa, que determinam seus objetivos, propósitos e metas, precisem ser repensados de forma a incluir estratégias de reputação e legitimidade frente ao mercado. É nesse sentido que se aponta a necessidade de as empresas articularem-se melhor seus *stakeholders*, criando novas interfaces dentro e fora da empresa e entre diferentes funções e atividades (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Os profissionais de empresas estão sendo pressionados a procurar novas filosofias de gestão que aliem os interesses da sociedade onde atuam aos interesses da própria empresa. Esse novo olhar implica a redefinição das atividades, redesenho de processos e reavaliação dos resultados pelos gerentes de diferentes áreas organizacionais, com o intuito de proporcionar legitimidade, crescimento e sustentabilidade da corporação (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

A responsabilidade socioambiental não deve, portanto, ser interpretada como uma peça à parte da gestão de uma empresa, mas ser sua extensão. A preocupação com o impacto social de sua atuação deve estar presente em todas as decisões e rotinas gerenciais do negócio, isto é, na contratação e demissão de pessoal, nas políticas de compra, no consumo de recursos não renováveis, na política de marketing e comunicação ao consumidor, na segurança e condições de trabalho, na relação com a concorrência, entre outras. Somente a preocupação da empresa com as práticas e os impactos da sua gestão, demonstrada por seus atos, é que diferenciará uma empresa comprometida com a sociedade daqueles que praticam atividades de cunho social sem maior compromisso (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Assim, a conversão da empresa em uma organização sociambientalmente responsável não é tarefa de um só gestor, pois, muitas vezes, não necessita de investimentos de capital, mas de valores organizacionais que suportem esta filosofia. A gestão da responsabilidade social só evoluirá se houver o envolvimento e esforço dos diversos setores da empresa.

Para que este novo modelo de gestão seja institucionalizado, é necessário conquistar os funcionários e compartilhar com eles esta nova visão do negócio para a formação de uma cultura de gestão que fortaleça a sustentabilidade. Assim, faz-se imprescindível o aprendizado individual, ou seja, que cada membro da empresa tenha compromisso com o futuro e contribua para o mundo quer ter (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Para tanto, é conveniente que os colaboradores percebam-se como agentes ativos no processo de mudança e, com senso de propósito, internalizem novas atitudes e

valores para minimizar os impactos ambientais e sociais negativos gerados pela sua rotina de trabalho e de vida. Entretanto, para que uma organização avance na estruturação de uma gestão sustentável, é importante transformá-la em um valor corporativo. Dessa forma, os indivíduos precisam socializar experiências, conhecimentos e atitudes socioambientais já adotadas com outros membros ou grupos da empresa. A organização deve criar mecanismos para que tenha uma visão e propósitos compartilhados, criando uma identidade comum. É preciso desenvolver condições propícias à aquisição, retenção e transferência das posturas e práticas implementadas para outros agentes organizacionais (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

O denominador comum de todo esse esforço é que a gestão responsável seja efetivamente incorporada ao negócio e, ao alcançá-la, esteja contribuindo também para a aprendizagem da comunidade e do contexto mais amplo do qual faz parte. Dessa forma, impulsiona em espiral crescente de desenvolvimento para uma sociedade mais responsável (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Mas como internalizar a responsabilidade socioambiental na estrutura organizacional? Para potencializar sua disseminação junto aos colaboradores de diversos níveis e áreas organizacionais, inicialmente é importante a institucionalização de um setor de responsabilidade social dedicado ao tema. Essa nova área, de caráter temporário, teria a função de potencializar a disseminação da nova cultura de gestão e fomentar novos processos mentais na tomada de decisão, incitando a análise de questões sociais, ambientais e econômicas. Para tanto, precisa trabalhar em conjunto com as lideranças de outras áreas de negócio almejando mudança de atitudes, posturas e valores dos gestores e seus subordinados. Todavia, quando a adoção de práticas e princípios de uma gestão socialmente responsável já estiver disseminada e permear as diferentes esferas de negócio, a área poderia ser dissolvida por ter cumprido o seu papel. É importante que um grupo de apoio multidisciplinar e representativo das diferentes áreas internas permaneça para definir metas, estratégias de atuação e delinear a forma de atuação da empresa (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Acredita-se que o caminho deve aproximar-se do trajeto percorrido pela gestão de qualidade que começou associada a um departamento específico nas organizações e, posteriormente, com a maturação do tema dentro da gestão da empresa, deixou de existir enquanto setor por estar incorporada às diferentes unidades e operações de negócio.

1.3.1 Práticas socioambientais estratégicas

Como podemos observar, uma gestão socioambiental depende de um comprometimento generalizado das pessoas de uma corporação, alicerçando-se em valores morais e éticos. Para Aligleri e Krugliankas (2009), para a sustentabilidade dos negócios as empresas deverão adotar práticas socioambientais e responsáveis estratégicas na produção, gestão de pessoas e no marketing.

Produção

Diversos fatores poderiam ser considerados para orientar a adoção de políticas responsáveis na produção. Entre eles, destacam-se, segundo os mesmos autores:

1- Adequação às certificações ambientais – que representam um compromisso de adequação às normas buscando eliminar ou reduzir agressões ao meio ambiente.

2- Atendimento à legislação ambiental – que indica o reconhecimento do poder público e da sociedade. Proporciona melhor imagem da empresa, aumenta facilidades para comercialização e exportação além de aproximar o relacionamento com bancos e poder público. Também minimiza o risco de multas e custos com processos judiciais.

3- Equipamentos que substituem a fonte de energia, reduzem ou otimizam o consumo – as empresas terão que perseguir formas mais eficientes de uso e consumo de energia, além de diversificar sua matriz energética. O uso de equipamentos que operam com fonte de energia renovável, como solar, eólica, resíduos orgânicos, biomassa ou hidrogênio, é essencial para combater as mudanças climáticas e reduzir a exposição da empresa à volatilidade em preços e fornecimento.

4- Educação ambiental de funcionários e sociedade – criar atitudes e boas práticas de responsabilidade social junto aos parceiros internos e externos evidencia credibilidade e reputação socioambiental. A ação aproxima a empresa da comunidade local, contribui para a formação de lideranças que atuam como agentes mobilizadores e possibilita o reconhecimento.

5- Destinação adequada de produtos pós-consumo – um centro de tratamento ou recolhimento indica compromisso com o meio ambiente. Materiais de embalagem,

por exemplo, papelão ondulado, lata de alumínio ou plástico, podem ser utilizados em caldeiras permitindo economia de combustível.

6- Redução de resíduos e emissões – em decorrência de exigências legais, receio de pesadas multas e responsabilidade cível da empresa, o resíduo industrial tem sido preocupação entre os gestores da produção. Poluentes atmosféricos, por exemplo, causam efeitos adversos em *habitats* de animais e na saúde humana devido à deterioração da qualidade do ar, como também os resíduos sólidos “jogados” no meio ambiente.

7- Uso de matéria-prima reciclada – o uso de materiais reciclados ajuda na redução da demanda por material virgem e no volume de resíduos encaminhados aos aterros sanitários, reduzindo o custo de aquisição com matéria-prima e contribuindo para a preservação de recursos naturais.

8- Coleta seletiva de material – é o recolhimento dos materiais que são passíveis de serem reciclados, previamente separados na fonte geradora. Dentre esses materiais recicláveis, encontram-se diversos tipos de papéis, plásticos, metais e vidros. A separação na fonte geradora evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumenta o valor agregado destes e diminui custos de reciclagem. Também podem-se destacar como benéficos a diminuição da poluição do solo, da água e do ar; economia de energia e água; diminuição do lixo nos aterros e lixões e, conseqüentemente, nos gastos com limpeza urbana, bem como novas oportunidades de fortalecer cooperativas e gerar renda pela comercialização dos recicláveis.

9- Estação de tratamento e reuso de água – a água potável está se tornando cada vez mais escassa e pode impactar processos de produção que dependem de grandes quantidades de água. O volume e qualidade da água descartada estão diretamente vinculados ao impacto ecológico e custos operacionais. Além disso, ao melhorar progressivamente a qualidade da água descartada e reduzir o volume, a organização apresentada para reduzir seu impacto no entorno, podendo diminuir custos financeiros e risco de uma ação normativa por não conformidade com a legislação. Os três pilares para uso eficiente da água segundo Ramon (2007), são: [1] definir para quais fins deve ser usada a água nobre (própria para o consumo humano, tratada e clorada) e em quais é optar pela água do reuso; [2] definir padronização operacional para o uso da água, isto é, a forma como devem ser executados os processos para que se tenha uso racional; e [3] implementar um programa efetivo de treinamento e conscientização dos colaboradores.

10- Armazenamento adequado de resíduos e produtos tóxicos – o esforço sistemático para evitar derramamento de materiais perigosos está diretamente vinculado ao armazenamento adequado. A má gestão de resíduos perigosos ocasiona impactos negativos no encontro e cria responsabilidades associadas a não conformidade com as legislações nacionais e internacionais, assim como potenciais danos à reputação.

11- Seleção de fornecedores locais com boa conduta ambiental – se não forem instituídos e verificados padrões e conduta socioambiental, o comportamento ruim do fornecedor pode levar à divulgação de informações negativas na imprensa e até processos judiciais para a empresa compradora (Grayson e Hodges, 2002). Apoiar e comprar de fornecedores preocupados com a questão ambiental é gerar um círculo virtuoso de desenvolvimento, impulsionando novos modelos de negócio. Além disso, contribui, indiretamente, para o crescimento da economia local e melhora a cadeia de fornecedores.

12- Saúde e segurança no trabalho – acidentes e doenças relacionadas ao trabalho representam custos, dor e sofrimento para empregados e famílias em geral. Identificar focos de riscos como pisos escorregadios, escadas, correias, engrenagens descobertas, máquinas, ferramentas de corte, prensas, furadeiras, gases tóxicos, líquidos corrosivos, ruídos acima do permitido, bem como soluções para eliminar estes problemas, constituem ações diretamente relacionadas à produção mais responsável.

13- Logística reversa – o ciclo dos produtos na cadeia produtiva é ampliado. Não termina após serem usados e descartados pelos consumidores. Pensa-se cada vez mais no retorno do ponto de consumo até o ponto de origem, o que é denominado de logística reversa. Esse conceito pode ser apresentado na perspectiva da logística reversa de pós-venda e de pós-consumo (Leite, 2006). A primeira delas (pós-venda) refere-se a produtos ainda não consumidos que necessitam retornar aos fornecedores por razões comerciais, garantias estabelecidas pelos fabricantes, engano no processamento de pedidos. A implementação de uma política de recolhimento de usados e descartados precisa estar fundamentalmente na viabilidade técnica, sustentabilidade econômica e institucionalização social. A logística reversa no preceito de retornar tende a melhorar a imagem corporativa e agregar valor de naturezas econômica, ecológica, legal, logística, entre outras. Já a segunda delas logística reversa de pós-consumo: refere-se aos produtos consumidos descartáveis e reutilizáveis, matéria-prima ou embalagens recicláveis e sucatas ou resíduos industriais recapturáveis que retornam para processamento como baterias e automóvel. Embalagens de alumínio, aparas de

usinagem e serralheria, embalagens de polietileno tereftalato, entre outros. Praticando essas ações, os benefícios a empresa, funcionários e comunidade seriam grandiosos.

Gestão de pessoas

O mundo mudou e a relação do trabalhador com a empresa também. Uma gestão responsável e sustentável é construída pelas pessoas e a forma como a empresa interage com seus colaboradores pode impactar mais no comprometimento, empenho e satisfação do que um bom salário. É um bom ambiente de trabalho e a forma como as organizações tratam as pessoas, sejam elas público interno ou sociedade em geral, que abrem oportunidades para o crescimento e a sustentabilidade dos negócios.

Tomando como base as ações que podem ser desenvolvidas, as políticas de responsabilidade na gestão de recursos humanos podem ser organizadas a partir de diferentes áreas, sendo elas, ainda segundo Aligleri e Kruglianskas, 2009:

- 1- Institucionalizar práticas responsáveis vinculadas ao recrutamento e à seleção de pessoas** – a empresa responsável e humanizada não se limita a respeitar os direitos dos trabalhadores, ainda que esse seja um pressuposto indispensável. A empresa deve ir além e investir no desenvolvimento de pessoal e profissional de seus empregados, bem como na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações com os empregados. Também deve estar atenta para o respeito às culturas locais, revelado por um relacionamento ético e responsável com as minorias e instituições que representem seus interesses (Indicadores Ethos, 2007). Tais características podem ser visualizadas no quadro 5:

Quadro 5: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas ao recrutamento e seleção.

Recrutar pessoas da comunidade local onde a empresa está instalada.
Reintegrar o funcionário ao mercado de trabalho, quando se tratar de demissão.
Assegurar que as praticas de recrutamento reflitam a diversidade dos clientes e da comunidade.
Não discriminar quanto à idade, sexo, raça, religião e opção sexual no processo de recrutamento.
Adotar políticas de contratação de pessoas com deficiência em maior número exigido pela lei.
Adotar critérios socioeconômicos (como idade, estado civil, aposentadoria, renda complementar ou dependentes) na hora de demitir funcionários.
Adotar a experiência em trabalho voluntário como um dos critérios na contratação de novos funcionários.
Contratar jovens aprendizes e idosos.
Proibir o trabalho infantil, o trabalho forçado ou análogo ao escravo em suas instalações.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

2- Definir políticas éticas e de gestão socialmente responsáveis para a orientação de pessoas, modelagem de cargos e avaliação de desempenho dos colaboradores – garantir oportunidade, para a totalidade dos colaboradores, de compartilhar um plano de cargos com critérios transparentes, bem como participar de atividades de educação e treinamento, pode ser caminho importante para um ambiente de trabalho equitativo. Um público interno consciente e capacitado enriquece o capital humano da organização, possibilitando a melhoria de desempenho, como demonstrado no quadro 6:

Quadro 6: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à orientação de pessoas e à modelagem de cargos.

Assegurar aos recém-contratados o conhecimento concreto do local de trabalho, proporcionando orientações quanto aos locais de acesso possíveis, utilização de equipamentos e máquinas, e quanto às ferramentas disponíveis para uso próprio.
Cumprir rigorosamente ou exercer as normas e convenções internacionais de trabalho
Possuir planos de cargos e salários com critérios transparentes.
Educar os funcionários quanto ao devido respeito a seus companheiros de trabalho, independentemente de raça, sexo, idade, religião, nacionalidade, deficiência física ou orientação sexual.
Oferecer aos funcionários palestras de motivação e aprimoramento nos processos de trabalho, buscando a maior eficiência e eficácia.
Desenvolver atividades sistêmicas de orientação e preparação do funcionário para sua aposentadoria.
Oferecer apoio psicológico ao funcionário necessitado.
Oferecer orientação quanto ao planejamento financeiro do funcionário.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

3- Desenvolver programas de higiene, segurança e qualidade de vida dos colaboradores – um bom ambiente de trabalho é mais produtivo. O desempenho em segurança e saúde está, geralmente, relacionado a medidas preventivas e tendências positivas na moral e na efetividade dos colaboradores. Funcionário saudável traz reflexo para o ambiente de trabalho e tende a reduzir custos operacionais. Estresse, sedentarismo, colesterol alto e tabagismo acabam ocasionando desânimo, absenteísmo, alta rotatividade, retrabalho e menor desempenho. Podemos verificar políticas nesse sentido, no quadro 7:

Quadro 7: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à higiene, segurança e qualidade de vida.

Fornecer serviços de aconselhamento sobre saúde e segurança.
Aumentar a segurança no local de trabalho e seus arredores.
Oferecer infraestrutura de refeitório para o público interno.
Investir em instalações sanitárias adequadas.
Estimular o hábito do uso do uniforme e o uso de equipamentos de segurança.
Proporcionar momentos de integração entre colaboradores de diferentes níveis de hierarquia e setores organizacionais.
Encorajar os funcionários a ter uma dieta saudável e uma alimentação equilibrada.
Oferecer programas de ginástica laboral.
Proporcionar testes e exames médicos periódicos para medir o nível de colesterol, pressão sanguínea, dentre outros.
Estimular práticas esportivas entre os funcionários, oferecendo infraestrutura para sua realização.
Envolver os empregados em gestão participativa.
Adotar política de participação de todos os colaboradores nos resultados financeiros da empresa.
Possuir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e informá-los sobre a importância do uso de equipamentos de segurança de trabalho.
Oferecer acessórios e mobiliários ergonômicos aos colaboradores com funções administrativas.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

4- Institucionalizar sistemas de informações de recursos humanos que possibilitem transparência da organização – os gestores de recursos humanos precisam traçar diretrizes sobre as expectativas de conduta dos colaboradores e, ainda, garantir que os gerentes de outras áreas assumam novas atribuições e atitudes em conjunto com o setor de recursos humanos (Grayson e Hodges, 2002). A formalização dos compromissos éticos da empresa é importante para que ela possa se comunicar de forma consistente com todos os parceiros.

Empresas que demonstram valores éticos, abertura e franqueza descobrem que podem competir melhor e lucrar mais. Os funcionários de uma empresa transparente têm mais confiança uns nos outros e em seu empregador, o que resulta em mais qualidade, inovação e lealdade (Tapscott e Ticoll, 2005). No quadro 8 fica evidenciado possíveis práticas transparentes das organizações:

Quadro 8: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas aos sistemas de informações internas.

Esclarecer as expectativas de conduta ética do funcionário e assegurar que esteja ciente delas.
Apresentar demonstrativos de resultados econômico-financeiros da empresa aos colaboradores.
Possuir um código de ética e disseminá-lo em treinamentos e programas de admissão.
Possuir uma rede de comunicação interna, de maneira que todos tenham acesso às informações sobre práticas de gestão e programas gerenciais.
Promover debates com os colaboradores a respeito de problemas éticos e estruturais enfrentados dentro do ambiente organizacional, proporcionando instrumentos para registrar ocorrência de má administração.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

5- Criar ações que possibilitem o desenvolvimento integral dos colaboradores e da organização – oportunidades de treinamento ou programa de capacitação de colaboradores, através de cursos internos ou apoio financeiro para capacitação, são elementos fundamentais para o desenvolvimento organizacional. Além de proporcionar o aperfeiçoamento pessoal por possibilitar novos conhecimentos e experiências, contribui para a redução de erros e acidentes. A satisfação do colaborador também pode aumentar, guardando relação com a melhoria do desempenho organizacional. Além disso, a aprendizagem contínua promove novas competências, o que possibilita uma adaptação mais rápida às mudanças do mercado de trabalho e melhor empregabilidade, demonstradas no quadro 9:

Quadro 9: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à promoção, à educação e à capacitação.

Manter programas de treinamento e capacitação, estimulando promoções internas.
Assegurar que temas emergentes de gestão estejam inseridos na educação, programas de avaliação e incentivo dos colaboradores.
Buscar a participação dos colaboradores nos processos de melhoria do ambiente de trabalho.
Oferecer apoio educacional, erradicando o analfabetismo entre os colaboradores.
Adotar políticas de promoção de grupos menos representados internamente.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

6- Criar políticas de remuneração, programas de incentivos e benefícios – a equidade é um dos princípios da responsabilidade social e a igualdade de remuneração é um fator de retenção de candidatos qualificados na organização. Quando há desequilíbrio, a empresa corre risco de ações judiciais, além da perda de reputação e credibilidade junto à sociedade. Uma justa política de remuneração e benefícios, com critérios claros e formalmente definidos, é uma iniciativa que contribui para a aproximação dos colaboradores com a empresa e um bom ambiente de trabalho. Demonstrado no quadro 10:

Quadro 10: Possíveis práticas de gestão de pessoas vinculadas à remuneração e benefícios.

Proporcionar instrumentos de assistência a crianças e idosos parentes de colaboradores.
Apoiar com recursos da empresa o trabalho voluntário dos colaboradores.
Oferecer planos de saúde e assistência odontológica aos colaboradores e familiares.
Assegurar remuneração igualitária para homens e mulheres que ocupem a mesma categoria funcional.
Estender os benefícios aos colaboradores terceirizados.
Fornecer cesta básica aos funcionários mais carentes.
Oferecer benefícios como creche, ou outros, para apoiar funcionários com filhos recém-nascidos.
Oferecer bolsas de estudos a seus funcionários que objetivam o crescimento profissional.
Possuir programas de prevenção e tratamento de dependentes químicos.
Proporcionar todos os benefícios oferecidos a ex-colaboradores inválidos por acidente de trabalho.

Fonte: Aligleri e Kruglianskas, 2009.

Essas práticas social e ambientalmente responsáveis asseguram a sustentabilidade dos negócios, a ética empresarial e a confiabilidade dos colaboradores e da sociedade.

Marketing

Partiremos agora para as práticas responsáveis no marketing, onde os aspectos competitivos do sistema de livre empresa motivam as organizações a buscar vantagens competitivas a cada oportunidade que se configura. Assim, o marketing desempenha um importante papel, pois auxilia as organizações a alcançar suas metas de receita e de lucros através da identificação das expectativas dos consumidores. Portanto, as práticas de marketing afetam diretamente os indivíduos e a sociedade, de modo que deveriam ter uma perspectiva do potencial impacto tanto socioambiental quanto competitivo de suas ações.

Questões relacionadas ao marketing, especialmente aquele que menos ético e virtuoso, têm estado histórica e freqüentemente sujeitas a severas críticas. No esforço de chegar a excelência, algumas empresas escondem, indevidamente, características funcionais, resultados de desempenho e garantias do produto, lesando, em última instância, os consumidores (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Contudo, as empresas vêm percebendo a necessidade de responder aos possíveis danos e ressentimentos migrando para um marketing mais responsável. Há um avanço, no comportamento das empresas, “do protesto para a prevenção e da regulamentação para a responsabilidade (Kotler e Armstrong, 2003, p. 545)”. Em outras palavras, a atitude das empresas é a de perceber, entender e satisfazer às novas necessidades e exigências dos consumidores.

O novo milênio impõe uma nova forma de comunicação envolvendo, além dos clientes, todos os envolvidos e interessados com o negócio. Nas empresas que almejam sucesso, o mix de marketing (produto, preço, promoção e ponto de venda) precisa dar respostas às necessidades imediatas e futuras dos consumidores, do ecossistema e dos cidadãos.

Isso significa que, no processo de troca e relacionamento, é importante considerar quatro princípios: verdade, clareza, não desperdício e coerência entre o que a marca promete e entrega (VOLTOLINI, 2008).

Dessa forma, apenas enfeitar anúncios com figuras de árvores e animais em extinção já não convence o público sobre o comportamento responsável da empresa. É preciso comunicar o que a empresa faz, como ela educa a sociedade para o tema e quanto os processos e produtos são ecoeficientes. Esse comportamento é denominado de auto-regulação da comunicação para preservar a confiança (VOLTOLINI, 2008).

A responsabilidade socioambiental está ancorada em relacionamentos e estes, em virtudes que devem estar presentes na comunicação, como respeito, diversidade, compaixão, etc. Mas, antes de comunicar para fora, é preciso envolver e informar os colaboradores, criando uma cultura para sustentabilidade.

Além disso, para dar consistência e credibilidade à imagem socioambiental, é preciso materializar o discurso. As pessoas querem saber se as pessoas estão incorporando os valores disseminados em seus processos de fabricação, produtos, embalagens e estrutura física (KOTLER E ARMSTRONG, 2003).

Dessa forma as empresas que desejarem manter-se competitivas nos próximos anos não podem ignorar, seja por convicção ou conveniência, a responsabilidade socioambiental como elemento importante na construção da sua marca.

Outras práticas socioambientais estratégicas no marketing, segundo Aligleri e Krugliankas (2009), estão relacionadas ao desenvolvimento de produtos, propagandas responsáveis e pontos de venda e construções verdes:

- Para o primeiro, como estratégia, implica para as empresas focadas em sustentabilidade, desenvolver produtos atraentes e funcionais, mas também sociambientalmente responsáveis. O desafio dos gestores de marketing é criar produtos que agreguem benefícios de longo prazo, reduzam o estresse do cliente e aliviem a responsabilidade ambiental dos consumidores, sem reduzir as suas qualidades agradáveis. As empresas vêm percebendo que minimizar o impacto e ser ambientalmente mais benéfica, agregando a perspectiva socioambiental na formação dos produtos, é algo que as diferencia das demais por conseguir conectar a estratégia de negócios aos interesses de um mundo mais amplo.

- Já a estratégia para as propagandas responsáveis, caracteriza-se não se limitando a dizer sempre a verdade. É preciso repensar a atmosfera em torno do produto. As mensagens da propaganda devem envolver e influenciar pessoas de maneira rápida e decisiva, introduzindo comportamento e intensificando valores sociais bons. Nesse sentido, ela tem muito a contribuir com a sustentabilidade, estimulando a reflexão e mudança de atitudes.

- Por fim, para os pontos de vendas e construções verdes, segundo Voltolini (2008), ética e estética caminham juntas no mundo contemporâneo. Dessa forma, é importante que a atmosfera física da empresa seja planejada e personalizada para atender às expectativas socioambientais do mercado alvo. Principalmente nas empresas de varejo, que são mais facilmente avaliadas, devido à proximidade com o consumidor. Entre as novas preocupações, estão o aproveitamento de luz natural, maior área de janelas e paredes de vidro, uso racional da energia, estações de tratamento e reuso de água, dispositivos economizadores, uso de materiais naturais renováveis e reciclados, aquecimento de água por luz solar e coleta seletiva de resíduos.

1.3.2 Desafios para uma gestão socioambiental

Para Aligleri e Krugliankas (2009), um dos principais desafios para a gestão socioambiental se concentra na educação de gestores. Para eles, preparar profissionais para dar respostas às necessidades socioeconômicas crescentes da sociedade torna-se um desafio frente às mudanças que acontecem rapidamente.

Nesse novo tempo, os gestores e as instituições têm o importante papel de educar para elevar o nível de vida, criar sentido mais forte de responsabilidade em relação ao meio ambiente, preocupar-se com as questões éticas, avivar o entusiasmo e a vontade de viver juntos, aceitar e tolerar as diferenças e enfrentar as dificuldades no desenvolvimento da sociedade (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

Dessa forma, os gestores precisam enfrentar novos desafios ocasionados por expectativas intensificadas e maior volume de informações disponíveis aos consumidores e à sociedade. A educação dos futuros gestores de empresas desponta como indispensável para que as organizações impulsionem um agir diferenciado que inclua uma preocupação com as pessoas e as gerações futuras.

O desafio para as instituições de ensino superior brasileiras, neste início de século, compreende a formação de profissionais competentes para enfrentar as pressões impostas pela globalização, à produção de conhecimento técnicos e científicos, a educação das elites intelectuais com potencial de liderança para a mudança social e desenvolvimento de modelos de aprendizado mais comprometidos com a vida humana e o planeta (ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

É oportuno analisar se as instituições de ensino superior estão cumprindo a sua função intrínseca de formar indivíduos tecnicamente capacitados e socialmente comprometidos com uma nova realidade social e ambiental.

Qualquer gerente deve ser capaz de compreender e lidar com as novas questões impostas à gestão, refletidas em desafios éticos para as diferentes dimensões do negócio (PARENTE, (2004), ASHLEY, COUTINHO e TOMEI (2000)).

Essa nova perspectiva, segundo Santos et al (2005, p. 5) “que implica na contínua revisão das preocupações empresariais, aponta para uma nova compreensão do papel a ser exercido pelo administrador enquanto gestor. Condição esta que não fica restrita apenas ao aumento da produtividade, à organização eficiente do trabalho e ao incremento da lucratividade, mas vai além, uma vez que a obtenção de tais objetivos deve estar pautada pela análise de questões éticas, ambientais e sociais”.

O novo gestor devera preocupar-se com princípios, transparência, dialogo constante com públicos diversos, além de gerar valor em três dimensões: econômica, social e ambiental. A nova lógica impacta decisivamente na percepção sobre a empresa e nos critérios para tomada de decisão, pois o gestor passa a ser solucionador de problemas socioambientais ao invés de gerador de impactos adversos (Kruglianskas, 2003). Para isso, necessita antecipar tendências, abranger a realidade complexa que o cerca, ter visão holística das atividades organizacionais de modo a considerar múltiplos processos interligados, complexos e multicausais (Young, 2004). A mudança de paradigma econômico requer transformações radicais no paradigma educacional (MORAES e LIMA, 2000; SILVA, 2006).

A perspectiva holística na gestão, quando aborda os princípios da sustentabilidade, aponta a necessidade de introduzir valores e comportamentos que privilegiem (Capra, 1997):

- ◆ A interdependência, uma vez que todos os membros estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações.
- ◆ O fluxo de recursos, considerando a necessidade de o ecossistema permanecer livre de resíduos.
- ◆ A formação de parcerias para estabelecer ligações e aprender a mudar.
- ◆ A flexibilidade, para que o sistema seja dinâmico.
- ◆ A diversidade da rede, para que a comunidade seja elástica e capaz de se adaptar a situações mutáveis.

Nessa abordagem, os principais desafios referem-se à revisão de crenças e valores aplicados ao processo decisório gerencial.

Este é apenas o começo do processo de reconstrução das empresas, pois há necessidade de um melhor entendimento não somente das formas financeira e física do capital, mas também do capital social, humano e natural (ELKINGTON, 2001).

A organização é, em grande parte, aquilo que são as pessoas que as constituem (Santos et al, 2006). A construção de negócios sustentáveis requer indivíduos educados para reconhecerem-se como parte de um todo, avaliando suas decisões a partir dos impactos para as gerações atuais e futuras (Lopes, 2008). Portanto, novas habilidades conceituais, humanas e técnicas devem ser assimiladas em instrumentos de gestão, valores e princípios organizacionais para implementar as mudanças necessárias,

possibilitando instalar uma nova inteligência empresarial e reduzir problemas socioambientais, esse é o papel de um “novo” gestor consciente.

1.4 Responsabilidade Socioambiental em Micro, Pequenas e Médias empresas

Daremos um enfoque especial em micro, pequenas e médias empresas, pois nosso objeto de estudo, as empresas moveleiras de Votuporanga-SP, em sua grande maioria apresentam esse porte.

No que diz respeito às micros, pequenas e médias empresas brasileiras, Barros et al. (2003) mencionam que existem aproximadamente 4 milhões de micro e pequenas empresas, sendo que aproximadamente 80% atuam nos setores de serviços e comércio. A maior parte delas atua na região Sudeste (55,5%), beneficiando-se de seu mercado consumidor, infra-estrutura e mão-de-obra qualificada, pois 43% da população brasileira vivem nesta região. Segundo os autores, em muitos casos as micro e pequenas empresas são dependentes ou complementares das empresas médias e grandes, ou seja, fornecem suprimentos e serviços às organizações de porte maior, ou atendem a nichos de mercado. São geralmente empresas subcontratadas (terceirizadas), operando em redes formadas pelas empresas grandes e médias, seus clientes, fornecedores, subcontratados e concorrentes.

De acordo com o SEBRAE, no Brasil, as micro e pequenas empresas representam 99,2% das empresas formais na indústria, comércio e serviços. Além disso, respondem por 20% do PIB e empregam 57,2% da força de trabalho que possui carteira assinada (SEBRAE, 2001 e 2005), o que, demonstra a relevância das organizações de micro e pequeno porte para a economia do País. É importante destacar que a participação das micro e pequenas empresas na massa salarial saltou de 20,1% para 26%, entre 1996 e 2002 (SEBRAE, 2005). Analisando-se o Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2005), o qual compara os dados estatísticos disponíveis sobre as empresas brasileiras nos anos de 1996 e 2002, é possível comprovar o grande crescimento das pequenas organizações em nosso país, crescimento este espelhado pelas variações percentuais das participações das empresas em diversos quesitos. Tendo em vista que este Boletim segregava os dados estatísticos de acordo com o porte das empresas e o setor de atuação, pode-se estabelecer o crescimento percentual apresentado pelas indústrias durante o período. Esta informação é de especial relevância

para o presente trabalho, uma vez que o mesmo foca sua análise nas micro, pequenas e médias empresas atuantes no segmento industrial:

Tabela 1 - Crescimento percentual das indústrias segundo o porte, no período 1996-2002

	Micro	Pequena	Média	Grande
Número de empresas formais	+ 32,21%	+ 37,82%	+ 2,71%	- 5,98%
Número de pessoas ocupadas	+ 31,63%	+ 34,19%	+ 0,59%	- 4,53%
Massa de salários e rendimentos pagos	+ 50,12%	+ 27,22%	- 0,36%	- 9,75%

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2005), apud Silva 2008

Pelos dados apresentados, é possível notar, por exemplo, que o número de pequenas indústrias aumentou 37,82% entre os anos de 1996 e 2002, enquanto o número de grandes indústrias diminuiu em 5,98%. É interessante destacar que a massa de salários e rendimentos pagos pelas pequenas indústrias aumentou 27,22%, enquanto que, nas grandes, houve um recuo de 9,75%. Estes números indicam uma tendência de elevadas taxas de crescimento do setor representado pelas micro e pequenas indústrias no Brasil, refletindo a tendência mundial.

Com as informações obtidas junto à bibliografia consultada, constata-se que as micro e pequenas empresas, apesar de serem dotadas de alto grau de flexibilidade e adaptabilidade, representarem um importante segmento socioeconômico em franco crescimento, apresentam diversas limitações e fragilidades, quando analisadas sob o aspecto de seu posicionamento frente às questões de saúde, segurança e meio ambiente.

No que tange à saúde e segurança, nota-se que as condições de trabalho nestas organizações de pequeno porte são geralmente bastante inferiores às encontradas nas grandes empresas. Insegurança financeira, ciclos de vida limitados, pressões por preços reduzidos, direção autocrática, sistemas de comunicação deficientes, falta de consciência e experiência relativos aos temas de saúde e segurança, deficiências em termos de conhecimentos técnicos e escassa frequência de inspeção e controle são alguns dos problemas encontrados nas micro, pequenas e médias empresas. Estas condições muitas vezes terminam por transformar os trabalhadores destas empresas em “trabalhadores de segunda categoria”, sujeitos a jornadas de trabalho mais longas, ritmos de trabalho mais intensos, baixos salários, ambientes de trabalho mais inseguros e níveis de acidentes maiores que aqueles encontrados nas empresas de grande porte. Agregue-se a esta problemática o fato de que os sistemas de fiscalização apresentam

limitações quanto à capacidade de cobrir o universo altamente fragmentado representado por estas organizações, fato este agravado pela sub-comunicação de eventos tais como acidentes de trabalho (AHON, 2006).

Quanto ao meio ambiente, as micro e pequenas empresas também enfrentam limitações que terminam por fazer com que sua atuação seja menos adequada que a das grandes empresas, chegando a, proporcionalmente, gerar mais impactos ambientais. Falta de recursos financeiros, técnicos e cognitivos, competição por preços baixos, falta de apoio governamental, necessidade de priorizar o aperfeiçoamento tecnológico e a competitividade a curto prazo, falta de consciência quanto às questões ligadas à sustentabilidade e dificuldade em reconhecer oportunidades de ordem ambiental são algumas das deficiências apresentadas pelas empresas menores. Tais deficiências fazem com que as micro e pequenas empresas realizem poucos investimentos ambientais, focalizando sua atenção naqueles procedimentos de gestão que aumentem sua eficiência produtiva via redução do consumo de insumos e geração de sucatas, o que acaba conduzindo a benefícios ambientais marginais. Constata-se que, no Brasil, a adoção de uma política ambiental de comando e controle faz com que a principal preocupação das indústrias seja sua adequação aos requisitos legais (AHON, 2006).

É notório nas empresas desse porte, uma série de riscos socioambientais para um conjunto cada vez maior de organizações, sem que as mesmas dispusessem do preparo adequado para evitar que fossem causados danos aos trabalhadores e ao meio ambiente. Contribuem para esta situação a falta de políticas públicas de apoio e a carência de recursos técnicos, financeiros e cognitivos das micro e pequenas empresas, o que, muitas vezes, inviabiliza qualquer iniciativa destas empresas de pequeno porte para implementar uma efetiva gestão socioambiental (AHON, 2006).

Com este quadro em vista, torna-se clara a necessidade de se buscar alternativas que viabilizem o adequado tratamento das questões relacionadas à saúde, segurança e meio ambiente por parte das pequenas empresas. Isto, de maneira a evitar que o desenvolvimento das micro e pequenas empresas tragam, como contrapartida, o aumento da vulnerabilidade da sociedade aos riscos socioambientais relacionados às atividades produtivas.

1.4.1 Desafios socioambientais em Micro, Pequenas e Médias empresas

Como observamos na seção de gestão socioambiental, os principais desafios trazidos por Aligleri e Krugliankas refletiam na educação dos gestores. Nas micro e pequenas, além da educação dos gestores, foi observado um grandioso desafio nas áreas de segurança e saúde do trabalhador e em relação ao meio ambiente.

Desafios na área de saúde e segurança do trabalhador

Conforme relata Filho (2006), em 1999 a Organização Internacional do Trabalho - OIT estimou a existência de mais de 250 milhões de acidentes de trabalho, 350 mil acidentes fatais e 1,1 milhões de mortes por acidentes e doenças ocupacionais no mundo. Cerca de mil pessoas por dia não voltavam vivas do trabalho. A OIT estimou ainda entre 10 e 100 incidentes por cada acidente de trabalho e 750 a 1000 acidentes por cada fatalidade.

Segundo dados da OIT, quatro pessoas morrem a cada minuto no mundo por causa de acidentes de trabalho e, na visão dessa entidade, pelo menos três dessas mortes poderiam ser evitadas se fossem adotadas medidas para prevenir os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais. A estimativa da OIT, para o número de trabalhadores que perderam a vida durante o ano de 2002, é de dois milhões de vítimas.

Conforme o levantamento houve uma queda no número de lesões graves nos países industrializados, enquanto, nos países subdesenvolvidos, ainda continuam ocorrendo os maiores índices de mortes e acidentes, cujo ápice está nos setores da agricultura, exploração florestal e pesca, destacados como os setores de maior risco. Importante mencionar que esta instituição aponta a competição globalizada, a crescente fragmentação do mercado de trabalho e as rápidas mudanças em todos os aspectos do trabalho como responsáveis pelo desafio crescente à proteção do trabalhador. Segundo Andrade (2003), 34% do total de acidentes e 41% dos acidentes graves no mundo ocorrem em empresas que possuem menos de 25 pessoas ocupadas.

No Brasil, as estatísticas do Ministério do Trabalho e Previdência Social não estão estruturadas de maneira a permitir o rastreamento dos acidentes por porte, no entanto, é de se esperar que a situação não seja muito diferente de outras partes do mundo. De maneira geral, as micro, pequenas e médias empresas não atendem adequadamente às necessidades de seus colaboradores, no que tange ao respeito à saúde

e segurança no trabalho. Conforme Filho (2006), ao citar SEBRAE (2003), 96% destas organizações não cumprem as normas reguladoras correspondentes a sua atividade.

Em termos gerais, as estatísticas apontam que, no Brasil, segundo a Previdência Social, no período de 1999 a 2003, foram registrados 1.875.190 acidentes de trabalho, sendo 15.293 com óbitos e 72.020 com incapacidade permanente, e uma média de 3.059 óbitos/ano, entre os trabalhadores formais (média de 22,9 milhões em 2002). O coeficiente médio de mortalidade, no período considerado, foi de 14,84 por 100 mil trabalhadores (MPS, 2003). A comparação desse coeficiente com o de outros países – tais como Finlândia: 2,1 (2001); França: 4,4 (2000); Canadá: 7,2 (2002) e Espanha: 8,3 (2003). Takala (1999) – demonstra que o risco de morrer por acidente de trabalho no Brasil é cerca de duas a cinco vezes maior.

Infelizmente os registros estatísticos sobre impactos socioambientais nas micro e pequenas empresas no Brasil no campo da saúde e segurança do trabalho praticamente inexistem e, quando existem, são pontuais. Porém, se considerarmos o panorama mundial socioambiental de organizações deste porte, a situação brasileira é no mínimo preocupante, principalmente devido à alta concentração de empresas desse porte na economia brasileira.

Desafios na área de meio ambiente

As principais causas de desaparecimento das micro e pequenas empresas brasileiras apontadas pelo SEBRAE estão na área de gestão empresarial. Portanto, gerenciar os recursos ambientais nas empresas desse porte é um desafio a ser encarado pelas organizações deste porte. Basta verificar o panorama mundial de economias mais desenvolvidas como Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido, Índia, China e Canadá.

Na Espanha, a porcentagem de empresas com menos de 50 pessoas ocupadas que possuem um sistema de gestão ambiental formal é de 4,2%, contra 35% daquelas empresas que contam com mais de 250 funcionários. Confirmando a tendência, constata-se que 93% das microempresas espanholas e 58% das britânicas declaram não possuir qualquer estratégia ambiental formalizada (ENSR, 2002).

Segundo Ahorn (2006), é importante destacar que as pequenas empresas, especialmente aquelas dedicadas ao setor industrial, são particularmente presentes em setores caracterizados pela alta intensidade no uso de recursos e pela emissão de

poluentes, como acabamento de metais, tingimento de couros e tecidos, limpeza a seco, impressão, processamento de alimentos, fabricação de tecidos, química, móveis e outros (INDUSTRY AND ENVIRONMENT, 2003).

Apesar de não existirem suficientes dados estatísticos a respeito, estimativas realizadas na Holanda e no Reino Unido indicam que aproximadamente 50% dos resíduos industriais são gerados por estas empresas (ENSR, 2002). A publicação INDUSTRY AND ENVIRONMENT (2003) informa que existem estimativas indicando que, na Índia, as micro e pequenas empresas produzem pelo menos 65% dos resíduos industriais. Nos Estados Unidos e no Canadá, constatou-se que as emissões tóxicas das empresas de pequeno porte cresceram 32% entre 1998 e 2000, apesar de ter havido uma redução da poluição industrial atmosférica total de 4% neste mesmo período. Uma pesquisa realizada com 116.300 micro e pequenas empresas da província chinesa de Jiangsu apontou que 67,7% delas geravam grandes níveis de poluição, enquanto 28,5% geravam níveis moderados. Somente 4% foram consideradas livres de emissões poluidoras.

Ahorn (2006) destaca ainda o importante papel exercido pelo apoio do setor público. Dados obtidos na Áustria revelam que 55% das micro e pequenas empresas que possuem sistemas de gestão ambiental naquele país jamais teriam conseguido implementá-los sem o apoio financeiro público (ENSR, 2002).

No caso brasileiro, a atuação do sistema público limita-se à fiscalização precária, enquanto a cultura empresarial do segmento encontra dificuldades para atender aos requisitos legais, principalmente aqueles referentes à preservação do meio ambiente. Conforme pesquisa BNDES; CNI; SEBRAE (1998, *apud*: AHORN, 2006), há um despreparo das micro, pequenas e médias empresas para tratar adequadamente as questões ambientais. Ações relativas à correta disposição de resíduos sólidos, controle de emissões e treinamentos relativos às práticas de gestão ambiental são muito menos representativas nestas empresas do que nas grandes: enquanto 62% das grandes empresas tomam medidas visando à disposição adequada de resíduos sólidos, somente 30% das pequenas fazem o mesmo.

A pesquisa BNDES; CNI; SEBRAE (1998) também indica a proporção de empresas que realizaram investimentos ambientais no ano de 1997. Constata-se que 64% das empresas realizaram investimentos em 1997, dentre os quais os investimentos ambientais representaram, no máximo, 3% do total. Percebe-se que a adoção de práticas de gestão ambiental não está diretamente ligada à realização de investimentos

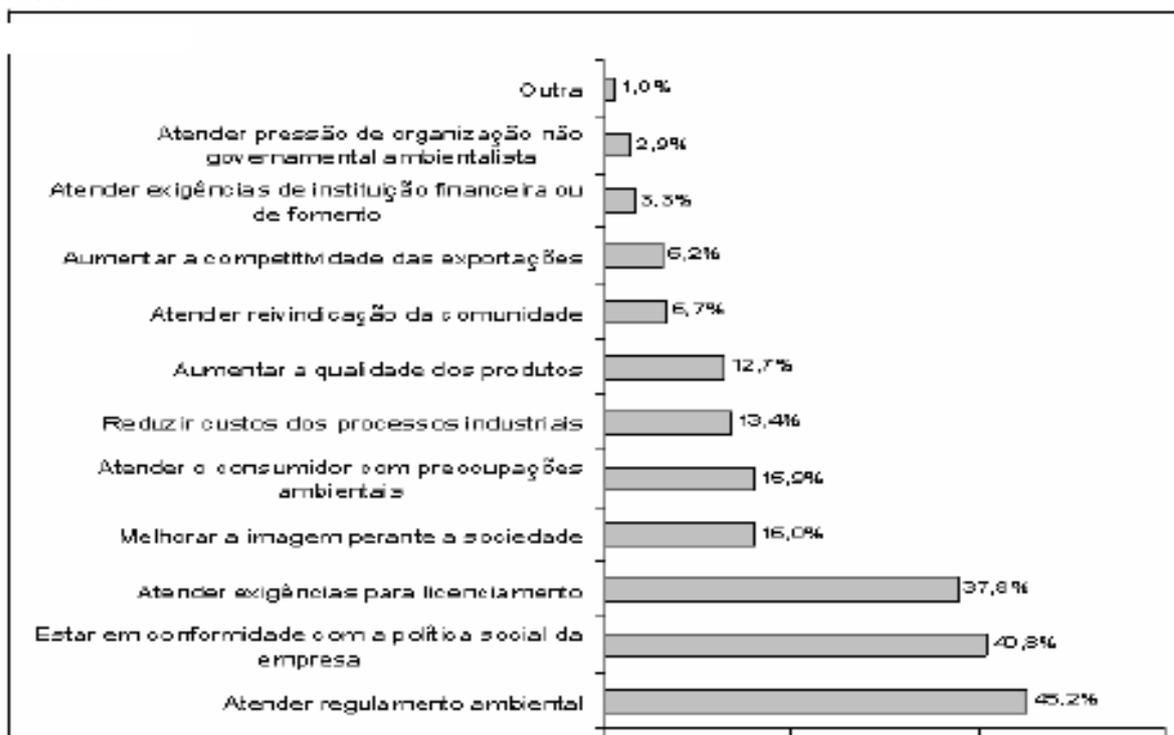
ambientais, pois, enquanto 84% das empresas declararam adotar algum tipo de prática neste sentido, somente 50% efetuaram investimentos correspondentes. Segundo os dados levantados, apenas 9% das grandes empresas não realizaram qualquer investimento na área ambiental, sendo que esta proporção se eleva para cerca de 22% nas médias empresas, 32% nas pequenas e cerca de 65% nas microempresas.

Evidencia-se claramente a íntima relação entre porte empresarial e ações de cunho ambiental, comprovando uma das fragilidades das micro e pequenas empresas já apontadas anteriormente, ou seja, a escassez de recursos financeiros para investimento nesta área. Para Ahorn (2006), tal informação confirma que o interesse das empresas desse porte por práticas de gestão ambiental concentra-se em oportunidades que lhes propiciem ganhos econômicos com reduzidos investimentos, tais como aumento da eficiência no uso de insumos, reciclagem de sucatas e redução da produção de resíduos, conforme apontado anteriormente.

Mas o cenário brasileiro das micro e pequenas empresas aponta para outras prioridades. Segundo Ahorn (2006), citando o Relatório da Competitividade da Indústria Brasileira publicado pelo BNDES; CNI; SEBRAE (2001) e Barros (2003), 57,5% das microempresas não haviam adotado qualquer procedimento de gestão ambiental, contra apenas 5% das grandes empresas na mesma situação.

A pesquisa “Sondagem Especial sobre Meio Ambiente”, publicada em 2004 pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, menciona as principais razões para a adoção de procedimentos de gestão ambiental nas indústrias brasileiras, baseando-se em dados coletados junto a 1.007 pequenas e médias e 211 grandes empresas industriais. O Gráfico 1 mostra que 45,2% dos entrevistados estão com foco no cumprimento do regulamento ambiental, 40,8% buscam atender a política social estabelecida pela própria empresa e 37,8% referem-se à obtenção de licença ambiental. Em síntese, o foco das razões para adoção de sistema de gestão ambiental concentra-se nas demandas legais.

Figura 3: Principais razões para a adoção de medidas gerenciais associadas à gestão ambiental



Fonte: CNI (2004), apud Silva, 2008

Outro dado preocupante refere-se ao campo da gestão empresarial. A deficiência de planejamento e gestão dos recursos, aliada à falta de crédito e de conhecimentos por parte dos empreendedores, são as principais causas da perda de foco e mercado das micro e pequenas empresas. Neste sentido, a gestão socioambiental pode estar praticamente à margem da visão dos micro e pequenos empreendedores brasileiros. Para se ter um exemplo, não existe no país uma política de Saúde e Segurança no Trabalho - SST e Meio Ambiente específica para este segmento. Neste exato momento a Fundacentro e o SEBRAE sinalizam uma proposta de criação da política de SST, a ser estruturada no Brasil, mas, até no caso desta iniciativa, as micros, pequenas e médias empresas estão submetidas aos mesmos padrões das grandes organizações. Ahorn (2006) aponta que, no Brasil, há um foco exclusivo na fiscalização, insuficiente frente ao grande número de empresas no segmento. Drucker (2001) já dizia: não é possível gerenciar aquilo que não se conhece e, ao que parece, a questão socioambiental ainda é “desconhecida” para empresas deste porte.

Assim, constata-se que a qualidade de vida do trabalhador industrial brasileiro vista sob as variáveis da saúde, segurança e meio ambiente é uma realidade para apenas 50% dos brasileiros. Aos demais, há apenas o benefício da renda como moeda de troca

pelo trabalho desenvolvido. As pequenas e médias empresas são de suma importância no parque industrial de qualquer nação. É urgente que suas lideranças saibam responder às demandas socioambientais, conscientes da necessidade de ir além da lucratividade. Precisam compreender a importância de se preocuparem com o bem-estar dos grupos que recebem os impactos de seu negócio, para manter suas relações comerciais com as grandes corporações empresariais, com o consumidor final e com mercados externos, que a cada dia se tornam mais exigentes.

Veremos na seqüência deste trabalho, a caracterização da indústria de móveis no Brasil incluindo uma discussão socioambiental, o Pólo da cidade de Votuporanga-SP abordando a mesma discussão e por fim, o resultado da pesquisa sobre a percepção do tema socioambiental nessa cidade.

2 – A INDÚSTRIA MOVELEIRA: histórico, caracterização, importância econômica e social e panorama socioambiental

2.1 A indústria moveleira

A indústria de móveis caracteriza-se pela reunião de diversos processos de produção, envolvendo diferentes matérias-primas e produtos finais, e pode ser segmentada principalmente em função dos materiais com que os móveis são confeccionados (madeira, metal e outros), assim como de acordo com os usos a que são destinados (em especial, móveis para residência e para escritório). Além disso, em virtude de aspectos técnicos e mercadológicos, as empresas, em geral, são especializadas em um ou dois tipos de móveis, como, por exemplo, de cozinha e banheiro, estofados, entre outros (FOCHI, 2007).

O setor moveleiro teve seu desenvolvimento industrial tardio, somente a partir dos anos 60 que a produção em larga escala de móveis padronizados se generalizou no setor. A produção de móveis em escala industrial é puxada pelo aumento de consumo, pelo surgimento de um mercado para móveis padronizados (de desenho mais simples, retilíneos e modulados) e a adoção de matérias-primas mais baratas e produzidas industrialmente, sobretudo chapas de madeira processada. A busca da adequação da produção de móveis ao poder aquisitivo do consumidor, o conceito de mercado estratificado em nichos por faixa etária, sexo e estilos de vida, são noções que começam a ser introduzidas no setor no final dos anos 60, mas que só nos anos 80 se difundem amplamente (ROESE e GITAHY, 2004).

O mesmo ocorre com a constituição do mercado mundial de móveis, um fenômeno ainda mais recente, que surge apenas a partir dos anos 90. É possível afirmar que a indústria moveleira, além de se desenvolver tardiamente, se insere na globalização depois que a maioria dos setores industriais e esses dois processos ocorrem de forma quase que concomitante. No entanto, apesar de recente, a globalização do mercado de móveis chama a atenção pelo seu rápido crescimento em relação aos demais setores da indústria de transformação. Entre 1994 e 1998 o comércio mundial de móveis cresceu 41%, contra 27% dos produtos industrializados em geral, crescimento ainda mais significativo se comparado ao de outros setores “tradicionais”, como vestuário (16,6%) e calçados (-2%) (KAPLINSKY e READMAN, 2000, p.6).

2.1.1 Histórico nacional

Apesar dos referenciais teóricos não identificarem uma data precisa sobre como e quando surgiu à indústria moveleira no mundo, sabe-se que o seu desenvolvimento originou-se da produção artesanal sobre as condições de vida do homem, tais como: habitação, costumes, cultura e sobrevivência. No Brasil, a produção de móveis teve sua origem com o trabalho artesanal em madeira, que pode ser considerado uma herança dos portugueses. A influência dos portugueses e outros imigrantes europeus foram marcantes até o início do século XX. (LIMA, 2005)

Santos (1995) afirmou que os artesãos produziam móveis clássicos, através de cópias de modelos europeus, os quais possuíam somente a madeira de origem brasileira. A partir do ano de 1808 a abertura dos portos fez com que surgissem os primeiros indícios de fabricação de móveis industrializados. A cultura industrial moveleira surgiu no começo do século XX com pequenas marcenarias de artesãos italianos, devido a grande imigração da época.

De acordo com Santos (1995), a interrupção das importações devido à primeira guerra mundial aumentou a produção de móveis no Brasil, e mais tarde, no segundo pós-guerra os móveis começaram a ser produzidos em série.

A Associação Brasileira de Indústrias Moveleiras - ABIMÓVEL (2004), traça uma cronologia dos principais fatos sobre a indústria moveleira, dentre eles cita que em 1890, começam a ser produzidos móveis em escala pela Companhia de Móveis Curvados no Rio de Janeiro, e os móveis sob medida têm seu início com Gelli Indústria de Móveis S.A., de Petrópolis, em 1897. Os móveis estofados juntamente com colchões começaram a ser produzidos em Curitiba-PR pela fábrica de Móveis Ronconi, no ano de 1919, e a Companhia Industrial de Móveis implantada pela serraria de tábuas de pinho e imbuia situada em Rio Negrinho - SC se transforma em 1951 na conhecida Móveis Cimo S.A. (LIMA, 2005).

Lima, 2005 relata outros acontecimentos importantes na produção de móveis no Brasil, foram: o primeiro Concurso de Móveis Proletariado do Brasil, criado por Mário de Andrade em 1936; o lançamento da chapas aglomeradas em 1966, pela Placas do Paraná; a fundação da AFAN Associação Nacional dos Fabricantes de Móveis no ano de 1977; a criação do SENAI CETEMO - Centro Tecnológico do Mobiliário do SENAI em Bento Gonçalves, no ano de 1983; em 1992, a criação da ABIMÓVEL - Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário; a implantação do primeiro Curso Superior da

Tecnologia em Produção Moveleira da Universidade de Caxias do Sul - UCS, em 1994; e a assinatura do Programa Brasileiro de Incremento à Exportação de Móveis - PROMÓVEL em 1998 (ABIMÓVEL, 2004). Desde então a indústria brasileira de móveis vem crescendo gradativamente.

2.1.2 Principais características

Tem-se a seguinte classificação para a indústria mobiliária excluindo-se a fabricação de persianas (SEBRAE, 1998):

- Móveis de madeira
 - para uso residencial;
 - para uso de escritório;
 - armários embutidos de madeira;
 - componentes de madeira para moveis;
 - componentes de madeira para rádios e televisores.
- Móveis de Vime e Junco
- Móveis de metal
 - para uso residencial;
 - para uso de escritório;
 - componentes de metal para móveis;
- Móveis de plástico
 - para uso residencial;
 - para uso de escritório;
 - moveis de plástico para rádios e televisores
- Artefatos diversos do moveleiro;
- Montagem e acabamento de moveis
- Estofados
- Colchões
- Móveis e artefatos não identificados ou não classificados.

Como se pode observar trata-se de uma classificação complexa, envolvendo tipos diferentes de matérias-primas, tipos diferentes de produtos e utilização diversa. Isto

reflete a multiplicidade de produtos que são englobados no gênero madeira e, em decorrência, a multiplicidade de processos produtivos envolvidos. (RANGEL, 1993). Quanto ao porte da empresa, a ABIMÓVEL, combina o número de funcionários com o setor econômico, ao qual a empresa pertence, para definir o critério de classificação para indústria de móveis (quadro 11). Dessa forma terão critérios fixados para pesquisa de campo.

Quadro 11 Classificação das empresas por numero de funcionários, segundo ABIMÓVEL

Classificação	Numero de funcionários (indústria de móveis)
Micro	Até 15 empregados
Pequena	De 16 a 150 empregados
Média	Acima de 151 empregados
Grande	Não referenciada

Fonte: Rodrigues 2002, com base da ABIMÓVEL

A indústria brasileira é segmentada em duas categorias: móveis para residências e móveis para escritórios. O setor de móveis para residências constitui-se o principal segmento da indústria de móveis, reunindo 77,5% do número total de estabelecimentos e 73,5% da mão-de-obra empregada. Constitui os móveis para residenciais, notadamente dormitórios, armários, cozinhas e racks. Esses móveis podem ser subdivididos em dois tipos: móveis retilíneos e móveis torneados (RODRIGUES, 2002).

Nos móveis retilíneos, o design segue uma padronização baseada em linhas retas e com desenhos menos sofisticados, com processo de produção mais simplificado, envolvendo poucas etapas produtivas. Algumas empresas, inclusive, não realizam mais as etapas de acabamento e montagem. Tratando-se de móveis modulares, a montagem é, freqüentemente, realizada pela empresa que comercializa o produto. Utilizam como principal matéria-prima os painéis de madeira do tipo compensado, aglomerado, MDF, OSB (*oriented strand board*), entre outros (BRDE, 2006).

Os móveis torneados, que utilizam uma maior variedade tecnológica, são elaborados com ampla riqueza de detalhes e acabamento, onde mesclam-se formas arredondadas, curvilíneas e retas, têm, na madeira maciça, a sua principal matéria-prima, seja de lei ou originária de florestas plantadas. Geralmente os móveis inteiramente maciços, fabricados com madeira de *pinus*, são destinados à exportação (BRDE, 2006).

Nesse segmento, é comum, numa mesma planta industrial, produzir-se uma linha diversificada de produtos – sala de jantar, cozinhas, dormitórios, com diferentes padrões e modelos. Os móveis torneados podem ser fabricados através de um processo artesanal ou em série, podendo ser customizados para melhor atender as exigências do mercado. Frequentemente, a atualização tecnológica das máquinas e equipamentos é menor do que no segmento de móveis retilíneos (COUTINHO e FERRAZ, 2002).

Quadro 12 - Principais Características do Segmento de Móveis de Madeira para Residências.

TIPO DE MÓVEL	PRODUÇÃO	MATÉRIA-PRIMA PREDOMINANTE	PORTE DAS EMPRESAS	PRINCIPAL MERCADO CONSUMIDOR	GRAU DE TECNOLOGIA
Torneado	Seriada	Madeira de reflorestamento, especialmente serrado e pínus	Médias e grandes	Exportação	Alto
	Sob Encomenda	Madeiras de lei, em especial serrado de folhosas	Micro e pequenas	Mercado nacional, em especial para classes média e alta	Baixo, quase artesanal
Retilíneo	Seriada	Aglomerado	Médias e grandes	Mercado nacional, em especial para classes média e baixa	Alto
	Sob encomenda	Compensado e aglomerado	Micro e pequenas	Mercado nacional em especial para classes média e baixa	Médio

Fonte: Estudo de Competitividade, BRDE, 2006 Elaboração: BNDES

A aplicação de tecnologias no desenvolvimento dos móveis brasileiros tem sido introduzida, sobretudo, pelos fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos. Itália e Alemanha são os principais fornecedores de máquinas e equipamentos e, por extensão, os maiores disseminadores de inovações tecnológicas da indústria do mobiliário. A indústria fornecedora de insumos como as chapas de madeira (MDF, chapas de fibra, aglomerado), as indústrias fabricantes de produtos químicos e as petroquímicas, são também grandes geradoras de inovação (GORINI, 1998).

Há, também, uma multiplicidade de pequenas empresas, em geral marcenarias, que produzem sob encomenda e cuja matéria-prima básica é a madeira compensada conjugada com a madeira maciça. Essas pequenas empresas preenchem certos nichos de mercado, principalmente em relação aos móveis torneados (SEBRAE, 1998).

Os móveis para escritórios constituem-se a segunda categoria mais importante: 11,9% do número de estabelecimentos e 14,9% do pessoal ocupado, podendo ser divididos em dois tipos: móveis para escritório sob encomenda e móveis seriados avulsos. A maior complexidade dos processos produtivos desse segmento, segundo o SEBRAE (1998), marcenaria, metalurgia e tapeçaria, exclui a presença de micro e pequenas empresas. A diversificação de produtos é muito menor e os processos produtivos são bem mais complexos envolvendo, basicamente, o trabalho de marcenaria, metalurgia, tapeçaria, injeção de poliuretano, acabamento, montagem e embalagem.

Os móveis de metal, os quais representam 3,2% do número de estabelecimentos e 4,1% do pessoal ocupado, segundo o SEBRAE (1998), são basicamente móveis de aço tubular conjugados com outras matérias-primas: madeira, vidro. Nesse segmento, a maior complexidade dos processos produtivos – metalurgia – inibe a presença de pequenas empresas (RODRIGUES, 2002).

A indústria de mobiliário faz parte dos chamados setores tradicionais da economia e de acordo com Tachizawa (1997), as indústrias moveleiras se enquadram no setor econômico semi-concentrado, que compreende as empresas de bens não duráveis, tendo como características:

- Reduzido dinamismo tecnológico;
- Intensidade de mão-de-obra relativamente elevada;
- Utilização relativamente alta de materiais de origem animal ou vegetal;
- Baixo grau de concentração sem participação majoritária de nenhuma empresa;
- Pouca diferenciação de produtos por parte das empresas que são extremamente dependentes da taxa de crescimento de emprego;
- Barreira á entrada constituído pelo restrito acesso a rede de distribuição e comercialização, onde intermediários e atacadistas detém alto poder de negociação.

O setor de indústria semi-concentrado, segundo Tachizawa (1997) pode induzir a um posicionamento estratégico genérico, efetivado através de medidas como:

- Modernização dos canais de distribuição, incluindo rede de revendedores próprios ou exclusivos;
- Implementação de sistemas de franquias, estabelecendo parceria com clientes e intermediários;

- Ênfase na competição via preços, que neste ramo de atividade assume maior importância comparativamente a outras estruturas de mercado.

É um setor da economia que, dada a atuação das variáveis ambientais, sofre influência negativa da abertura de mercado. Esse setor é altamente influenciável pelas políticas e medidas sociais estabelecidas pelo governo (RODRIGUES, 2002).

O setor, que se caracteriza pela predominância de pequenas e médias empresas que atuam em um mercado muito segmentado, é ainda intensivo em mão-de-obra e apresenta baixo valor adicionado (por unidade de mão-de-obra) em comparação com outros setores (GORINI, 1998).

Para aumento de competitividade da indústria moveleira, ganham cada vez mais importância as inovações em termos de processo e de produto. Por isso a gestão empresarial (conhecimento nas áreas de gerenciamento financeiro, recursos humanos, produção, marketing) e gestão do design são fatores que vêm recebendo atenção crescente pela indústria moveleira, principalmente as empresas líderes, pelos diferenciais que podem trazer no cenário de competitividade pela agregação de qualidade e valor ao produto (BRDE, 2006).

O design na Indústria Moveleira no Brasil ainda permanece restrito às empresas que lideram o setor por terem escala, de tamanho médio e serem dotadas de estrutura para manter um quadro de profissionais capacitados – arquitetos, engenheiros, desenhistas, designers – para o desenvolvimento de produtos. Mas, mesmo entre as empresas líderes em exportação, existe um grande problema a ser superado que é a falta de um design genuinamente nacional, já que a maioria dos móveis produzidos para o mercado externo são baseados em modelos de produtos criados no exterior (BRDE, 2006).

Já as micros e pequenas, que são a grande maioria, pelo fato de terem dificuldades para manter uma estrutura adequada com profissionais especializados, comumente copiam e adaptam os modelos criados e desenvolvidos pelas empresas líderes (BRDE, 2006).

Com relação à comercialização, as empresas brasileiras utilizam-se de estratégias e procedimentos diferenciados para atuação nos mercados, de acordo com o segmento que pretendem atingir: mercado interno ou externo. No mercado interno, para onde estão voltadas a maioria das empresas do setor, os nichos são bastante diversificados. No segmento de classe média/alta, as empresas atuam com produtos de maior valor agregado e qualidade. Os móveis são produzidos sob encomenda ou em

série e distribuídos geograficamente através de franquias ou de pontos de vendas próprios. (BRDE, 2006).

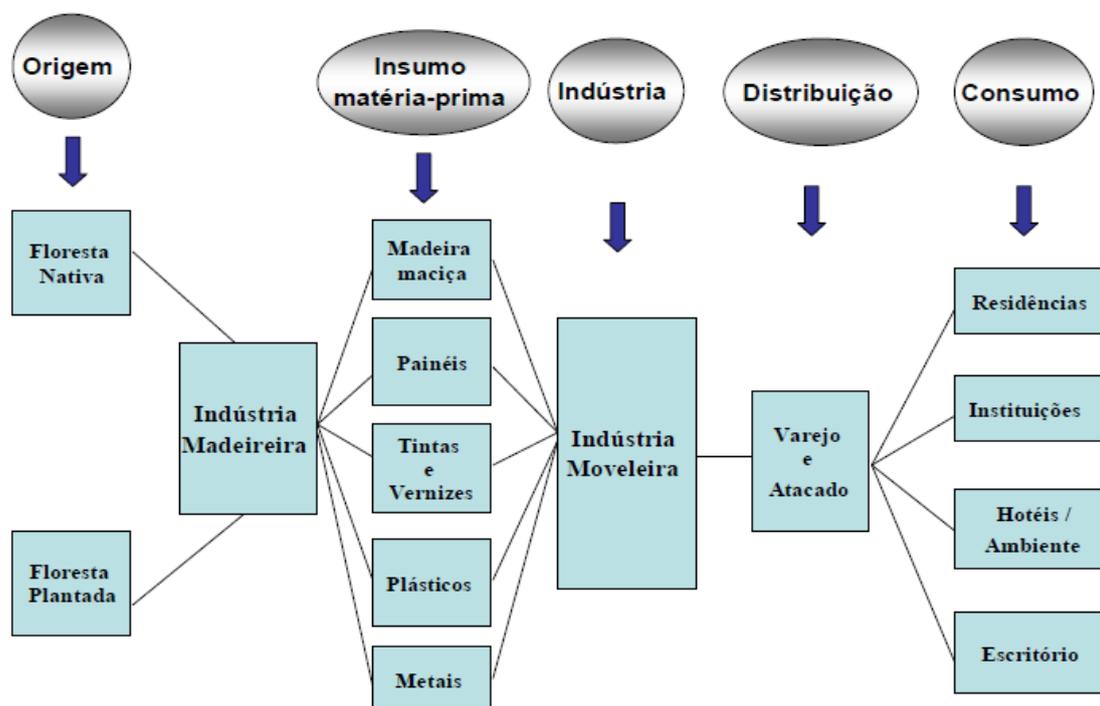
Já no segmento popular ou de massa, que atua num mercado de menor poder aquisitivo, o preço é o fator de maior competitividade. Neste segmento, tanto as empresas de produção em massa, quanto os pequenos fabricantes de móveis padronizados, procuram reduzir, ao máximo, os custos de fabricação o que, não raras vezes, compromete a qualidade final dos produtos (MOTTA, 2006).

A estratégia de acesso ao mercado é a utilização de redes de distribuidores e atacadistas nacionais. No mercado externo, o Brasil se insere como produtor e a eficiência produtiva e preço baixo do produto são os principais fatores competitivos.

Muito embora as empresas sejam dotadas de capacidade produtiva adequada e estejam investindo na atualização dos seus parques produtivos, dependem, sobremaneira, da importação tecnologia tanto de processo quanto de produto. O acesso ao mercado externo, na maioria das empresas, é feito por meio dos agentes de exportação. Ainda são raras as iniciativas de inserção no mercado internacional de forma direta (BRDE, 2006).

A cadeia produtiva de móveis compreende o conjunto de atividades que se articulam, progressivamente nas diversas etapas de produção, desde a matéria-prima até o produto final, incluindo fornecedores de máquinas e equipamentos, insumos de maneira geral, logística, comercialização, podendo os elos situarem-se ou não, integralmente, na aglomeração produtiva (BRDE, 2006).

Figura 4 - Cadeia Produtiva da Indústria de Madeira e Móveis



Fonte: adaptado do Estudo de Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Cadeia de Madeira e Móveis – UNICAMP/IE/NEIT, MDIC e Finep. Dez, 2002.

As etapas produtivas dessa indústria: corte das árvores da floresta; transporte das toras até as indústrias – serrarias ou laminadoras; transformação primária em tábuas/vigas ou lâminas de madeira; transporte das tábuas/vigas para as beneficiadoras que fazem a transformação secundária em portas, pisos, forros ou transporte das lâminas para as fábricas de compensados; transporte dos produtos para os portos de exportação ou para as revendedoras, para uso na construção civil e indústrias moveleiras; e geração e destino adequado e inadequado de resíduos (Almeida & Zubler, 2000; Barcellos, 2000). Segundo vários autores, entre eles Barcellos (2000), Souza, Blank & Calvo (2002), Thélin (2002), Leal (2005) e em Panorama Setorial (2005), em todas essas etapas da produção conformam-se situações de riscos sociais, tecnológicos, ergonômicos e organizacionais que produzem doenças e acidentes relacionados ao trabalho, com alta incidência de graves seqüelas e mutilações, trazendo grande repercussão na vida social dos trabalhadores.

Os insumos utilizados para a fabricação de móveis, além da madeira, são variados – couros, tecidos, metais, aço, plástico – os quais, por sua vez, estão inseridos

em outras cadeias produtivas. Por isso, a cadeia inclui, também, os produtos fornecidos por outros segmentos industriais - como químico, metalúrgico, têxtil, entre outros - e de serviços - como as ações ligadas ao marketing, design e logística, indicando a grande segmentação do setor (COUTINHO e FERRAZ, 2002).

À montante da cadeia produtiva está inserido o cultivo, a extração e o beneficiamento e do seu insumo principal, a madeira, bem como dos outros insumos utilizados. O segundo elo da cadeia é a atividade de transformação – a própria fabricação dos móveis e seus componentes, seja de madeira, metal, couro, tecido, etc.

Á jusante constam a logística de distribuição, a comercialização do produto final, aí incluídas as estratégias mercadológicas para o varejo e atacado, tanto no mercado interno como externo (COUTINHO e FERRAZ, 2002).

Em resumo, a indústria de móveis pode ser considerada uma das mais conservadoras da atual estrutura produtiva. Isso é especialmente verdadeiro no segmento de móveis de madeira, uma vez que se trata de material pouco propício à utilização de processos contínuos de fabricação, o que por sua vez dificulta consideravelmente a automação e a possibilidade de ganhos de escala. Segundo Filho (2006), a falta de uma estratégia industrial brasileira específica para o setor de móveis e a baixa qualidade tecnológica faz com que esse ramo da indústria seja suscetível às dificuldades geradas pela globalização e exposta aos desafios da competitividade industrial. Além disso, é um setor que, pela natureza de sua atividade, apresenta um grande potencial para a geração de impactos ambientais.

Grande parte destes impactos relacionados principalmente às micro e pequenas empresas do setor moveleiro tem origem no setor florestal e refere-se ao caráter extrativista da atividade madeireira que ainda predomina na cultura brasileira. Este cenário de extrativismo colocado sob pressão mercadológica vem sendo substituído por iniciativas técnicas e tecnológicas na cadeia da indústria de base florestal que culminam em novas oportunidades de negócios e em um modelo de produção mais econômico sob o ponto de vista do consumo de recursos naturais. Mesmo assim, os números apontam que há muito por fazer para eliminar o desperdício e o descompasso do setor em relação às necessidades de desenvolvimento sustentável.

2.1.3 Pólos produtores

Outra característica da indústria moveleira no Brasil, é que ela se apresenta estruturada em pólos regionais que, por sua vez, apresentam um determinado padrão de especialização. Entretanto, a elevada diversidade geográfica, econômica e cultural do país, se reflete nos pólos moveleiros, que passam a apresentar características muito diferentes entre si. Estes diferentes padrões de especialização regionais permitem que a indústria moveleira nacional apresente uma estrutura bastante diversificada (ABDI, 2008).

A indústria moveleira se encontra dispersa por todo o território nacional. Porém, a maior parte das empresas se concentra em poucos estados. Do ponto de vista da distribuição geográfica, observa-se que esta indústria localiza-se principalmente na região centro-sul do país, que responde por 83% das empresas nacionais e por 86% da mão-de-obra empregada pelo setor. As empresas que compõem a indústria moveleira se concentram nos seguintes estados: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entretanto, são os três primeiros estados citados que juntos somam mais da metade das empresas e do emprego desta indústria e aproximadamente 80% das exportações (ABDI, 2008).

Tabela 2 – Pólos moveleiros no Brasil

Pólo moveleiro	Estado	Empresas	Empregados
Ubá	MG	310	3.150
Bom Despacho	MG	117	2.000
Linhares e Colatina	ES	130	3.000
Arapongas	PR	150	7.980
Mirassol	SP	85	7.400
Votuporanga	SP	210	8.500
Tupã	SP	54	700
São Bento do Sul	SC	210	8.500
Bento Gonçalves	RS	370	10.500
Lagoa Vermelha	RS	60	1.800
São Paulo Região Metropolitana	SP	3.000	9.000

Fonte: Panorama do setor moveleiro no Brasil – 2007 –ABIMOVEL

No começo deste século, a cidade de São Paulo e seus municípios limítrofes – Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo - assistiram ao surgimento de pequenas marcenarias de artesãos italianos, gerado pelo grande aumento do fluxo imigratório. A indústria moveleira surgia, então, agregada ao primeiro estágio de desenvolvimento da indústria em São Paulo, com a maior parte da sua produção voltada para o mercado popular em formação (SEBRAE, 2002).

Os pólos localizados nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina podem ser igualmente caracterizados como pioneiros, de modo que, também nesses Estados, a atividade moveleira foi contemporânea de um contexto industrial embrionário de formação do mercado interno baseado no trabalho assalariado e do incremento do movimento imigratório que se delineava (SEBRAE, 2002).

Os demais pólos moveleiros - Mirassol, Votuporanga, Ubá e Arapongas – foram implantados mais recentemente, no ciclo de substituição de importações do pós-guerra, a partir de iniciativas empresariais, conjugadas com estímulos e linhas de financiamento governamentais, sobretudo aquelas datadas do fim da década de 60 até o início da

década de 80. Testemunham, portanto, a capacidade empresarial e empreendedora que, com estímulos apropriados, conseguiram rapidamente responder aos quesitos de capacitação produtiva e de adaptação à demanda interna.

Do ponto de vista da formação de uma cultura industrial no setor, verificou-se, portanto, uma descontinuidade histórica, que nos remete a difíceis desafios para o avanço competitivo do setor, segundo SEBRAE, 2002:

I. As heranças industriais no setor moveleiro, sobretudo aquelas apresentadas pela qualificação da mão-de-obra semi-artesanal e pelo ferramental próprio desses ofícios, não se configuram atualmente como fator suficiente para promover o desenvolvimento técnico e de design do setor. Na verdade, na maioria dos pólos, essas heranças sequer podem ser consideradas como elemento relevante;

II. O fomento oficial ao setor moveleiro, importante para a implantação e consolidação de alguns pólos nas décadas de 70 e 80 (como exemplos, a ação do BNDES, a legislação que deu suporte à importação de maquinaria e a proteção tarifária contra a concorrência externa), hoje não se configura com tal importância, nem viabilizou a gênese de uma estrutura empresarial apta do ponto de vista da inovação e do design;

III. No período recente (anos 90), em todos os pólos, ficou delineada uma estratégia de atualização da maquinaria (importada com taxa de câmbio favorável e financiamento abundante), num processo que se estendeu também à qualificação da mão-de-obra e à gestão administrativa; de fato, a maioria das empresas familiares começou a modificar seus antigos procedimentos gerenciais;

IV. O setor continuou, porém, fragmentado e, mesmo em face das atualizações tecnológicas e administrativas, foi pouco expressiva a incidência de fusões, parcerias ou outros mecanismos associativos;

V. nos vários pólos pesquisados foram observadas marcantes peculiaridades regionais em intensidade suficiente para vir a sugerir a adoção de estratégias também regionais de desenvolvimento para a produção do móvel brasileiro.

Em resumo, a formação desigual da cultura industrial do setor moveleiro deve ser considerada na elaboração das estratégias de mercado, de modo a possibilitar uma complementaridade interpólos. Não se trata, portanto, de uma característica inconveniente para o desenvolvimento do setor, pois a experiência dos pólos mais avançados pode se articular ao dinamismo verificado nos pólos em desenvolvimento.

No Estado de São Paulo, a indústria moveleira engloba todos os segmentos do setor. Mesmo estando dispersa por todo o Estado, apresenta concentrações expressivas nos municípios de Mirassol, Votuporanga e na própria capital. Segundo a ABIMÓVEL, 2005, no pólo de Votuporanga estão localizadas cerca de 350 empresas, que empregam aproximadamente 7.400 pessoas. O pólo foi criado recentemente e a empresa mais antiga tem cerca de 35 anos. A maioria das empresas é de pequeno e médio porte, e estão direcionadas, sobretudo, para a fabricação de móveis residenciais torneados de madeira maciça (BRDE, 2006).

O pólo de Mirassol, com origem nos anos 40, contém aproximadamente 210 empresas e emprega cerca de 8.500 pessoas. Produz, principalmente, móveis residenciais de madeira, sendo que as maiores empresas concentram sua produção nos móveis retilíneos seriados, enquanto as menores atuam na produção de móveis torneados de madeira maciça. Já na região da Grande São Paulo que congrega o maior e mais diversificado pólo moveleiro nacional, estão localizadas aproximadamente 3.800 empresas que empregam em torno de 5.800 mil trabalhadores. Nessa região estão situadas algumas das principais indústrias brasileiras de móveis para escritório sob encomenda, onde as empresas líderes atendem a aproximadamente 80% do mercado. O foco mercadológico é, principalmente, o mercado interno, atendendo a todos os Estados. Apesar de possuir o maior número de empresas exportadoras do País, o Estado de São Paulo ocupa a quarta posição em termos de exportação de móveis, perfazendo um total de US\$ 87,4 milhões em 2005 (BRDE, 2006).

Segundo BRDE, 2006, no Estado do Rio Grande do Sul, o setor está fortemente organizado em torno dos municípios de Bento Gonçalves e Flores da Cunha, os quais formam um dos aglomerados produtivos mais importantes no cenário moveleiro do País, com 578 empresas que geram algo em torno de 11.122 empregos diretos. Outras aglomerações de móveis de menor porte também estão presentes em Garibaldi, Lagoa Vermelha, Antônio Prado e Gramado. O Estado destaca-se na fabricação de móveis retilíneos seriados de madeira aglomerada, chapa dura e MDF. Assume importância, também, a produção de móveis torneados de madeira.

No Paraná, o pólo moveleiro de Araçongas é o de maior representatividade do Estado, contando com 200 empresas que geram 7.890 empregos diretos. É especializado na produção de móveis residenciais populares, com destaque, também, para a fabricação de estofados, onde conta com um número significativo de empresas produtoras. A maioria dos produtos são destinados ao mercado interno, entretanto, várias ações

visando a de prospecção e a inserção no mercado externo vêm sendo desenvolvidas, principalmente pelas médias e grandes empresas de alta tecnologia que exportam parte da sua produção, sendo responsáveis por aproximadamente 5,2% das vendas externas de móveis do país em 2005 (BRDE,2006).

O maior pólo moveleiro de Minas Gerais, Ubá, está localizado na Zona da Mata mineira e reúne, aproximadamente, 300 indústrias, a maioria de pequeno e médio porte, que respondem por 3.150 empregos. A linha de produtos é diversificada, destacando-se móveis residenciais de madeira, sobretudo camas, guarda-roupas, salas de jantar e estofados, produzidos principalmente para o mercado interno. A principal destinação da produção é o mercado estadual, seguido por Rio de Janeiro e Espírito Santo (BRDE, 2006).

O Estado de Santa Catarina é o maior exportador de móveis do País, sendo responsável por aproximadamente 44% das exportações brasileiras de móveis, em 2005. Os municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho formam o maior pólo produtor de móveis do Brasil, responsável pela maior parte das exportações brasileiras de móveis. Predomina na região a produção de móveis torneados de madeira, especialmente pinus. A Região Oeste do Estado catarinense concentra, também, um número considerável de empresas, caracterizando outro pólo de produção, mesmo não estando elas localizadas numa área geográfica contígua. Todavia, as semelhanças em termos de características, dimensão, (predominantemente micro e pequenas empresas) a identificação de um certo grau de governança e integração entre as empresas e as instituições de suporte, permitem identificar a existência de uma aglomeração produtiva de móveis na região, composta por cerca de 126 empresas. Predominam a fabricação de móveis de madeira residencial, e em menor escala móveis para escritório.

A abordagem sobre os principais Pólos Produtores existentes no país, número de empresas, empregados, produção e comércio mundial de móveis é reveladora da sua importância para a economia brasileira, como veremos a seguir.

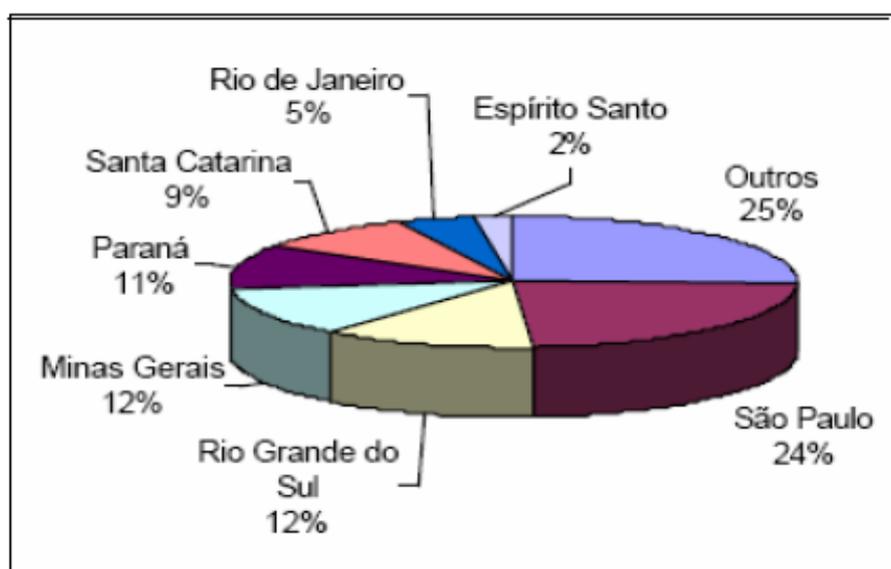
2.2 A importância econômica e social do setor moveleiro no Brasil

A importância da indústria moveleira pode ser verificada em indicadores econômicos. No mundo, a produção atinge US\$ 200 bilhões, dentre os quais 64% cabem às sete maiores economias industriais: Estados Unidos, Itália, Japão, Alemanha, Canadá, França e Reino Unido; 21% correspondem à produção de 70 móveis em países

emergentes (China, México, Brasil e Polônia), e 15% estão distribuídos entre outras nações. Os países emergentes vêm apresentando rápido aumento na atividade moveleira, graças a investimentos recentes em novas plantas, especialmente projetadas e construídas para exportações (BNDES, 2002, *apud*: FILHO, 2006).

No Brasil, a indústria moveleira emprega cerca de 300 mil trabalhadores diretos e gera 1,5 milhão empregos indiretos em empresas que possuem entre 1 e 99 trabalhadores. Grande parte destas empresas possui administração familiar tradicional, capital nacional, pouca infraestrutura, grande rotatividade de mão-de-obra, baixa qualificação profissional e tecnologia obsoleta. Em 2003, o Brasil ocupava o 9º lugar no *ranking* mundial dos maiores produtores de móveis (FILHO, 2006).

Figura 5 - Distribuição espacial das empresas da indústria de móveis



Fonte: RAIS- MTE(2001, *apud* Filho, 2006)

Conforme pode ser observado na Figura 5, as regiões Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) concentram 75% das empresas da indústria brasileira de móveis enquanto os demais estados brasileiros respondem por apenas 25% das indústrias deste setor.

A demanda por móveis varia positivamente com o nível de renda da população e com o comportamento de alguns setores da economia, particularmente a construção civil. Muito sensível às variações conjunturais da economia, o setor é um dos primeiros a sofrer os efeitos de uma recessão. O gasto com móveis, em geral, situa-se na faixa de 1% a 2% da renda disponível das famílias (Gorini, 1998). Outros fatores que

influenciam muito a demanda por móveis são as mudanças no estilo de vida da população, os aspectos culturais, o ciclo de reposição, o investimento em *marketing* (em geral muito baixo nessa indústria) e a concorrência com outros produtos de consumo de massa (SILVA, 2008).

O consumo nacional de móveis é suprido quase integralmente pela produção doméstica. As importações têm participação muito pequena, com valor próximo a US\$ 170 milhões no ano de 2005 (corresponde a menos de 1% do faturamento da indústria) (Silva, 2008). Os principais centros consumidores são as Regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo e região do ABC, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, bem como suas respectivas regiões metropolitanas. Segundo informações da Abimóvel, as 26 capitais do país e o Distrito Federal respondem por 37% do consumo de móveis no Brasil (SILVA, 2008).

Emprego e Renda

Segundo os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, o setor moveleiro brasileiro contava, em 2005, com quase 9.000 empresas, 32% a mais do que em 1996, um crescimento de 3,2% ao ano, em média. O total da indústria brasileira apresentou um crescimento no número de empresas um pouco maior (36%), o que fez com que a participação do setor moveleiro no total da indústria praticamente não se alterasse no período, mantendo-se em torno de 6% (Tabela 3).

Tabela 3 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: empresas, pessoal ocupado e porte médio (1996-2005)

Ano	Empresas			Pessoal Ocupado PO			Porte Médio	
	Setor Moveleiro	Total da Indústria	%	Setor Moveleiro	Total da Indústria	%	Setor Moveleiro	Total da Indústria
1996	6.757	101.118	6,2	177.456	5.143.775	3,4	26,3	47,58
1997	6.859	106.749	6,4	184.844	5.033.489	3,7	26,9	46,87
1998	7.505	113.098	6,6	193.642	4.885.618	4,0	25,8	43,20
1999	7.617	117.811	6,5	185.249	5.003.755	3,7	24,3	42,47
2000	8.051	124.780	6,5	200.069	5.315.408	3,8	24,9	42,60
2001	8.161	130.913	6,2	198.971	5.453.460	3,6	24,4	41,66
2002	8.335	135.129	6,2	208.555	5.557.798	3,8	25,0	41,13
2003	8.542	138.962	6,1	200.903	5.931.187	3,4	23,5	42,68
2004	8.183	144.120	5,7	230.386	6.386.190	3,2	24,9	44,31
2005	8.959	147.358	6,1	208.630	6.443.364	3,2	23,3	43,73
Varição total (%)	32,6	36,3	-2,7	17,6	25,3	-6,1	-11,3	-8,1
Varição anual (%)	3,2	3,5	-0,3	1,8	2,5	-0,7	-1,3	-0,9

Fonte: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA - PIA/IBGE – 2007, com base nos dados da RAIS/MTE.

O número de funcionários no setor moveleiro, quase 209 mil funcionários em 2005, também aumentou no período (17% entre 1996 e 2005). Entretanto, este crescimento foi menor que o do total da indústria (25%). Desta maneira, a participação do setor moveleiro no número total de pessoal ocupado da indústria brasileira apresentou uma pequena queda, de 3,4%, em 1996, para 3,2%, em 2005. Uma outra importante característica que pode ser verificada é que a estrutura do setor moveleiro é composta por empresas de menor porte do que a média da indústria. Enquanto no setor moveleiro as empresas possuem, em média, 23,3 empregados, no total da indústria há 43,7 empregados por empresa (2005). As participações também indicam que as empresas deste setor ficaram ainda menores ao longo deste período.

Com relação aos valores salariais pagos pelo setor moveleiro neste período, nota-se que a massa salarial aumentou mais do que proporcionalmente ao número de pessoas ocupadas no setor, o que resultou em um acréscimo no salário médio de 0,6% no período analisado (Quadro 16). O inverso ocorreu com o total da indústria, ou seja, a massa salarial elevou-se menos que o número de pessoas ocupadas e, portanto, o salário médio apresentou uma queda no período (-6,1%). Apesar do salário médio real do setor moveleiro ter aumentado, ainda continua muito abaixo da remuneração média da indústria brasileira. Em 2005, o salário médio do setor foi de R\$ 9 mil por ano comparado a R\$ 16,4 mil na indústria em geral.

Tabela 4 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: total de salários e salário médio (1996-2005)

Ano	Total de Salários			Salário Médio	
	Setor Moveleiro	Total da Indústria	%	Setor Moveleiro	Total da Indústria
1996	1.594	89.994	1,8	9,0	17,5
1997	1.716	90.245	1,9	9,3	18,0
1998	1.846	88.758	2,1	9,5	18,2
1999	1.637	82.257	2,0	8,8	16,4
2000	1.796	86.255	2,1	9,0	16,2
2001	1.830	89.392	2,0	9,2	16,4
2002	1.787	86.298	2,1	8,6	15,5
2003	1.772	94.625	1,9	8,8	16,0
2004	1.801	100.996	1,8	8,9	15,8
2005	1.885	105.805	1,8	9,0	16,4
Variação total (%)	18,3	17,6	0,6	0,6	-6,1
Variação anual (%)	1,9	1,8	0,1	0,1	-0,7

Nota: Deflator IPCA. Fonte: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA - PIA-IBGE, 2007, com base de dados RAIS/MTE.

Em outras palavras, a indústria moveleira continua sendo intensiva em mão-de-obra, empregando um grande volume de trabalhadores, mas com empresas de porte relativamente menor e com reduzido nível de remuneração do trabalho.

Em 2006 e 2007, o emprego no setor moveleiro continuou se expandindo de forma vigorosa (Tabela 5). Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram que nesses dois anos foram criadas quase 16.000 novas vagas no setor (emprego formal). Em 2006, entre admitidos e desligados, o saldo líquido foi de 5.777 e, em 2007, foi de 9.984 novos postos formais de trabalho.

Tabela 5 - Indústria Brasileira de Móveis: evolução da criação de emprego formal (2006-2007)

Período	Emprego			Admitidos		Desligados	
	Admitidos	Desligados	Criação de Vagas	Massa Salarial(R\$)*	Média(Massa /Vagas)*	Massa Salarial(R\$)*	Média(Massa /Vagas)*
2006	89.717	83.940	5.777	50.537.460	563,97	54.006.756	643,35
2007	101.806	91.822	9.984	59.529.289	564,67	59.321.170	644,98

*Valores de DEZ/2007 (IPCA)

Fonte: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA com base em dados da CAGED.

Uma informação importante com relação a essas novas vagas diz respeito ao nível salarial. Pode-se observar pela tabela 5 o salário médio dos admitidos, nos dois anos, foi menor que o dos demitidos. Esse dado revela que o setor ainda não tem atraído profissionais que exigem altos salários, seja pela abertura de postos para os quais não é requerida elevada qualificação, seja pelo alto desemprego que ainda marca alguns dos principais municípios produtores de móveis.

Produção e Valor Adicionado

Os dados relativos ao Valor da Transformação Industrial (VTI) (aproximação do valor adicionado) e ao da produtividade (valor da transformação industrial dividido pelo pessoal ocupado) mostram um cenário negativo para o setor moveleiro, sobretudo se comparado ao total da indústria (Tabela 6). Embora o VTI do setor moveleiro tenha se elevado até 2002 (exceto no ano de 1999), houve um decréscimo total de 4,9% em termos reais entre 1996 e 2005. No mesmo período, o valor da transformação industrial do total da indústria de transformação cresceu 35,9%. Isso significa que o baixo desempenho do setor moveleiro não pode ser atribuído a uma situação generalizada na indústria. O mesmo pode ser dito com relação aos valores da produtividade industrial.

Enquanto a produtividade do setor moveleiro decaiu 19,1% entre 1996 e 2005, no total da indústria observou-se um crescimento de 8,5% no mesmo período.

Tabela 6 – Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: valor da transformação industrial e produtividade (1996-2005)

Ano	Valor da Transformação Industrial			Produtividade Industrial	
	Setor moveleiro	Total da indústria	%	Setor moveleiro	Total da indústria
1996	5.142	376.339	1,4	28,97	73,2
1997	5.111	374.777	1,4	27,65	74,9
1998	5.222	364.649	1,4	26,97	74,6
1999	4.770	393.499	1,2	25,75	78,6
2000	5.379	427.820	1,3	26,89	80,5
2001	5.576	451.879	1,2	28,03	82,9
2002	5.664	476.657	1,2	27,16	85,8
2003	4.961	473.629	1,0	24,69	79,9
2004	4.906	504.566	1,0	24,12	79,0
2005	4.891	511.316	1,0	23,44	79,4
Δ total (%)	-4,9	35,9	-30,0	- 19,1	8,5
Δ anual (%)	-0,6	3,5	-3,9	-2,3	0,9

Nota: Deflator indústria de transformação - Contas Nacionais.
 Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da PIA/IBGE.

O valor bruto da produção de móveis no Brasil aumentou entre 1996 e 2005 (8,8%). No entanto, o valor do total da indústria teve um crescimento maior (49,3%) e, por esse motivo, a participação do setor moveleiro no valor bruto da produção total da indústria de transformação passou de 1,5%, em 1996, para 1,1%, em 2005 (Tabela 7). Os custos das operações industriais do setor moveleiro cresceram 19,1% no período, menos do que o crescimento dos custos do total da indústria. Como o período analisado engloba os dois momentos de grande desvalorização cambial (1998 e 2002), a explicação parece residir no menor impacto que o câmbio tem sobre os custos do setor moveleiro do que para a média da indústria. Isto porque a produção das matérias-primas utilizadas pelo setor moveleiro é majoritariamente nacional e voltada para o mercado interno, de forma que não permite aos fornecedores repassarem toda elevação do dólar para os preços internos. Além disso, o conteúdo importado das matérias-primas do setor

moveleiro deve ser considerado insignificante se comparado a outros setores, como eletroeletrônico, farmacêutico e químico.

Tabela 7 – Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: valor bruto da produção e custos das operações industriais (1996-2005)

Ano	Valor Bruto da Produção			Custos das Operações Industriais		
	Setor moveleiro	Total da indústria	%	Setor moveleiro	Total da indústria	%
1996	11.998	798.941	1,50	6.857	422.602	1,62
1997	12.408	814.248	1,52	7.297	439.471	1,66
1998	12.764	799.269	1,60	7.542	434.620	1,74
1999	11.932	853.704	1,40	7.162	460.205	1,56
2000	14.280	945.243	1,51	8.901	517.183	1,72
2001	14.304	1.016.761	1,41	8.728	564.882	1,55
2002	13.871	1.073.333	1,29	8.207	596.676	1,38
2003	13.001	1.102.093	1,18	8.040	623.413	1,29
2004	12.958	1.189.772	1,09	8.052	683.961	1,18
2005	13.056	1.192.718	1,09	8.165	681.402	1,20
Δ total (%)	8,8	49,3		19,1	61,2	
Δ anual (%)	0,9	4,6		2,0	5,5	

Nota: Deflator indústria de transformação - Contas Nacionais.

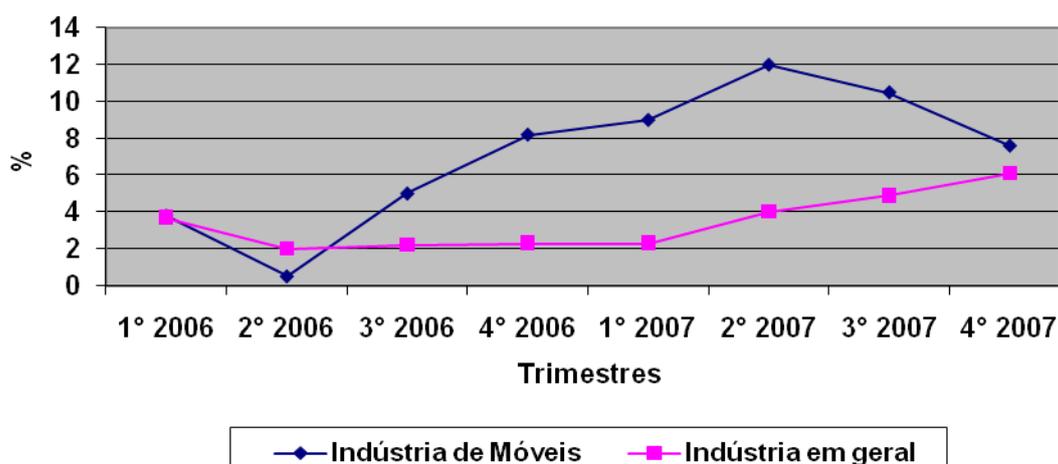
Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da PIA/IBGE.

Portanto, a elevação dos custos industriais não explica o baixo desempenho da indústria moveleira vis-à-vis ao total da indústria brasileira. Desta forma, o reduzido crescimento deste setor industrial parece estar relacionado com as variações da demanda, tanto interna quanto externa. Os anos de 1999, 2003 e 2004, que indicam uma queda na produção moveleira, foram marcados por uma desaceleração da demanda doméstica juntamente com a valorização do real ante o dólar, que afetou negativamente a demanda externa, as exportações.

Por sua vez, o biênio 2006-2007, foi bastante positivo para a indústria moveleira. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), a produção e

móveis apresentou uma evolução positiva ao longo deste período, com taxas de crescimento superiores ao da produção física do total da indústria de transformação (Figura 6). Isto se deve à retomada do crescimento da demanda doméstica, em boa parte determinada pela vigorosa expansão da construção civil. A demanda de móveis está diretamente relacionada ao desempenho da construção civil, particularmente de imóveis residenciais, como é a situação atual.

Figura 6 - Setor Moveleiro e Indústria Brasileira: Variação da produção física (taxa acumulada nos últimos quatro trimestres – I/2006 a IV/2007)



Fonte: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SETORIAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA com base em dados da SECEX.

Pode-se concluir que o setor moveleiro foi mais eficaz que a média da indústria para redução dos custos operacionais, mas teve um desempenho pior na busca da elevação da produtividade do trabalho e na agregação de valor ao produto. Pode-se aventar a hipótese de que os arranjos produtivos locais do setor moveleiro – que muito se desenvolveram nesses últimos anos – lograram bons resultados em ações coletivas voltadas para a redução de custos, como a criação de centrais de matéria-prima, negociação conjunta com fornecedores, atuação coletiva em feiras nacionais e internacionais. Entretanto, na maior parte dos pólos, as empresas ainda não foram capazes de, em conjunto, enriquecer a localidade com novas capacitações técnicas, gerenciais e produtivas que permitissem inovações em *design* e marketing – e que agregassem maior valor ao móvel brasileiro – além de ganhos de escala e de flexibilização produtiva. Estes avanços na construção de vantagens competitivas estiveram restritos apenas a algumas empresas de grande porte, com destaque para as empresas líderes do pólo de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Comércio Exterior

O setor moveleiro apresenta um baixo coeficiente de abertura ao comércio exterior. Dentre os grandes produtores mundiais de móveis, o Brasil é um dos países mais fechados, tanto no que se refere às exportações, mas principalmente em relação às importações de artigos mobiliários.

Em relação ao volume exportado vis-à-vis a produção doméstica, o Brasil fica atrás apenas dos EUA e do Japão, tendo exportado apenas 11,5% da produção moveleira de 2006. Com relação às importações, estas representaram pouco mais de 2% da produção doméstica, em 2006. Dentre os grandes fabricantes de móveis, apenas a China importou proporcionalmente menos que o Brasil.

O volume exportado (em reais) pelo setor moveleiro brasileiro mais que dobrou ao longo da década (132,6%), enquanto a participação da produção no faturamento e o consumo cresceram numa proporção um pouco menor, em torno de 90% (Tabela 8). Desta maneira, a participação das exportações na produção doméstica apresentou um pequeno acréscimo, de 11,7%, em 2000, para 14,7%, em 2006. Numa primeira aproximação também se pode concluir que a participação das exportações na produção doméstica de móveis tem sido marginal, representando pouco mais de um décimo do que se produz no país.

Tabela 8 - Setor Moveleiro: produção, consumo e comércio exterior (2000-2006)

(milhões de R\$)

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Δ total (%)
Produção/Faturamento	7.599	8.631	10.095	10.756	12.543	12.051	14.133	86,0%
Consumo	6.918	7.738	8.767	8.934	10.060	9.901	13.314	92,5%
Exportações	895	1.138	1.566	2.055	2.774	2.429	2.081	132,6%
Importações	263	325	316	304	407	378	426	61,8%

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da SECEX e da ABIMÓVEL.

Por sua vez, as importações de móveis tiveram um crescimento mais modesto neste período (61,8%), praticamente $\frac{2}{3}$ da expansão do consumo doméstico (92,5%). As importações, que já apresentavam um peso irrelevante no consumo doméstico, diminuíram ainda mais sua participação no mercado local (3,2%), estando restritas a alguns nichos de mercado mais sofisticados, como cadeiras de escritórios e colchões.

Mesmo tendo apresentado uma vigorosa expansão, a inserção internacional do setor moveleiro (exportações e importações) apresentou uma taxa de crescimento

bastante inferior ao da indústria brasileira como um todo (Tabela 9). No que se refere às exportações de móveis, estas cresceram 30,1% a menos do que a expansão média das exportações dos demais setores industriais. As importações de móveis, por sua vez, se expandiram 8,3% menos que a média das importações da indústria brasileira. Os dados também indicam que as exportações e as importações, cresceram praticamente na mesma proporção ao longo desta década, 102,2% e 99,7%, respectivamente. Desta maneira, o saldo comercial se manteve na mesma proporção ao final deste período, isto é, aproximadamente 70% do valor das exportações.

Tabela 9 – Comércio Externo da Indústria Brasileira de Móveis (2000-2007)

Período	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES			
	Taxa de câmbio (*)	Indústria	Setor	Part. no total indústria (%)	Indústria	Setor	Part. no total indústria (%)	Saldo
2000	100	48.949	489	1,00	53.717	144	0,27	345
2001	113	51.139	484	0,95	53.708	138	0,26	346
2002	113	53.230	536	1,01	45.427	108	0,24	428
2003	103	64.040	668	1,04	46.016	99	0,21	569
2004	99	84.874	948	1,12	60.661	139	0,23	809
2005	84	105.524	998	0,95	70.887	155	0,22	842
2006	79	123.028	956	0,78	87.737	196	0,22	761
2007	74	141.574	989	0,70	116.985	287	0,25	701
Δ total (%)		189,2	102,2	-30,1	117,8	99,7	-8,3	103,3

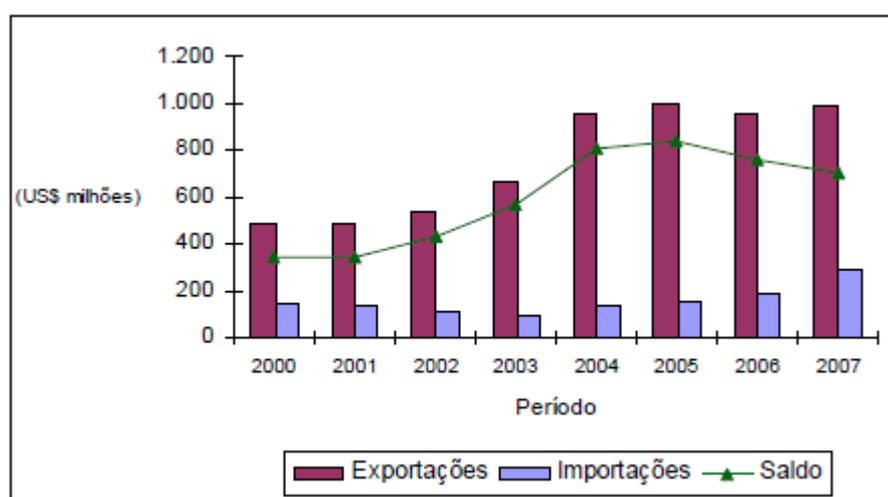
(*) Taxa de câmbio – efetiva real – IPA-OG – exportações – índice (média 2000 = 100): Medida da competitividade das exportações brasileiras calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil.

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da SECEX.

As diferenças de interpretação entre as Tabelas 8 e 9 decorrem do fato desta última incorporar os dados referentes ao ano de 2007. Neste ano, as importações apresentaram uma grande expansão (46,4%) e as exportações permaneceram no mesmo patamar, com um crescimento irrisório de 3,5%. Desta maneira, enquanto a Tabela 9 indica que as importações cresceram bem menos que as exportações no período de 2000 a 2006, a Tabela 10 informa que as importações e as exportações evoluíram na mesma proporção, considerando o período ampliado de 2000 a 2007.

Entre 2001 e 2004, houve uma expansão das exportações e um recuo das importações, de forma que o saldo comercial mais do que dobrou neste período (Figura 7). Por sua vez, entre 2004 e 2007, verifica-se uma estagnação das exportações e uma significativa expansão das importações, particularmente no ano de 2007. Estas variações decorreram, em grande parte, da variação cambial. O período 2001-2003 foi marcado pela desvalorização da moeda brasileira, enquanto o período seguinte iniciou-se uma trajetória de forte valorização do real. Desta maneira, pode-se concluir que o comércio internacional do setor moveleiro tem na taxa de câmbio o seu principal determinante.

Figura 7 – Comércio Externo da Indústria Brasileira de Móveis (2000-2007)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da SECEX.

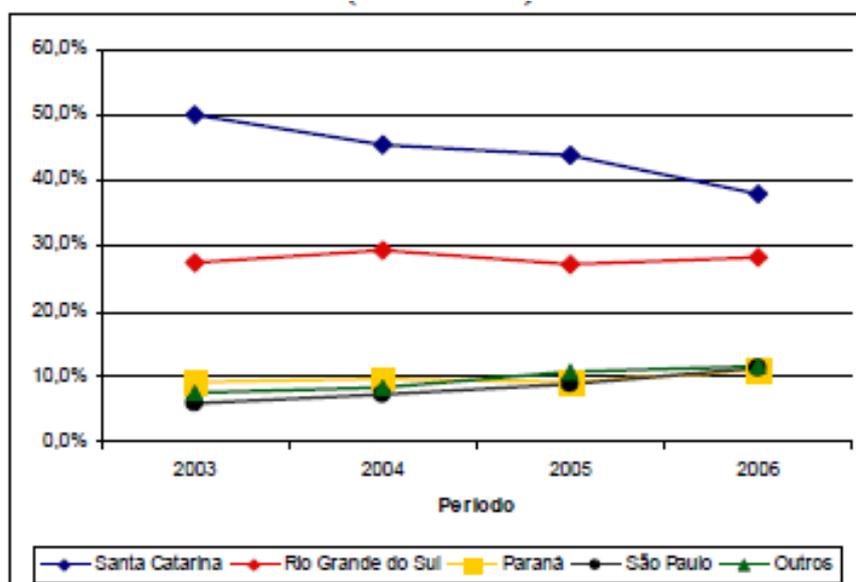
Esta importância do câmbio se deve ao fato de tanto as importações quanto as exportações serem marginais. Por um lado, as importações de móveis são marginais dentro da estrutura de consumo brasileira. Assim, no caso de uma desvalorização da moeda, os compradores nacionais substituiriam as importações por produtos nacionais equivalentes.

Por outro lado, as exportações brasileiras são marginais na estrutura produtiva mundial. Isto porque, além de pouco volume, os móveis exportados pelo Brasil são, em sua grande maioria, subcontratados pelos importadores. Desta forma, uma valorização da moeda brasileira faz com que os importadores passem a subcontratar empresas de outros países.

Apesar das exportações representarem uma pequena parcela da produção moveleira do país, numa análise mais detalhada, observa-se que elas são muito significativas para alguns pólos moveleiros, como é o caso do pólo de São Bento do Sul (SC), onde as exportações representam, em média, 80% da receita das suas empresas. Além disso, independente do pólo em que estão localizadas, as empresas líderes do setor moveleiro têm dedicado uma parcela crescente de sua produção ao mercado externo. Portanto, uma perda de inserção no comércio internacional afetaria de forma negativa as empresas e pólos mais competitivos do país.

As grandes empresas exportadoras de móveis estão concentradas em poucos estados. Os quatro maiores exportadores responderam por 88,5% das vendas de móveis no exterior, em 2006. Santa Catarina continua sendo o estado que mais exporta, apesar da sua participação ter se reduzido significativamente nos últimos anos. O Rio Grande do Sul ocupa a segunda posição, respondendo por aproximadamente 28% do valor das exportações totais. O estado de São Paulo e juntamente com outros como Bahia e Minas Gerais, foram os que mais ampliaram a participação nas exportações de móveis.

Figura 8 – Indústria Brasileira de Móveis: distribuição das exportações por estado (2003-2006)



Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP com base em dados da ABIMÓVEL.

Alguns fatores explicam esta mudança das participações entre os principais estados exportadores. As exportações de Santa Catarina, particularmente do pólo moveleiro de São Bento do Sul, estão concentradas nos móveis sob encomenda, que são

mais suscetíveis às variações cambiais. Por sua vez, as empresas moveleiras do Rio Grande do Sul e de São Paulo buscam realizar exportações diretas de móveis. Por fim, diversas empresas estrangeiras construíram unidades produtivas voltadas exclusivamente para a exportação, em alguns estados do Nordeste. Desta maneira, estas exportações são menos afetadas pelas flutuações cambiais.

As exportações de móveis do Brasil destinam-se especialmente aos países desenvolvidos (Tabela 10). Entretanto, ao longo da última década, verifica-se um crescimento das exportações para países em desenvolvimento, com destaque para os vizinhos sul-americanos (Argentina, Chile e Uruguai) e para um país africano, Angola. Ainda assim, o mercado norte-americano continua sendo o grande comprador de móveis brasileiros, respondendo por aproximadamente ¼ do total exportado em 2007.

Tabela 10 - Indústria Brasileira de Móveis: principais países de destino das exportações (2000 e 2007)

Posição	2000			2007		
	Países	Valor (US\$ bilhões)	(%)	Países	Valor (US\$ bilhões)	(%)
1º	Estados Unidos	114.879	23,1%	Estados Unidos	247.147	24,5%
2º	Argentina	79.022	15,9%	França	84.129	8,3%
3º	França	69.696	14,0%	Argentina	83.307	8,3%
4º	Reino Unido	37.905	7,6%	Reino Unido	78.712	7,8%
5º	Alemanha	36.716	7,4%	Espanha	57.563	5,7%
6º	Países Baixos	33.047	6,6%	Angola	44.082	4,4%
7º	Uruguai	27.795	5,6%	Chile	42.322	4,2%
8º	Irlanda	10.024	2,0%	Alemanha	36.663	3,6%
9º	Porto Rico	8.208	1,6%	Países Baixos	33.367	3,3%
10º	Portugal	6.367	1,3%	Uruguai	19.655	1,9%
Subtotal	10 Maiores	423.659	85,2%	10 Maiores	726.947	72,0%
Total		497.535	100,0%		1.009.197	100,0%

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da SECEX.

2.3 A questão socioambiental na indústria moveleira

O posicionamento das empresas brasileiras perante as questões socioambientais ainda não está claro, pois, em algumas empresas, prevalece a idéia de que providências referentes aos aspectos sociais e ambientais trazem consigo aumento de despesas enquanto outras transformam restrições e ameaças ambientais em oportunidade de negócio (DONAIRE, 1999). Dessa forma, a motivação para as empresas aplicarem os procedimentos socioambientais na gestão e no desenvolvimento de produtos pode surgir

por força de fatores externos, como legislação e concorrência, ou por fatores internos, como a melhoria da qualidade dos produtos, redução de custos e senso de responsabilidade social e ambiental (SCHNEIDER et al., 2004).

No setor moveleiro as principais questões e desafios socioambientais estão centralizadas no meio ambiente, saúde do trabalhador e capacitação da mão de obra (chão de fábrica e gestores).

Quando tratamos do meio ambiente, vários ramos da indústria brasileira se preocupam com problemas ambientais, já a indústria moveleira ainda não se manifestou interessada no aproveitamento de resíduos e a sua redução (BARROS, 2003).

Segundo Cline (1992, apud: FILHO, 2006), cada tipo de resíduo de madeira poderá ser reutilizado pela indústria do reaproveitamento de forma específica. Os resíduos de madeira podem ter diversas aplicações desde que sejam observadas suas características e a viabilidade econômica social e ambiental do destino adotado. As alternativas possíveis para a destinação dos resíduos de madeira são: a compostagem; o uso como resíduo estruturante; a produção de energia; o uso como lenha e carvão vegetal; a produção de materiais diversos. No entanto, a falta de escala e a geração de outros resíduos são fatores limitadores para esta prática.

Para Casilha (2004), os principais resíduos da indústria madeireira são: a) a serragem, originada da operação das serras, que pode chegar a 12% de matéria prima; b) os cepilhos ou maravalhas, gerados pelas plainas, que podem chegar a 20% do volume total de matéria-prima, de beneficiamento; c) a lenha ou cavacos, composta por costaneiras, aparas, refilos, cascas e outros, que pode chegar a 50% do volume total de matéria-prima, nas serrarias e laminadoras (HÜEBLIN, 2000).

Contudo, o controle da exploração da madeira não é o único ponto a ser considerado na produção de móveis. Na obra *Environmental Guidelines...* (2003), são listados alguns pontos que devem ser analisados no processamento da madeira e na produção de móveis, são eles: a poluição do ar decorrente do uso de adesivos e materiais de acabamento, resíduos de água, resíduos perigosos e de madeira.

Na produção de móveis os adesivos usados para colagem de algumas peças e aplicação de revestimentos, normalmente contêm solventes na sua formulação, que são liberados no ar, causando danos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador. Vale ressaltar que as tintas para acabamento contêm Compostos Orgânicos Voláteis - VOCs, que também são altamente perigosos para a saúde do trabalhador e para o meio ambiente.

Segundo FREEMAN (1995), as emissões no ar também podem resultar de bombas defeituosas e recipientes indevidamente selados. No entanto, 70% das emissões de VOCs ocorrem nas cabines de pintura.

A utilização de preservativos na madeira e dos acabamentos para produção de móveis pode gerar águas residuárias com o aumento da concentração de elementos tóxicos, e isto requer a limpeza e a reciclagem da água utilizada nos processos.

Tanto na indústria moveleira quanto em outras o impacto ambiental, ocorre em todo o processo, e por isso as medidas mitigadoras devem estar presentes em todo ele, conforme os itens abaixo explanados por PEREIRA (2003):

a) Aquisição da matéria-prima - identificar a procedência da matéria-prima, para que não haja danos ao ecossistema;

b) Transformação do material - minimizar o uso de energia e produção de resíduos, verificar a toxicidade dos adesivos utilizados em painéis principalmente por causa dos resíduos gerados;

c) Fabricação do móvel - reduzir o gasto de energia e água, reduzir as perdas de material e geração de resíduos, além de verificar a possibilidade de se utilizar o mínimo de substâncias danosas ao meio ambiente;

d) Distribuição - produzir móveis desmontáveis que reduzam o volume, podendo assim transportar mais peças por viagem, diminuindo a poluição atmosférica;

e) Uso - não usar substâncias tóxicas que prejudiquem o usuário;

f) Pós-uso - quando o móvel for descartado não deve causar efeitos danosos ao solo, ar e água, por uso indevido de substâncias tóxicas.

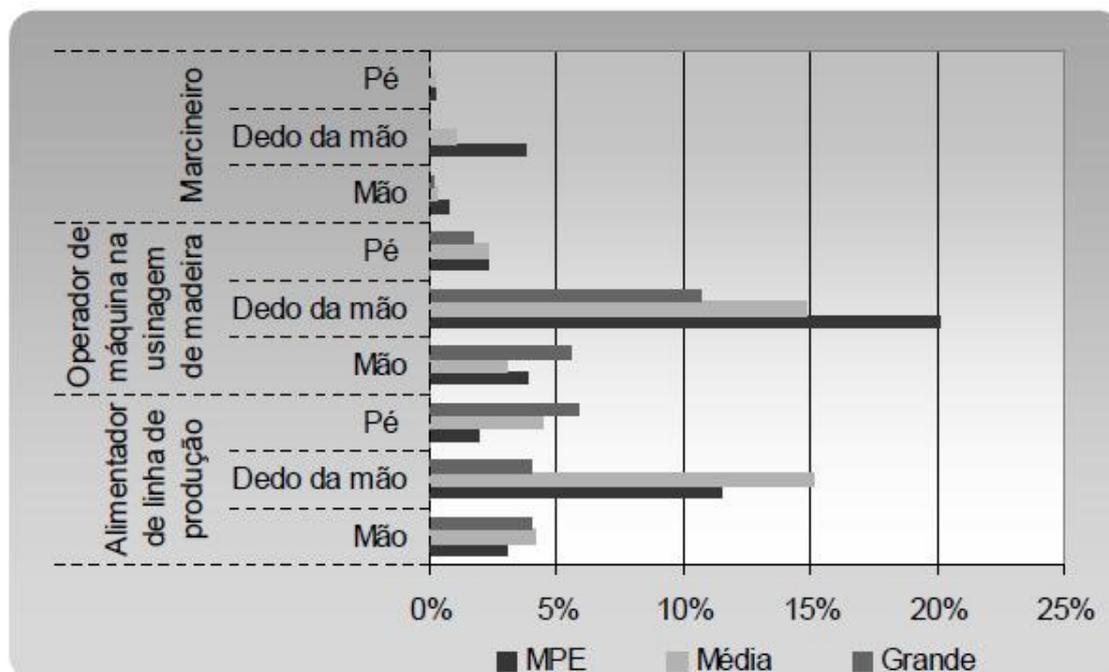
Quando a questão é a saúde do trabalhador, por exemplo, o setor das indústrias madeireira e moveleira é, atualmente, líder em acidentes de trabalho no Paraná, registrando 2.515 acidentes em 2000 (9,8% do total), 1.884 em 2001 (8,11% do total) e 2.315 em 2002 (8,4% do total). A causa principal tem sido atribuída ao uso de máquinas inadequadas, sem manutenção e sem proteção para os trabalhadores, de acordo com dados obtidos do Anuário Estatístico da Previdência Social (RINK, 2004).

Uma pesquisa de campo realizada em 2001 pela Fundacentro/PR com as indústrias moveleiras do Parque Industrial de Arapongas/PR permitiu constatar que a situação das madeireiras é emergencial no que se refere à saúde e segurança do trabalho. A análise dos dados coletados possibilitou concluir, de modo geral, que o ambiente de trabalho desse segmento industrial está totalmente sem controle, expondo os trabalhadores a ruído, poeira e produtos químicos para tratamento da madeira. As

máquinas e equipamentos encontram-se desprotegidos. Para agravar a situação, as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho são totalmente adversas ao trabalhador. Deve-se destacar que a maioria das máquinas encontradas nas empresas é muito antiga, muitas delas compradas quando já se encontravam em desuso nos países de primeiro mundo. Os empresários se justificam afirmando não existirem, disponíveis no mercado, unidades com proteção. Ocorre que as proteções para essas máquinas devem ser projetadas por profissionais especializados e desenvolvidas sob encomenda (RINK, 2004).

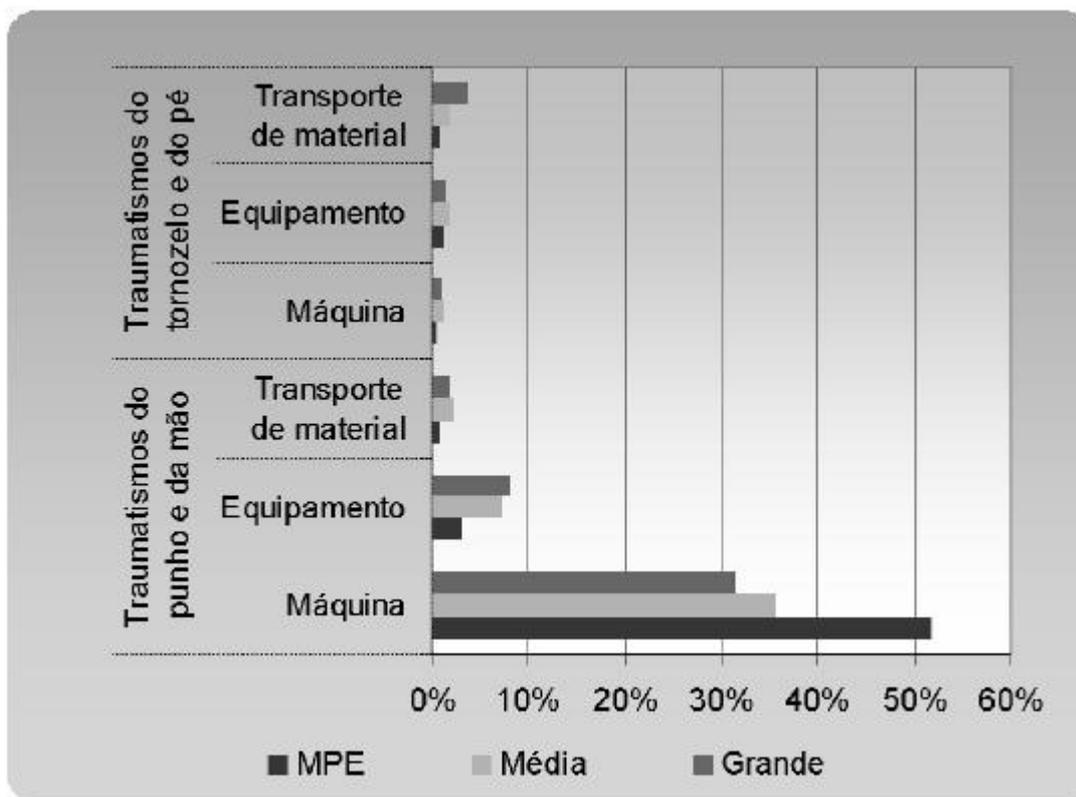
Segundo dados do FUNDACENTRO; SESI; INSS entre os anos 2002 e 2004, as principais características dos acidentados na indústria de móveis foram: a) a participação dos trabalhadores do sexo masculino foi majoritária; b) a faixa etária com maior índice de acidentes foi de 20 a 24 anos; c) os operadores de máquinas responderam pelo maior índice de acidentes com lesão dos dedos da mão; d) os traumatismos do punho e da mão tiveram como principal agente causador as máquinas; e) os afastamentos do trabalho por período inferior a 19,3 dias representaram à maioria dos casos (SALIM E MATOS, 2007). Podemos observar tais informações nas figuras 9 e 10.

Figura 9: Distribuição dos acidentes de trabalho segundo a ocupação e a parte do corpo afetada nas áreas selecionadas - 2002-2004.



Fonte: FUNDACENTRO; SESI; INSS., 2004 apud Salim e Matos, 2007

Figura 10: Distribuição dos acidentes de trabalho segundo o diagnóstico médico e o agente causador nas áreas selecionadas - 2002-2004.



Fonte: FUNDACENTRO; SESI; INSS., 2004 apud Salim e Matos, 2007

A relação saúde - trabalho - doença, compreendida a partir do caráter sócio-histórico, tem como determinação o modo como o Homem se apropria da natureza em um dado momento, por meio do processo de trabalho, baseado no grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção (Laurell, 1983). Ou, para Porto e Mattos (2000): Podemos analisar qualquer situação ou evento de risco como um produto histórico cujos determinantes condicionantes mais gerais encontram-se na formação das sociedades e setores econômicos dentro dos quais empresas e situações reais de trabalho se realizam.

Outro grande desafio socioambiental da indústria moveleira se trata da capacitação de mão de obra e de gestores.

Um dado importante no contexto social é apresentado por Câmara et al. (2003) e refere-se a formação escolar dos trabalhadores especificamente no pólo de Arapongas - PR, como um exemplo. Segundo ela, 50% não completou o 2o grau, 40% integralizou o 2o grau e apenas 3% finalizou algum curso superior. Pesquisas apontam que a absorção de mão-de-obra qualificada no ambiente empresarial é fator de competitividade.

Empresas que utilizam tecnologias modernas necessitam de funcionários técnicos de nível médio, pós médio e tecnológico (SILVA, 2008).

Em alguns pólos moveleiros existem centro de formação de profissionais capacitados através de cursos específicos para a produção no setor, na maioria são ações conjuntas entre universidades, o sistema SESI, SENAI e prefeituras. Sendo que os resultados obtidos nos pólos de Votuporanga, Araçatuba, Bento Gonçalves e Ubá, tiveram excelentes qualificações tanto dos empresários quanto dos alunos. Porém, a grande maioria dos pólos não possui essa ferramenta produtiva e têm dificuldades em capacitar seus funcionários.

Contudo, como defende Aligleri e Kruglianskas (2009), a maior dificuldade está no entendimento e aceitação do tema socioambiental pelos gestores, essa constatação será verificada na pesquisa de campo realizada no pólo da cidade de Votuporanga-SP.

2.3.1 Impactos da indústria de base de madeira

O uso da matéria-prima florestal na indústria moveleira já não ocorre como em tempos passados, quando para ter qualidade era necessário o uso da madeira maciça. Hoje a diversidade de materiais, e principalmente acabamentos, faz com que a qualidade não seja inferior e o resultado final agrade a muitos consumidores.

Seguindo o princípio do desenvolvimento sustentável para as indústrias de móveis, pode-se dizer que estas não devem deixar de utilizar os recursos florestais para confecção de seus produtos. No entanto, devem procurar usá-los de maneira adequada, fazendo com que essa atividade não impeça que gerações futuras utilizem os mesmos recursos.

A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS (1996), alerta para o mau uso das florestas no Paraná. Afirma que foram florestas com uma grande oferta natural de madeiras de todos os tipos, porém isso gerou o completo desaparecimento delas, por uma exploração sem controle adequado. Também mostra que o plantio de *Pinus spp* e de *Eucalyptus spp*, espécies não nativas, contribuiu para evitar a extinção das florestas naturais. De certo modo, a introdução de espécies exóticas como o pinus, o eucalipto teve o mérito de impedir a destruição completa das florestas do Paraná. Sem essa oferta adicional, nem mesmo os 7% de florestas remanescentes estariam em pé (SPVS, 1996, p. 12).

A utilização de espécies únicas como o *Pinus spp* e o *Eucalyptus spp*, no reflorestamento, por um lado soluciona um problema de escassez, por outro gera um problema de redução da biodiversidade. Segundo Cunha et al (1998), a existência de uma grande quantidade de florestas homogêneas, gerou diversas críticas de fundo ideológico e científico, quanto à redução da biodiversidade. Pontos como a pouca diversidade animal e vegetal, problemas de solo empobrecido, desertificação, pouca geração de empregos e grande concentração da propriedade da terra, estão sendo questionados. No entanto, existem empresas que já estão se preocupando com tal problemática gerada pelo reflorestamento.

De acordo com Cunha et al (1998) a Klabin no Paraná se destaca por plantar três gêneros de árvores: *Araucária angustifolia*, *Pinus spp* e *Eucalyptus spp*. Além de destinar as madeiras de suas florestas a mais de um fim: energia, celulose e serraria.

Outro ponto a ser considerado dentro da indústria moveleira, é a transformação da matéria-prima florestal de maneira a não gerar desperdício e tampouco resíduos que venham causar danos ao ambiente.

Com o problema do risco de extinção de algumas madeiras como o mogno, muito visado para confecção de móveis, e a conseqüente proibição do corte de determinadas espécies, foi necessária a busca de alternativas como o uso de madeiras reflorestadas e de painéis de madeira reconstituída, que segundo Bernardi (1999), na década de oitenta teve seu auge, e fez com que os pólos moveleiros do sul e sudeste começassem a emergir.

Apesar de algumas indústrias de móveis, principalmente as de pequeno porte, ainda utilizarem madeiras de difícil obtenção, a grande produção está voltada para o uso de painéis de madeira reconstituída e madeiras reflorestadas como o *Pinus spp* e *Eucalyptus spp*, além de outras espécies alternativas que estão sendo estudadas.

Painéis de Madeira

A produção de móveis com painéis de madeira reconstituída, segundo Bernardi (1999), iniciou no Brasil na década de setenta, no entanto, o auge foi a década de oitenta com o uso do aglomerado revestido de melamina, sendo que no fim dos anos noventa (1997) surge o MDF, considerado como o grande avanço tecnológico no setor moveleiro.

Outros painéis também muito usados na indústria moveleira são os compensados e a chapa de fibra, e ainda em fase de experimentação, existe o OSB, produzido nos EUA desde a década de setenta, e implantado no Brasil somente em 2002.

O uso de painéis de madeira reconstituída para a fabricação de móveis tornou-se um grande impulso para produção seriada, e como explanado anteriormente, fez com que os Pólos Moveleiros tivessem um grande crescimento.

a) Madeira Compensada

A madeira compensada é um tipo de painel que pode ser fabricado de duas maneiras, somente de lâminas, conhecido como compensado laminado, no qual lâminas de madeira, em número ímpar, são dispostas alternadamente em ângulo de 90° entre si. E o compensado sarrafeado, composto por sarrafos no seu interior e lâminas na face externa. Em ambos os tipos de compensados, a camada externa recebe o nome de capa, e a camada interna de miolo. A colagem das lâminas pode ser feita com adesivos à base de uréia-formaldeído, para uso interno, e fenol-formaldeído para uso externo.

Existem diversos tipos de painéis compensados, cada um produzido para um uso específico. Segundo Iwakiri (2003), no Brasil as chapas produzidas de madeira compensada são classificadas pela norma NBR 3 INMETRO, e aquelas que são utilizadas na indústria moveleira são: compensado de uso geral GER, para uso interno; compensado decorativo DEC, revestido com lâmina de madeira faqueada; e o compensado sarrafeado SAR, formado por sarrafos.

A madeira compensada é muito utilizada para fabricação de móveis, tanto de maneira estrutural, quanto como divisórias e fundos de armários. Outra forma de se utilizar o compensado é em cadeiras moldadas, pois ele tem essa capacidade de ser curvado a frio ou a quente, utilizando-se prensas e moldes. Atualmente esse tipo de compensado é chamado de anatômico.

b) Chapa de Fibra

A chapa de fibra, também conhecida como chapa dura, como o nome já diz, é composta pelas fibras da madeira que são entrelaçadas e aglutinadas pelos próprios componentes da madeira, como a lignina. Alguns tipos de adesivos podem ser incorporados com o intuito de melhorar a qualidade do painel.

No Brasil as chapas de fibra são produzidas com fibras de eucalipto, para que haja uma homogeneidade, como a cor marrom característica. Trata-se de um painel que

apresenta grande homogeneidade, permitindo ser usinada com facilidade e fixada com pregos, colas, grampos e parafusos.

Este tipo de painel, muito utilizado na produção de móveis em série, é empregado principalmente em fundos de armários e gavetas.

O grande problema desse tipo de painel é o impacto ambiental que pode causar, por se tratar de um painel que utiliza processo úmido. De acordo com Gonçalves (2000), grandes quantidades de água são utilizadas, semelhante à produção de polpa e papel que gera água residuária e necessita de um tratamento para esses efluentes.

c) Madeira Aglomerada

A madeira aglomerada é um painel composto por partículas de madeira, principalmente do *Pinus* spp, aglutinadas com uma resina sintética. No Brasil, a madeira de pinus é a mais utilizada, devido a sua disponibilidade e por ser madeira de baixa densidade. Algumas espécies de eucalipto, acácia negra e bracatinga, são utilizadas em menor escala como parte da mistura com a madeira de pinus (IWAKIRI, 2003, pg.69).

Assim como o compensado, as resinas utilizadas no aglomerado são a uréia e a fenol-formaldeído, mas como a madeira aglomerada é mais utilizada em ambientes internos, o uso da uréia-formaldeído prevalece. Conforme explicou Iwakiri (2003), a distribuição das partículas no aglomerado podem ser homogêneas, em múltiplas camadas ou graduadas.

No caso da distribuição homogênea, as partículas têm o mesmo tamanho em toda a espessura, já nas de múltiplas camadas e/ou graduadas, as partículas externas são menores e mais compactadas do que as internas, proporcionando uma absorção das tensões.

Atualmente o aglomerado é o painel mais utilizado para fabricação de móveis, principalmente os seriadados e populares, por se tratar de um painel com boas características, de fácil usinabilidade e de custo reduzido se comparado com os demais. Outra vantagem são os painéis com revestimento à baixa pressão já revestidos com melamina, que proporcionam uma maior rapidez no acabamento que só é necessário nas bordas.

d) MDF *medium density fiber board*

As chapas de MDF são chapas de madeira de média densidade, também fabricadas a partir da madeira de *Pinus spp.* Amadeira é reduzida a fibras e aglomerada com uma resina sintética.

Este tipo de painel desde o início de sua produção no Brasil vem sendo muito bem aceito pela indústria moveleira, tanto que, de acordo com Campos (2003), a produção de 609 mil m³ do ano de 2001 não foi suficiente para suprir a necessidade do mercado interno, que teve que importar mais 24 mil m³. O MDF teve essa grande aceitação devido as suas características, conferindo uma maior qualidade ao móvel.

O MDF é um produto homogêneo, uniforme, estável, de superfície plana e lisa que oferece boa trabalhabilidade, alta usinabilidade para encaixar, entalhar, cortar, parafusar, perfurar e moldurar, além de apresentar ótima aceitação para receber revestimentos com diversos acabamentos (CAMPOS, 2003, p. 60).

As chapas de MDF só não substituíram a madeira aglomerada no mercado moveleiro, por terem um custo mais elevado, o segmento popular não pôde absorvê-lo totalmente.

e) OSB *oriented strand board*

O OSB é um painel de partículas tipo strand orientadas, implantado recentemente no Brasil, mas nos EUA já existe desde a década de setenta. Este painel é composto pelas partículas orientadas em camadas.

O uso maior do painel de OSB é na construção civil, sendo que na indústria moveleira está sendo aplicado em estrutura de estofados, e como painel decorativo devido a sua aparência, portanto, sem revestimentos.

Contudo algumas alternativas e programas vem sendo desenvolvidos para reduzir os impactos socioambientais na industria moveleira.

2.3.2 Programas e alternativas socioambientais para a indústria moveleira

A ABIMÓVEL, em conjunto com órgãos governamentais, lançou um programa no ano 2000, o PROMÓVEL, com o objetivo de fortalecer as empresas do setor, provendo-as de novas alternativas de mercado como base para um crescimento forte e sustentável, visando aumentar as exportações. Dentre os projetos estabelecidos no

PROMÓVEL, cabe destacar dois que possuem preocupações ambientais, que são: Sensibilização ISO 14000 e o “Selo Verde” (FOCHI, 2007).

O programa de sensibilização ISO 14000 foi criado para obter vantagens competitiva e diferencial no mercado, uma vez que a consciência em relação à preservação do meio ambiente tem papel preponderante no mercado externo, inclusive para a aquisição e uso de produtos. Os objetivos desse projeto contemplam a sensibilização para um desenvolvimento sustentável nas empresas; melhoria da imagem das empresas moveleiras; conquista de novos mercados; eliminação de desperdícios; integração das gestões ambiental e de negócios nas empresas e a diminuição de acidentes e passivos ambientais (FOCHI, 2007).

Para alcançar os objetivos, este projeto será implementado em etapas assim denominadas, segundo Fochi, 2007:

- Sensibilização "Virada Ambiental muda os negócios";
- Ecoestratégia nas empresas moveleiras;
- Cooperação na competitividade por intermédio da gestão ambiental;
- ISO-14000 - Tudo sobre as novas normas mundiais;
- Gestão Ambiental é parte da Qualidade;
- Teste com sua Empresa de acordo com a ISO-14000.

As normas ISO 14000 – Gestão Ambiental, foram inicialmente elaboradas visando o “manejo ambiental”, que significa “o que a organização faz para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades” (ISO, 2000). Assim sendo, essas normas fomentam a prevenção de processos de contaminações ambientais, uma vez que orientam a organização quanto a sua estrutura, forma de operação e levantamento, armazenamento, recuperação e disponibilidade de dados e resultados (sempre atentando para as necessidades futuras e imediatas de mercado e, conseqüentemente, a satisfação do cliente), entre outras orientações, inserindo a organização no contexto ambiental (CASTRO, 2004; SCHNEIDER et al., 2004).

Os certificados de gestão ambiental da série ISO 14000 atestam a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização. Para a obtenção e manutenção do certificado ISO 14000, a organização tem que se submeter a auditorias periódicas, realizadas por uma empresa certificadora, credenciada e reconhecida pelo INMETRO e outros organismos internacionais (FOCHI, 2007).

Nas auditorias são verificados: o cumprimento de requisitos relativos à legislação ambiental; diagnóstico atualizado dos aspectos e impactos ambientais de cada

atividade; procedimentos padrões e planos de ação para eliminar ou diminuir os impactos ambientais sobre os aspectos ambientais; pessoal devidamente treinado e qualificado (GORINI, 1998).

Já o programa “Selo Verde” foi criado com a pretensão de atender as exigências dos mercados internacionais no que se refere à preservação ambiental e à ecologia, obrigando os exportadores de móveis brasileiros a comprovação de que as madeiras utilizadas nos móveis são de florestas renováveis ou remanejadas. Dessa maneira, pretende-se, em conjunto com órgãos do governo e com produtores e fabricantes da madeira, estabelecer condições, parâmetros e requisitos para a emissão de certificados de origem para a madeira utilizada no móvel brasileiro (FOCHI, 2007).

Os procedimentos para execução desse trabalho são baseados em normas internacionais ou baseados em práticas estabelecidas internacionalmente por órgãos de controle e normalização, como o IBAMA, ABNT e o INMETRO, para promover a identificação, a metodologia e os critérios a serem seguidos (FOCHI, 2007).

Além da certificação da madeira, é interessante a busca de um selo que certifique o produto como um todo, analisando o processo produtivo e demais insumos em todas as fases do ciclo de vida (FOCHI, 2007).

Pensando nas etapas do ciclo de vida do produto, uma alternativa que pode ajudar as indústrias a terem um controle maior sobre o impacto ambiental que causam, é o *Ecodesign*. A definição de *Ecodesign* proposta por Fiksel (1996) diz que o projeto para o meio ambiente é a consideração sistemática do desempenho do projeto, com respeito aos objetivos ambientais, de saúde e segurança, ao longo de todo ciclo de vida de um produto ou processo, tornando-os ecoeficientes. O conceito de ecoeficiência, por sua vez, sugere uma importante ligação entre eficiência dos recursos (que leva à produtividade e lucratividade) e responsabilidade ambiental (VENZKE e NASCIMENTO, 2002, pg.2).

Baseado nos conceitos de *ecodesign*, uma avaliação de ciclo de vida visa analisar os danos ambientais causados por um produto, por toda sua cadeia produtiva, ou seja, verificar desde a origem, a obtenção da matéria-prima, seu processamento, distribuição e descarte final. Para que um projeto esteja de acordo com o *Ecodesign* ele deve seguir algumas práticas como: recuperação do material; projetos voltados à simplicidade; redução da matéria-prima na fonte; recuperação e reutilização de resíduos; uso de energia renovável; produtos com maior durabilidade e recuperação de

embalagens; utilização de substâncias a base d'água; e prevenção de acidentes (VENZKE, 2002).

Outra forma de se controlar as agressões ao meio ambiente é a utilização de uma produção limpa, que de acordo com a obra *Environmental Guidelines for Small-Scale Activities in África* (2003), é uma estratégia preventiva designada para conservar recursos, mitigar riscos para o ser humano e o meio ambiente e promover uma melhor eficiência nas técnicas produtivas e na tecnologia.

O método de produção limpa inclui a substituição de materiais, a modificação dos processos, a melhoria do maquinário e o redesign dos produtos. A utilização de técnicas de produção limpa, além de fornecer qualidade a saúde e o meio ambiente, também proporciona o uso adequado do maquinário, aumentando a qualidade do produto e reduzindo a disposição de resíduos (FOCHI, 2007).

A exploração de recursos naturais é uma prática necessária para o desenvolvimento de produtos, porém se feita sem um controle pode ser caracterizada como uma ameaça ao meio ambiente. Para Manzini e Vezzoli (2002), a quantidade de recursos utilizados deve ser considerada na elaboração de um projeto, pois o impacto ambiental de um produto diminui se os recursos forem minimizados, ou seja, se reduzir o consumo de matéria e energia.

A redução do uso de materiais, além de significar uma economia, também diminui a quantidade de lixo produzido e acaba gerando um produto mais leve, demandando menos energia no transporte e na distribuição. Contudo, a minimização dos recursos não pode interferir na qualidade do produto, diminuindo assim a sua durabilidade e, conseqüentemente, ocasionando uma reposição prematura deste produto. Neste caso, o impacto ambiental causado na produção será transferido para outra fase da vida útil do produto (RAMOS, 2001).

No caso da produção de móveis, a madeira é o recurso natural mais utilizado, e embora seja uma matéria-prima renovável, conforme explana Ramos (2001), nem sempre a sua renovação acontece. E apesar da madeira poder vir de áreas de reflorestamento ou manejo sustentado, em muitos casos pode ser proveniente de áreas com exploração sem critério, causando danos ambientais.

Para que o uso da madeira ocorra de maneira adequada, Ramos (2001) recomenda a verificação das madeiras em processo de extinção, e aquelas em abundância existentes no mercado. E ao definir a espécie de madeira a ser utilizada é importante dar preferência às que possuem identificação de origem.

Como o controle da exploração da madeira não é o único ponto ambiental a ser considerado na produção de móveis, verificaremos algumas alternativas a poluição do ar decorrente do uso de adesivos e materiais de acabamento, resíduos de água, resíduos perigosos e de madeira na produção de móveis (LIMA, 2007).

Os adesivos usados para colagem de algumas peças e aplicação de revestimentos, normalmente contém solventes na sua formulação, que são liberados no ar, causando danos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador. As medidas mitigadoras que podem ser usadas no caso da aplicação de adesivos são: ajustar a proporção de cola de acordo com o teor de umidade da madeira ou do painel, reduzindo assim o consumo, o custo e as emissões; utilizar o de resíduos; e substituir os adesivos derivados do petróleo, normalmente utilizados na confecção de móveis por adesivos menos tóxicos, como os de lignina e os de resina de álcool *furfuryl*, adesivos que estão em fase experimental (ENVIRONMENTAL Guidelines..., 2003).

Com relação ao acabamento dado ao produto, devem-se evitar produtos que acarretem danos ao meio ambiente. Normalmente, as tintas utilizadas para proteção e decoração em móveis de madeira são aplicadas por métodos de pistola, que além de utilizarem solventes considerados poluentes perigosos, podem causar problemas de saúde aos trabalhadores que lidam com estes materiais (FREEMAN, 1995).

A Figura 11 apresenta as vantagens e desvantagens de alguns tipos de acabamentos utilizados em móveis de madeira, Lima, 2005:

Figura 11: Vantagens e desvantagens de acabamentos para madeira

ACABAMENTO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
À base d'água	Baixo conteúdo de VOCs; Limpeza de equipamento com água e sabão; Menor volume de material para estocar; Diminuição de custos com seguro, porque o perigo de fogo é eliminado; Mais barato que os acabamentos convencionais; Durável.	Necessita de um equipamento resistente à corrosão; Necessita de um melhor controle de temperatura e umidade; A superfície deve estar livre de óleos; Necessita de movimento de ar ou calor para facilitar a secagem.
Poliéster e Poliuretano	Alto brilho; Muito durável; Baixo conteúdo de VOCs.	Dificuldade de reparo; Requer um ambiente limpo.
Ultravioleta(UV)	Baixo custo de energia ; Baixíssimo conteúdo de VOCs; Muito durável; Secagem rápida.	Custos altos de pintura; Dificuldade de cura em peças irregulares (que não sejam planas); Limitada para acabamento claros e de espessura fina.
Nitrocelulose	Método já estabelecido; Secagem rápida; Fácil reparo.	Tóxico e inflamável; Alto conteúdo de VOCs; Média durabilidade.

FONTE: U.S. EPA / Sedesol Pollution Prevention Work Group (1994), apud Lima 2005.

Algumas medidas mitigadoras para as tintas para acabamento são: utilizar tintas para acabamento com menor emissão de VOCs como tintas a base d'água, por cura ultravioleta-UV, poliuretânicas e poliéster; aplicar o acabamento com um sistema spray de alto volume e baixa pressão, proporcionando uma camada fina de tinta, resultando em uma baixa emissão de VOCs e menor quantidade de material para acabamento; investir em um equipamento de recirculação de ar, o que irá diminuir as emissões atmosféricas, já que os métodos de aplicação por pistola, normalmente não são equipados com filtros, além de ter um custo menor que outros sistemas de controle de VOCs; e assegurar que os recipientes dos materiais de acabamento estejam seguramente vedados quando não estiverem em uso (ENVIRONMENTAL Guidelines..., 2003).

A utilização de preservativos na madeira e dos acabamentos para produção de móveis que geraram águas residuárias pode-se reduzir este tipo de impacto: aumentando os esforços para secagem da madeira, diminuindo assim a quantidade de preservativos utilizados; implantar sistemas de alta velocidade para a aplicação de acabamentos e preservativos, diminuindo assim a dispersão deste tipo de material; instalar um sistema de drenagem para coleta dos resíduos; reutilizar materiais de acabamento que possam

ter sido desperdiçados na aplicação através de um sistema de coleta do escoamento deste material; utilizar blocos de concreto nas áreas de tratamento da madeira e nas áreas intermediárias de estocagem para assegurar a coleta do material desperdiçado; não estocar estes materiais em áreas propensas a inundação, ou que sejam adjacentes a pontos de entradas de água; substituir os preservativos à base de solvente por preservativos à base d água que são menos tóxicos e danosos (ENVIRONMENTAL Guidelines..., 2003).

Quanto aos resíduos perigosos nas indústrias de móveis gerados por solventes utilizados na aplicação dos acabamentos e na limpeza dos equipamentos de pintura, algumas estratégias podem ser usadas para reduzir os resíduos de pintura, como: treinamento dos operadores dos equipamentos com técnicas para minimizar os resíduos; reaproveitamento do material desperdiçado através de um sistema de coleta; aplicação de uma cor por dia, ou por equipamento, evitando a limpeza do equipamento várias vezes sem necessidade; reutilizar o solvente através da reciclagem por destilação (ENVIRONMENTAL Guidelines..., 2003).

O método de aplicação dos acabamentos também interfere na qualidade, no consumo e na poluição. A figura 12 faz a comparação de algumas técnicas indicando suas vantagens e desvantagens.

Figura 12- Vantagens e desvantagens de técnicas de pintura

TÉCNICA	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Spray convencional (baixo-volume / alta-pressão)	Excelente atomização; Alta velocidade de produção.	Alta emissão de VOCs; Custo com disposição de resíduos perigosos; Custo com limpeza de cabine e substituição de filtros.
Spray sem ar assistido	Boa atomização; Boa eficiência de transferência.	Requer aumento de manutenção e treinamento.
Spray sem ar	Correta velocidade no fluxo de pintura; Sem mangueira de ar; Boa eficiência de transferência.	Atomização relativamente fraca; Requer aumento de manutenção e treinamento.
Spray eletrostático	Cobertura uniforme; Boa eficiência de transferência.	Alto custo do equipamento e manutenção; Pistolas delicadas.
Atomizador rotativo eletrostático	Excelente atomização e eficiência de transferência; Cobertura uniforme.	Risco de incêndio; Altamente condutivo.
Pintura por imersão	Alta velocidade de produção; Excelente eficiência de transferência; Baixo custo de mão-de-obra.	Risco de incêndio; Não adequado para peças ocas; Aparência abaixo da média; Importância da viscosidade.
Fluxo de pintura	Alta velocidade de produção; Excelente eficiência de transferência; Baixo custo de mão-de-obra; Menor manutenção.	Não adequado para peças ocas; Aparência abaixo da média; Importância da viscosidade.
Cortina de pintura	Altíssima velocidade de produção; Excelente eficiência de transferência; Cobertura uniforme.	Somente para peças planas.
Pintura a vácuo	Alta velocidade de produção; Excelente eficiência de transferência; Baixo custo de mão-de-obra.	Adequado somente para peças com silhueta uniforme; Só pode ser usada com tintas à base d'água.

FONTE: U.S. EPA / Sedesol Pollution Prevention Work Group (1994) apud Lima, 2005

Os filtros de papel e poliestireno utilizados nas cabines de pintura também podem ser considerados como resíduos perigosos, dependendo do tipo de acabamento, pois ficam incrustados com os resíduos associados a estes acabamentos (FREEMAN, 1995).

Conhecendo as fontes dos problemas ambientais dentro da indústria moveleira, torna-se possível a utilização de medidas mitigadoras para melhorar a qualidade ambiental e de certa forma reduzir os custos na produção.

Quando o tema é saúde do trabalho, conforme Lago 2004, o grande diferencial para o sucesso é, sem dúvida, o homem. Proteger sua saúde e integridade física, bem como promover seu bem-estar físico e mental é tarefa das organizações, quer sejam públicas ou privadas. Nesse sentido, é indiscutível a necessidade do administrador

conhecer as práticas de segurança no trabalho e compatibilizá-las com o planejamento e organização do processo produtivo, visto os grandes benefícios que esta associação traz para a empresa, destacando-se o aumento da produtividade e da qualidade e a diminuição dos custos do produto final.

A melhoria da segurança do trabalho visa, principalmente, diminuir o custo social com os acidentes de trabalho, valorizar a auto-estima e proporcionar a melhoria contínua da qualidade de vida dos trabalhadores. É um compromisso que exige o exercício da cidadania, pois cabe ao Estado, aos empregadores, aos administradores e aos empregados contribuir para a formação de uma sociedade mais sadia e produtiva. Conforme Zocchio (2002), a segurança do trabalho é uma forma abrangente de prevenção, que une dois pontos de convergência das ações e medidas preventivas: os acidentes do trabalho e as doenças ocupacionais. O autor explica que quando se pensa em prevenir acidentes do trabalho, deve-se ter em mente também a prevenção de doenças ocupacionais, dois males com alguns pontos comuns que preocupam igualmente por seus aspectos humanitário, social e econômico. Assim, segurança do trabalho é um conjunto de medidas e ações aplicadas para prevenir acidentes e doenças ocupacionais nas atividades das empresas ou estabelecimentos. Tais medidas e ações são de caráter técnico, educacional, médico, psicológico e motivacional, incluindo também medidas administrativas favoráveis.

Programas fundamentais seriam: CIPA (Comissão interna de prevenção de acidentes), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), diminuição de ruídos, entre outros citados no capítulo anterior na seção 1.3, quando falamos sobre gestão socioambiental.

3 – VOTUPORANGA: vocação produtiva e olhares tangenciados para a questão socioambiental

3.1 O Pólo moveleiro de Votuporanga-SP

O município de Votuporanga abriga o “segundo mais importante pólo moveleiro do país, depois de São Bento do Sul (SC)”, segundo o economista e pesquisador Wilson Suzigan, (2001). A conquista de tal posição, consolidada em alguns poucos anos, teve início na década de 90, muito embora, produtoras de móveis já estivessem instaladas desde a década de 60 na região. Conta com 221 empresas, sendo 83 no município de Votuporanga.

A maioria das empresas do pólo de Votuporanga está voltada para a produção de móveis residenciais de madeira. Nesse segmento, atuam empresas que produzem móveis retilíneos com painéis de madeira, que produzem móveis torneados a partir de madeira maciça, na grande maioria micros e pequenas. Verifica-se, também a importante participação das empresas produtores de móveis estofados. Além dessas, nos últimos anos, observa-se uma crescente participação dos fabricantes de móveis metálicos (tubulares) (SILVA, 2003).

De uma forma geral, as empresas deste pólo também parecem enquadrar-se, quanto às características, no grupo mais representativo das empresas brasileiras de móveis, enfrentando, também de forma geral, os mesmos problemas, as mesmas restrições ao seu crescimento. Contudo, o pólo de Votuporanga parece apresentar também particularidades que lhe concedem destaque, além de realçar a importância do que procuramos destacar como a capacidade associativista de empresas de um mesmo setor, ou fortemente ligadas por relações de oferta e/ou demanda, além de uma série de instituições públicas e privadas, que muito mais que sobreviver buscam crescer, vencer, em um mercado cada vez mais competitivo e integrado (RODRIGUES, 2002).

Como um cluster moveleiro dos mais expressivos do país, onde só a indústria moveleira representa cerca de 50% da atividade econômica do município e ocupa mais de 35% da População Economicamente Ativa, Votuporanga apresenta desde os anos 1980 uma conformação urbana que expressa em alto grau sua vocação industrial. Votuporanga é uma cidade em que a constituição do espaço urbano se fez a partir de uma lógica fordista, com clara delimitação físico-territorial entre capital e força de trabalho. Ou seja, há pelo menos duas décadas a sua expansão urbana é orientada por

uma tensão de forças entre a cidade central, hegemônica, da circulação de capital, bens e pessoas, e a cidade periférica, contra-hegemônica, de circulação restringida e trabalho intensivo (RODRIGUES, 2002).

3.1.1 Histórico

Localizada no extremo noroeste do estado de São Paulo, Votuporanga é mais uma das tantas cidades do estado surgidas à margem do traçado da Araraquarense, sob a égide da marcha implacável do café (RODRIGUES, 2002).

Um processo de industrialização tardia salvou Votuporanga de um estrangulamento econômico crônico; montado nos moldes fordistas, ou seja, demandando mão de obra de baixa qualificação, proximidade do mercado consumidor, facilidade de escoamento da produção e matéria prima abundante, aqui instalou-se um parque industrial produtivo, que absorveu grande parte da mão de obra egressa do campo, e dos municípios de sua região (SILVA, 2003).

Esse processo de industrialização tardia deu a Votuporanga, na esteira de Mirassol e São José do Rio Preto, uma nova vocação econômica: a indústria moveleira. É graças a essa vocação que Votuporanga escapou do colapso na década de 70, e é essa mesma vocação que até hoje sustenta boa parte da economia local, mesmo face aos fortes abalos sofridos pelo setor com o processo de reestruturação produtiva (RODRIGUES, 2002).

A área da cidade de Votuporanga, fundada em 1937, era uma rica mata nativa que possuía várias espécies de madeira de lei. Isto resultou na comercialização da madeira nas décadas de 40 e 50, fase que recebeu o nome de "ciclo da madeira". O ciclo da madeira originou-se com a derrubada das árvores que constituíam a mata nativa para o preparo da terra e desenvolvimento da agricultura, sendo o produto principal o café. As primeiras serrarias e, conseqüentemente, a confecção de todo tipo de artefato de madeira, dentre eles mobiliário de casa, móveis para escritórios, instalações para igrejas, escolas, clubes, restaurantes, campo, indústrias e comércio em geral, surgiram como subproduto da atividade agrícola (STIPP, 2002).

Há fortes indícios para identificarmos o surgimento da indústria moveleira no noroeste paulista sob a influência da imigração italiana, não só porque esta foi decisiva para a estruturação dos dois pólos mais tradicionais do país (o de Bento Gonçalves no Estado do Rio Grande do Sul e o da Grande São Paulo), mas também em virtude da

importância da imigração italiana para a ocupação dos municípios nascidos ao longo dos trilhos da Araraquarense (Gonçalves, 1998) nas primeiras décadas do século XX.

No início dos anos 70 foi criado o PLAMIVO, Plano de Amparo e Incentivo Industrial de Votuporanga, através de lei municipal que autorizava a prefeitura a doar terrenos no distrito industrial e conceder incentivos fiscais de 10 a 20 anos com o objetivo de fomentar novas indústrias, geração de empregos, aumento da produção e da arrecadação. Em 1975 foi criada a AIRVO, Associação Industrial da Região de Votuporanga que foi, efetivamente, quem deu origem às primeiras formas de sinergia local e à formação do aglomerado (Stipp, 2002, p. 80). No final da década de 1970 e início dos anos 80, a aglomeração das indústrias de móveis de Votuporanga começa ganhar densidade a partir das políticas públicas da PLAMIVO e ações privadas da AIRVO. Nesses anos, em conjunção com a contratação de consultorias externas efetuadas pela maior indústria da região, começa a propagar-se uma nova “atmosfera industrial”, que poderia ser identificada como um conjunto intangível de ativos responsáveis pela percepção inicial da importância das inovações organizacionais dentro do aglomerado. O número de empresas e o emprego crescia, mas incorporava-se pouca tecnologia. Em 1980, havia 136 empresas de móveis que empregavam 2.228 pessoas. Em 1991 o emprego cresceu para 5.000, quase sem aumentar o número de empresas, indicando, ainda, elevada incorporação de mão de obra e baixa utilização de tecnologia (STIPP, 2002, p. 80).

Até meados dos anos 70, a AIRVO e a Associação Comercial eram consideradas uma única entidade, somente em 1977 os industriais criaram uma associação própria: a Associação Industrial da Região de Votuporanga tendo como primeiro trabalho a prestação de assessoria jurídica nas áreas tributárias e trabalhistas, além de cursos de especialização e qualificação. Na década de 80, a entidade investe no setor de recursos humanos e cria um departamento médico e cursos técnicos para os funcionários das indústrias (PDP/APLV, 2007).

O contexto de crise da década de 1990 exige uma nova postura dos atores da localidade - uma postura de associativismo procurando a sobrevivência do setor moveleiro. Nos primeiros anos desta década, as dificuldades econômicas e administrativas aumentaram dado a ausência de novas tecnologias e design, a antiquada administração das empresas, aliadas às dificuldades macroeconômicas provenientes do Plano Collor (redução e liquidez). Diante da forte crise e de tais obstáculos, um grupo de empresários ligados à produção de móveis e à AIRVO empenhou-se em reverter às

dificuldades. O processo que se iniciou pode ser descrito como uma busca coletiva para a melhoria de eficiência e da competitividade. Foi um movimento de articulação e de transformações nas interações entre firmas que se desenvolveu ao longo da década de 1990 e acentuou o caráter de interdependência, bem como o posicionamento frente ao mercado. Possibilitou melhor concorrência, viabilizou uma acentuada cooperação inter-firmas, geração e difusão de inovações no interior destas (PDP/APLV, 2007).

Atividades organizadas por empresários de forma associativista deram início no ano de 1992 com apoio da AIRVO e parceira com o SEBRAE/SP criaram o “Pólo de Desenvolvimento Moveleiro da Região de Votuporanga”, denominado comercialmente como “Interior Paulista Design” (IPD).

Partindo de uma proposta metodológica concebida pela FIA/USP (Fundação Instituto de Administração), conveniada à FEA/USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), desenvolveu-se o projeto “Pólo de Modernização Empresarial para a Eficiência Coletiva”, cujo objetivo geral era de estimular a cooperação entre micro e pequenas empresas do mesmo ramo e setor (PDP/APLV, 2007).

O projeto Pólo visava melhorar a competitividade individual de cada empresa. Ao cooperarem entre si, viabilizavam atuação conjunta, particularmente em projetos de interesses comuns compartilhando custos e benefícios. O principal foco era formar ou fortalecer redes horizontais de cooperação, possibilitando o acesso às novas tecnologias de produção e gestão. Também se destacam objetivos de estimular a capacidade associativista entre empresários, desenvolver a capacidade gerencial, aumentar a competitividade, racionalizar custos, formar novas lideranças, fortalecer as entidades de classe, promover o desenvolvimento regional e participar de novos mercados (PDP/APLV, 2007).

A partir desses objetivos foram sugeridas e discutidas várias propostas e alternativas, algumas de forma mais democrática, outras nem tanto. Voltavam-se basicamente para: a gestão empresarial: sistema de controle e informações gerenciais (estoque, produção, fluxo de caixa), através do uso da informática, análise econômica da empresa, apuração sistematizada de custos, bem como da formação do preço de venda e sua política; a produção: central de compras para obter um maior poder de negociação e baixar os custos das matérias-primas, manutenção compartilhada, capacitação de recursos humanos (treinamentos, enfocando particularmente a área de “chão de fábrica”, mas também pessoal indireto da produção); marketing: direcionamento para a produção

do segmento de móveis *country*; realização de feira anual na cidade, como maneira diferenciada de showroom; marca coletiva, aliado a controle de qualidade (das matérias-primas e dos produtos acabados).

A implementação das propostas não foi um processo fácil. Houve forte resistência de empresários, principalmente quanto ao estilo “*country*”. Os empresários locais começaram a cobrar participação mais efetiva do SEBRAE/SP, em detrimento da metodologia FIA/USP. O convênio FIA/USP, bem como convênio com FATEC (Faculdade de Tecnologia), não prosseguiram. Porém várias de suas propostas, implantadas pela nova coordenação do pólo, acabaram por frutificar, particularmente nas 14 empresas que incorporaram desde o início o desafio associativista (PDP/APLV, 2007).

No mesmo ano, através de convênio entre a AIRVO e o SEBRAE/SP, foi designado um coordenador do pólo, cuja atuação levou a uma maior articulação, redirecionando o processo e gerando novas oportunidades para ações conjuntas.

A geração e difusão de conhecimentos adquiridos durante esse processo foram muito significativas e possibilitaram um estreitamento maior nas relações empresariais, fortalecendo a sinergia. Deve-se ressaltar a importância do coordenador dessas ações cuja função, em muito se assemelhou aos coordenadores nos distritos industriais italianos. As iniciativas estudadas no campo da cooperação mostram que houve um processo de aprendizado e de descoberta de potencialidades, tanto no sentido de preocupação social, quanto em relação à forma de atuação em rede e em interdependências (PDP/APLV, 2007).

O ano de 1993 foi marcado pela intensificação das atividades que visaram a capacitação nas áreas de administração e finanças, produção e marketing. As ações coletivas mais significativas foram: a) alteração no layout produtivo de diversas fábricas, reavaliação de funcionários e equipamentos, maior controle na qualidade de matérias primas; b) profissionalização das empresas, incremento à parcerias e terceirizações, elaboração e utilização de planilhas de custo, adoção de medidas de estímulo à produtividade; c) redirecionamento e marketing dos produtos, reavaliação dos mercados, estímulo a qualidade, valorização da marca, propostas de treinamento e profissionalização dos representantes comerciais vinculados as empresas; d) planejamento de curto, médio e longos prazos; estabelecimento de projetos que seriam aplicados de forma associativista em empresas, cujo término levaria à implantação das

normas NBR ISO 9000; organização de centrais de compras que destinavam-se, basicamente, às empresas de estofados (PDP/APLV, 2007).

Paralelamente foram buscadas, através de um processo de capacitação do empresário local, visão mais abrangente de mercado, de negócios e do desenvolvimento regional. As avaliações e os resultados foram se desenvolvendo de forma conjunta, proporcionando um *feedback* tanto para os empresários quanto para os consultores. Alicerçavam-se, no dia a dia, as experiências adquiridas por ambas as partes (PDP/APLV, 2007).

Segundo o PDP/APLV, 2007, inicia-se em 1994, um grupo de Qualidade Total, orientado pelo SEBRAE/SP, que em curto prazo e aliado aos projetos de consultorias, resultou numa mudança de patamar, em termos quantitativos e qualitativos, de produção e produtividade. O projeto ISO-9000, inicialmente constituído pelas 24 empresas que originaram o pólo no período anterior, com recursos provenientes do CNPq, via projeto PATME, proporcionou que, as indústrias de móveis (as primeiras do Estado de São Paulo) conseguissem obter o certificado de qualidade ISO-9002. Um manual de qualidade e um selo institucional criados pela AIRVO para posterior conquista do ISO 9000. Em 1998 a AIRVO e o SINDIMOB unificam a presidência das entidades. Em 1999 é assinado pelo Ministério da educação o convênio do PROEP (Programa de Reforma da Educação profissional) para agilizar o início do CEMAD. Em agosto deste ano, cinco empresas do pólo moveleiro recebem o Selo ISO 9000, dando relevância às empresas, pois foram consideradas as primeiras empresas do setor a receber a certificação no Estado.

Destaque para o final dos anos 90 é a parceria entre AIRVO, Prefeitura Local, Câmara e FEV na criação da FUVEC (Fundação Votuporanguense de Educação e Cultura), mantenedora do CEMAD (Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário de Votuporanga). Houve grande adesão de empresários às ações que possibilitaram, principalmente, reduções dos custos, mas apesar dos benefícios coletivos, muitos empresários não tiveram tal percepção. Embora tenha havido grande peso na instituição empresarial, paradoxalmente, houve também dificuldade para a associação institucional. E, ainda hoje, boa parte dos industriais considera a mão-de-obra o mais importante fator de produção (produtividade e salários são itens da maior relevância na estrutura de custos), não há clareza da importância e do papel do aprofundamento da capacitação nem das inovações (STIPP, 2002).

Deve-se ressaltar que as dificuldades para a cooperação associativa institucional não significam que os empresários locais não se organizem para defender seus interesses. Ao contrário, sua capacidade de mobilização é considerável, constituindo um grupo quase uniforme quando a “estratégica regional” é colocada em cheque, ou seja, interesses comuns quanto à manutenção ou ampliação de riqueza e poder, entre outras coisas. Um exemplo ilustrativo é o da negociação coletiva do trabalho, quando sua presença em plenário mostra claramente uma proximidade de interesses e alto grau de articulação (PDP/APLV, 2007).

Em 1997 é criado o 5º Distrito Industrial e surge mais uma instituição comprometida com o desenvolvimento de pessoas e organizações, o SENAC de Votuporanga.

A primeira década do século XXI se inicia com a elaboração do planejamento estratégico da AIRVO/SINDIMOB para cinco anos. Uma ação importante dá foco à adequação do processo industrial aos parâmetros ambientais, já que o pólo moveleiro de Votuporanga não possui um local adequado para o depósito de resíduos industriais. Uma parceria entre AIRVO e os empresários resolve o problema comprando um terreno para servir como depósito para uma posterior utilização dos resíduos. Em abril de 2001, a AIRVO é destaque em jornais e revistas pelo grande investimento em alta tecnologia. Na época, das 14 indústrias brasileiras certificadas como ISO 9000, seis eram de Votuporanga (PDP/APLV, 2007).

Em junho deste mesmo ano, as entidades da Techmóvel – Feira de Tecnologia Moveleira, que acontece em Mirassol, a ASSIMI (Associação Industrial de Mirassol) e a AIRVO/SINDIMOB, realizaram com o apoio do Consulado Italiano, uma ampla pesquisa que identifica as necessidades de mercado das indústrias locais. Os dados servem para nortear as empresas italianas que participam da feira e facilitam a aquisição de maquinário de ponta pela indústria regional. Em junho de 2001 é inaugurado o CEMAD. A partir deste momento surge a parceria entre CEMAD, Fundação Educacional de Votuporanga, FUVEC promovendo a utilização dos laboratórios do Centro Tecnológico pelos alunos do Centro Universitário de Votuporanga. O início dos cursos do SENAI/CEMAD se deu em julho de 2001 – o primeiro curso de Marceneiro de Produção, em seguida, começam as contratações de profissionais da área para as consultorias nas empresas e realização dos demais cursos da instituição.

O fim de 2001 é marcado por dois acontecimentos importantes: a) primeira turma do Curso de Tecnologia em Produção Moveleira do Centro Universitário de

Votuporanga, o segundo curso no país no segmento e o primeiro no Estado e b) assinatura do convênio entre FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia) e a FUVTEC para criação do Núcleo de Design e Desenvolvimento de Novos Produtos. Trinta e uma indústrias foram beneficiadas com a melhora de seus produtos e o incremento às exportações por meio de participações em feiras no Brasil, Itália, Alemanha, Estados Unidos e França (PDP/APLV, 2007).

No ano de 2002 a AIRVO participa da inauguração do Center Sul, o shopping do moveleiro, com os melhores representantes de produtos para aglomerados, compensados, correções e acessórios para móveis da região. Em 2003 teve a criação e implantação do projeto de exportação EXPAM, que permitiu a várias empresas o acesso ao mercado internacional. Em agosto de 2004 a AIRVO apóia e participa junto com o curso de Tecnologia em Produção Moveleira da UNIFEV da V Movinter – Feira de Móveis do Estado de São Paulo em Mirassol (PDP/APLV, 2007).

Em maio de 2006 a AIRVO e o grupo de empresários do Projeto Comprador do *Brazilian furniture* da Apex Brasil e Abimóvel promovem a primeira Rodada Internacional de Negócios do Mobiliário do Pólo Moveleiro de Votuporanga, onde 14 empresas recebem 9 importadores do Chile, Equador, Peru, Uruguai, Colômbia, Ilhas do Caribe e Angola. Em agosto é lançado o caderno “Tendências em Mobiliário 2007” de nove escolas de sete Estados brasileiros, entre elas o CEMAD Votuporanga. Em setembro deste ano, a AIRVO/SINDIMOB e o SENAI/CEMAD firmam parceria para a criação e confecção dos móveis para a nova unidade da APAE de Votuporanga. Também em setembro, Votuporanga recebe o projeto PRUMO – Programa Unidade Móvel, uma realização do SEBRAE e AIRVO através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Uma unidade móvel que percorre empresas de Votuporanga e região e leva soluções tecnológicas para o desenvolvimento da produção (PDP/APLV, 2007).

Os últimos movimentos de interação e cooperação do Pólo de Móveis de Votuporanga e Região estão concentrados em atividades relacionadas ao Projeto APL (Arranjo Produtivo Local) apresentado pelo SEBRAE – E.R. Votuporanga – Primeira Fase, cuja prioridade está estabelecida na sensibilização e mobilização dos empresários interessados neste projeto. O primeiro evento denominou-se “Oficina de Cooperação”, cuja participação empresarial (Votuporanga e Região) foi considerada razoável, ocorrida no início de março de 2007. A segunda atividade – “Oficina de Planejamento

Participativo” ocorreu no final de março deste mesmo ano com convocação maciça de todos empresários da região de Votuporanga (PDP/APLV, 2007).

Quanto ao envolvimento de trabalhadores na produção moveleira observa-se que ao longo o tempo houve uma verdadeira “cultura” setorial na região, possibilitando uma familiaridade da força de trabalho com as práticas utilizadas, formando e acumulando competências específicas, destreza e habilidade por parte desses trabalhadores. Tal situação é percebida pelos empresários como um dado, e não como uma conquista. Apesar das estratégias coletivas, do aumento significativo da capacidade produtiva, inclusive com ganhos de aprendizado, os empresários não foram capazes de gerar processos de aprendizado voltados à inovação. O sistema é frágil e muito dependente de coordenação legitimada institucionalmente (RODRIGUES, 2002).

3.1.2 Da região de delimitação territorial do pólo de Votuporanga

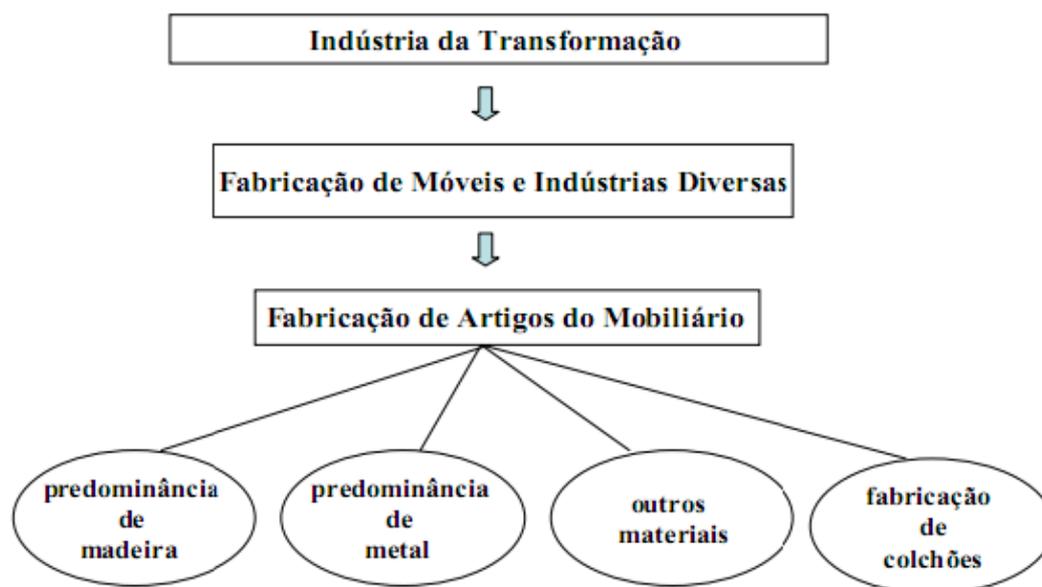
O Pólo de Móveis de Votuporanga e Região está localizado na Região Administrativa 4 de São José do Rio Preto, composta por 96 municípios. Esta mesorregião ou Região Administrativa está subdividida em 8 microrregiões, são elas: Aurifloma, Catanduva, Fernandópolis, Jales, Nhandeara, Novo Horizonte, Votuporanga e São José do Rio Preto.

Na malha viária regional, destaca-se a rodovia Washington Luís (SP-310), que permite o acesso ao Centro-oeste do país, a São Paulo e ao Porto de Santos; a Rodovia Transbrasiliana (BR-153), que liga o norte ao sul do país e a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), que vai do Sul de Minas gerais ao norte do Paraná, dando acesso a Ribeirão Preto e a Euclides da Cunha Paulista e ligando Mirassol à divisa com o Mato Grosso do Sul. É servida ainda pela Ferronorte, antiga Ferrovia Alta Araraquarense, que liga São Paulo a Santa Fé do Sul, e pelos Aeroportos Prof. Eriberto Manuel do Reino localizado em São José do Rio Preto e Domingo Pignatari, em Votuporanga.

O Pólo de Móveis de Votuporanga abrange 27 municípios, são eles: Álvares Florence, Américo de Campos, Buritama, Cardoso, Cosmorama, Estrela D’Oeste, Fernandópolis, floreal, Gastão Vidigal, Jales, José Bonifácio, Macaubal, Macedônia, Meridiano, Monções, Monte Aprazível, Nhandeara, Palmeira D’Oeste, Planalto, Santa Fé do Sul, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Três Fronteiras, Turiúba, Urânia, Valentim Gentil e **Votuporanga**, sendo o último (objeto de estudo) o maior, mais importante e

centro regional. A Figura 13 caracteriza a fabricação de móveis no cenário industrial do Estado de São Paulo.

Figura 13 – Indústria transformação/fabricação de móveis e indústrias diversas/fabricação de artigos do mobiliário



Fonte: Adaptado do Atlas da competitividade da Indústria Paulista, 2007

A representação da indústria de fabricação de artigos do mobiliário em relação à indústria de transformação do Estado de São Paulo é demonstrada na Tabela 11 abaixo:

Tabela 11 – Fabricação de artigos do mobiliário / indústria de transformação
Estado de São Paulo

Fabricação de artigos do mobiliário / Indústria de transformação Estado de São Paulo						
	Número de estabelecimento			Empregos ocupados		
	Indústria de Transformação	% sobre o total	Fabricação de Artigos do Mobiliário	Indústria de Transformação	% sobre o total	Fabricação de Artigos do Mobiliário
Total do Estado	80878	100	3714	2918830	100	69784
R.A Central	2404	2,97	111	84859	2,9	1291
R.A Araçatuba	1678	2,07	141	76136	2,6	3180
R.A Barretos	534	0,66	40	30634	1,04	445
R.A Bauru	2386	2,95	119	95163	3,26	1779
R.A Campinas	15864	19,61	668	615276	21,07	12962
R.A Franca	3070	3,79	64	95480	3,27	480
R.A Marília	1755	2,17	99	52514	1,8	1736
R.A Presidente Prudente	1293	1,59	85	46877	1,6	1149
R.A Registro	184	0,22	10	3587	0,12	54
R.A Ribeirão Preto	2298	2,84	152	100386	3,43	2443
R.A Santos	869	1,07	61	23911	0,81	338
R.A São José do Rio Preto	3427	4,23	509	91789	3,14	13231
R.A São José dos Campos	2321	2,86	68	131219	4,49	1337
R.A Sorocaba	4644	5,74	199	209464	7,17	3776
R.A Metropolitana São Paulo	38151	47,17	1380	1261535	43,22	25583

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

Nota-se que da totalidade de indústria de transformação no Estado de São Paulo, 3714 delas fabricam artigos do mobiliário, representando 4,59% do seu total. Pela ótica as regiões administrativas, conclui-se que, a de São José do Rio Preto, possui 3427 indústrias de transformação do total do Estado (4,23%), enquanto que 509 delas fabricam artigos do mobiliário (móveis com predominância de madeira, móveis com predominância de metal, móveis com predominância de outros materiais e fabricação de colchões), onde 498 se localizam na região noroeste paulista do Estado – 277 empresas no pólo de Mirassol e Região e 221 no pólo de Votuporanga e Região. Sobre o pessoal ocupado, afirma-se que do total de 2.918.830 - 2,39% (69784 de p.o) estão inseridos nas fábricas de artigos do mobiliário. Na Região Administrativa de São José do Rio Preto, 91789 é o número de pessoal ocupado sobre o total no Estado de São Paulo (3,14%) e 13231 pessoas ocupadas nas fábricas de artigos do mobiliário (14,41%) sobre o total nesta Região Administrativa.

Esta região do Estado tem como principais pólos da indústria moveleira – Votuporanga e Mirassol com uma grande concentração de indústrias de móveis com predomínio de pequenas e médias empresas, porém com elevados investimentos em alta tecnologia e capacitação de recursos humanos.

A Tabela 12 distribui de forma resumida as empresas fabricantes de artigos do mobiliário da região noroeste paulista. No pólo de Móveis de Votuporanga e região foram encontradas 221 empresas com 5540 pessoas ocupadas e 277 empresas no pólo de Móveis de Mirassol e Região com 7227 pessoas ocupadas.

Tabela 12 – Distribuição das empresas fabricantes de artigos do mobiliário da região noroeste paulista

	Fabricação de móveis com predominância de madeira	%	Fabricação de móveis com predominância de metal	%	Fabricação de móveis com predominância de outros materiais	%	Fabricação colchões	%	Total	%
Votuporanga	169	42,35	41	50,00	8	42,10	3	33,34	221	43,41
Mirassol	228	57,14	33	40,24	10	52,63	6	66,66	277	54,42
Sub-total	397	99,49	74	90,24	18	94,73	9	100	498	97,83
Região Administrativa /Mesorregião de São José do Rio Preto = (Região Noroeste Paulista)	399	100	82	100	19	100	9	100	509	100
Estado de São Paulo	3043	x	351	X	236	x	84	x	3714	x

Fonte: Atlas de Competitividade Industrial Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

Analisando a dimensão regional pela ótica da Região Administrativa de São José do Rio Preto (96 municípios), afirma-se que 43,41% das empresas do noroeste paulista estão localizadas no pólo de Votuporanga e Região e 54,42% no pólo de Mirassol e Região, totalizando 498 empresas em 43 municípios (27 no pólo de Votuporanga e Região e 16 no pólo de Mirassol e Região). A soma dos dois chega a 97,83% da totalidade das empresas encontradas nesta região do Estado de São Paulo. Os restantes 2,17% ou 11 empresas encontradas na região do noroeste paulista estão distribuídas entre as demais cidades da região, ou seja, 53 municípios.

A fabricação de artigos do mobiliário é realizada em todo o Estado de São Paulo, a tabela abaixo mostra o resumo destas indústrias por Região Administrativa, com

objetivo de se analisar comparativamente o número de estabelecimentos e pessoal ocupado.

Tabela 13- Número de estabelecimentos e pessoal ocupado nas empresas fabricantes de artigos do mobiliário / por Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Fabricação de artigos do mobiliário				
Região Administrativa	Número de estabelecimentos	%	Pessoal ocupado	%
Central	111	2,99	1291	1,85
Araçatuba	141	3,80	3180	4,56
Barretos	40	1,08	445	0,64
Bauru	119	3,20	1779	2,55
Campinas	668	17,99	12962	18,57
Franca	72	1,94	480	0,69
Marília	99	2,67	1736	2,49
Presidente Prudente	85	2,29	1149	1,65
Registro	10	0,27	54	0,08
Ribeirão Preto	152	4,09	2443	3,50
Santos	61	1,64	338	0,48
São José do Rio Preto	509	13,71	13231	18,96
São José dos Campos	68	1,83	1337	1,92
Sorocaba	199	5,36	3776	5,41
Metropolitana São Paulo	1380	37,16	25583	36,66
TOTAL	3714	100,0	69784	100,0

Fonte: Atlas da competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

Conclui-se que, da totalidade das indústrias moveleiras do Estado de São Paulo, os maiores percentuais estão concentrados na região metropolitana do Estado (37,16%), Campinas (17,99%) e São José do Rio Preto (pólo de Móveis de Votuporanga e Mirassol – 13,71%). As demais regiões administrativas estão distribuídas da seguinte forma: até 100 empresas (7 regiões administrativas) e de 101 a 200 empresas (5 regiões administrativas).

Da totalidade de empregos ocupados na indústria moveleira no Estado Paulista, 36,66% estão na região metropolitana de São Paulo, 18,96% na região administrativa de São José do Rio Preto e 18,57% na de Campinas. As demais regiões administrativas estão distribuídas da seguinte maneira: até 5% do pessoal ocupado (11 regiões administrativas) e acima de 5%, somente na região administrativa de Sorocaba.

O número de empresas no pólo de Móveis de Votuporanga e Região, cujo corte territorial se dá pela abrangência da AIRVO – Associação Industrial da Região de Votuporanga (ator local/entidade patronal) é representado na Tabela 14.

Tabela 14 - Número de empreendimentos de empresas fabricantes de artigos do mobiliário / por município integrante do Pólo de Móveis de Votuporanga e Região

Fabricação de artigos do mobiliário					
	Subdivisão				
Município	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Fabricação de móveis com predominância de metal	Fabricação de móveis de outros materiais	Fabricação de colchões	Total
Américo de Campos	1	2	0	0	3
Cardoso	1	2	0	0	3
Cosmorama	4	0	1	0	5
Estrela D'Oeste	2	0	0	0	2
Fernandópolis	6	3	1	0	10
Floreal	6	0	0	0	6
Gastão Vidigal	1	0	0	0	1
Jales	1	0	0	0	1
José Bonifácio	2	0	0	0	2
Macaubal	3	0	0	0	3
Macedônia	3	0	0	0	3
Meridiano	1	1	2	0	4
Monte Aprazível	3	0	0	0	3
Nhandeara	1	0	0	0	1
Palmeira D'oeste	1	0	0	0	1
Santa Fé do Sul	4	0	0	0	4
Sebastianópolis do Sul	3	0	0	0	3
Tanabi	9	1	0	1	11
Urânia	2	0	0	0	2
Valentim Gentil	43	27	0	0	70
Votuporanga	72	5	4	3	83
Subtotal	169	41	8	3	221
Total Estado São Paulo	3043	351	236	84	3714

Fonte: Atlas da competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

De acordo com a tabela acima, 221 é o número dos empreendimentos que fabricam artigos do mobiliário na base territorial do pólo de Móveis de Votuporanga e Região. Este total corresponde a 5,595% do total do Estado de São Paulo. Sobre as atividades econômicas que constituem este grupo, pode-se concluir que a fabricação de móveis com predominância de madeira tem o maior percentual entre as cidades integrantes do pólo de Votuporanga e Região - 76,47% com um número de 169 empresas e, em segundo lugar, a fabricação de móveis com predominância de metal com uma representatividade de 18,55% sobre as atividades econômicas deste grupo.

Quanto ao porte das empresas do pólo de Móveis de Votuporanga e Região, a Tabela 15 as classifica da seguinte forma:

Tabela 15- Classificação por porte das empresas fabricantes de artigos do mobiliário do Pólo de Móveis de Votuporanga e Região

Município	Quantidade de empresas por porte				Total
	Micro	Pequena	Média	Grande	
Américo de Campos	3	0	0	0	3
Cardoso	1	2	0	0	3
Cosmorama	5	0	0	0	5
Estrela D'Oeste	2	0	0	0	2
Fernandópolis	7	2	1	0	10
Floreal	5	1	0	0	6
Gastão Vidigal	0	1	0	0	1
Jales	1	0	0	0	1
José Bonifácio	2	0	0	0	2
Macaubal	3	0	0	0	3
Macedônia	2	1	0	0	3
Meridiano	3	1	0	0	4
Monte Aprazível	3	0	0	0	3
Nhandeara	1	0	0	0	1
Palmeira D'oeste	1	0	0	0	1
Santa Fé do Sul	4	0	0	0	4
Sebastianópolis do Sul	3	0	0	0	3
Tanabi	8	2	1	1	11
Urânia	1	1	0	0	2
Valentim Gentil	53	17	0	0	70
Votuporanga	60	22	1	0	83
Subtotal	169	41	8	3	221
Total Estado São Paulo	3207	432	69	6	3714

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, 2007 Ver site <http://www.seade.gov.br/projetos/fiesp/>, com base de dados Seade/FIESP.

Das 221 empresas do pólo de Móveis de Votuporanga e Região, 170 são micro empresas – representando 76,92% do total delas, 21,72% são empresas de pequeno porte (número de 48 empresas) e 3 empresas são consideradas de médio porte (1,35% do total de empresas).

O número de empregos (pessoal ocupado) da indústria de móveis no pólo de Votuporanga e Região está discriminado na Tabela 16:

Tabela 16 - Pessoal ocupado das empresas fabricantes de artigos do mobiliário do Pólo de Votuporanga e Região

Fabricação de artigos do mobiliário	
Município	Pessoal ocupado
Américo de Campos	14
Cardoso	39
Cosmorama	27
Fernandópolis	477
Floreal	63
Macaubal	19
Macedônia	140
Meridiano	64
Monte aprazível	30
Santa Fé do Sul	8
Sebastianópolis do Sul	35
Tanabi	477
Valentim Gentil	1685
Votuporanga	2462
Subtotal	5540
Total Estado São Paulo	69784

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista. Ver site <http://www.seade.gov.br/projetos/fiesp/>, com base de dados Seade/FIESP.

Os dados dos municípios abaixo que pertencem à base territorial de Votuporanga não foram encontrados no Atlas de Competitividade da Indústria Paulista (dados sigilosos e não divulgados). Segue a lista dos municípios: Estrela D'Oeste, Gastão Vidigal, Jales, José Bonifácio, Monções, Nhandeara, Palmeira D'oeste, Planalto, Três Fronteiras, Turiúba e Urânia.

Do total do Estado de São Paulo, o APL de Móveis de Votuporanga e Região tem 7,938% de representatividade. As cidades que mais empregam na fabricação de móveis são: Votuporanga, Valentin Gentil, Tanabi e Fernandópolis, somando aproximadamente 92,07% do pessoal ocupado, onde 44,4% estão concentrados em **Votuporanga**, por esse motivo a escolha do objeto de estudo focaliza-se nas empresas moveleiras da cidade de Votuporanga. No próximo item de indicadores socioeconômicos verificaremos a importância desse município.

3.2 Pólo moveleiro, desenvolvendo a cidade de Votuporanga

Como observado na seção anterior, às atividades produtivas no pólo estudado, tem sua concentração principal na cidade de **Votuporanga**. Para enriquecer o trabalho,

foi pesquisado um conjunto de indicadores socioeconômicos, com informações indispensáveis objetivando facilitar a análise e compreender melhor a diversidade do pólo e sua importância para o desenvolvimento da cidade de **Votuporanga**. Os dados apresentados a seguir possuem características sociais e econômicas.

Tabela 17 - Indicadores socioeconômicos da Região Administrativa de São José do Rio Preto e Estado de São Paulo

Indicadores socioeconômicos	Região Administrativa / Mesorregião de São José do Rio Preto	Estado de São Paulo
Total da população	1.410.608	40.084.029
IDHM	X	0,814
Renda per capita (em salário mínimo)	2,42	2,92
Taxa de analfabetismo	9,27	6,64
Média dos anos de estudo da população de 15 a 64 anos	7,22	7,64
Participação dos empregos ocupados na indústria	22,52	23,08
Rendimento médio nos empregos ocupados na indústria	747,93	1.451,38
Rendimento médio no total de empregos ocupados	776,82	1.202,95
Valor das exportações	924.052.162	50.111.074.861
Valor adicionado da indústria	4.491,49	238.016,43
PIB	14.670,12	546.606,82
PIB per capita	10.581,05	13.725,14
Valor das importações	29.383.013,00	37.077.171.397,00

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

A Tabela 18 apresenta indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes da base territorial da AIRVO. Os indicadores apresentados a seguir estão relacionados a território e população, condições de vida e educação.

Tabela 18 – Indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes da base territorial da AIRVO – Associação Industrial da Região de Votuporanga

Indicadores socioeconômicos dos municípios da base territorial de Votuporanga (municípios integrantes da AIRVO - Associação Industrial da Região de Votuporanga)				
Cidade	Território e População		Condições de Vida	
	Área (km ²)	População	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (2)	Renda per capita (em salários mínimos) (3)
Américo de Campos	252	5624	0,774	1,57
Cardoso	562	11640	0,756	1,63
Cosmorama	458	7281	0,755	1,49
Fernandópolis	545	65998	0,832	2,43
Floreal	204	3133	0,8	1,87
Macaubal	242	7574	0,781	1,8
Macedônia	327	3731	0,757	1,22
Meridiano	225	4187	0,762	1,23
Monte Aprazível	466	19152	0,808	2,17
Santa Fé do Sul	208	28446	0,809	2,39
Sebastianópolis do Sul	157	2624	0,769	1,37
Tanabi	748	23427	0,792	1,97
Valentim Gentil	147	10408	0,785	1,86
Votuporanga	421	82240	0,817	2,75
Média	354,42	x	0,7855	1,84
Total		275.465		

Considerado nesta tabela somente os municípios que possuem 3 (três) ou mais (fabricação de móveis)

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

A média da área dos municípios é de 354,42 km², considerando que as maiores áreas estão concentradas em seis municípios: Tanabi, Cardoso, Fernandópolis, Monte Aprazível, Cosmorama e **Votuporanga**. A distribuição populacional do pólo pode ser apresentada da seguinte forma: 7 municípios possuem até 10.000 habitantes, de 10.001 a 20.000 habitantes – 3 municípios, acima de 20.001 habitantes – 4 municípios. Os maiores percentuais populacionais em relação ao pólo moveleiro de **Votuporanga** se centralizam em **Votuporanga (29,85%)** e Fernandópolis (23,96%).

A média do IDHM (0,7855) dos municípios que integram a base territorial de **Votuporanga** se aproxima tanto do IDHM/médio dos municípios da Região Administrativa de São José do Rio Preto (0,807 - PNUD/2000) quanto do IDHM/médio do Estado de São Paulo (0,814 – Seade/2000). A média salarial do pólo é de 1,84 salários mínimos - (dados de 2002). De 1 a 2 salários mínimos, tem-se a soma de 10 municípios, e acima de 2 salários mínimos - 4 municípios.

Tabela 19 – Indicadores socioeconômicos dos municípios integrantes da base territorial da AIRVO – Associação Industrial da Região de Votuporanga (continuação)

Indicadores socioeconômicos dos municípios da base territorial de Votuporanga (municípios integrantes da AIRVO - Associação Industrial da Região de Votuporanga)						
Cidade	Emprego e Rendimento			Economia		
	Participação dos empregos ocupados da indústria no total de empregos ocupados (%)	Rendimento médio nos empregos ocupados na Indústria (em reais)	Rendimento médio no total de empregos ocupados (em reais)	Valor das exportações (US\$ FOB)	PIB (em milhões de reais correntes)	PIB per capita (em reais correntes)
Américo de Campos	17,82	345,82	516,41	0,00	38,64	6.904,56
Cardoso	13,45	612,14	664,12	0,00	77,62	6.894,78
Cosmorama	7,07	446,03	578,49	777.076,00	85,86	12.030,85
Fernandópolis	22,43	734,08	781,87	56.394.639,00	576,31	8.892,59
Floreal	22,05	538,17	657,07	0,00	29,98	9.774,96
Macaubal	27,81	488,83	536,99	0,00	56,32	7.623,15
Macedônia	21,46	683,45	585,28	0,00	41,51	11.338,23
Meridiano	14,6	529,73	604,14	0,00	45,05	10.859,12
Monte Aprazível	23,74	980,38	755,09	58.628.272,00	271,45	14.378,44
Santa Fé do Sul	20,66	658,41	687,60	23.700.325,00	207,62	7.347,50
Sebastianópolis do Sul	31,66	517,57	572,84	40.324.904,00	26,90	10.423,37
Tanabi	39,13	651,50	607,32	4.639.614,00	226,90	9.806,40
Valentim Gentil	64,79	529,77	577,15	185.305,00	92,85	9.293,98
Votuporanga	35,6	670,43	703,19	102.541.434,00	584,62	7.192,68
Média	25,87	599,02	630,54	x	168,69	9482,90
Total				287.191.569,00		

Fonte: Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, 2007, com base de dados Seade/FIESP.

Com uma média de 25,87% da participação dos empregos ocupados da indústria no total de empregos ocupados, conclui-se que 10 municípios do pólo de Móveis de Votuporanga está abaixo da média. Os municípios que estão acima da média são: Macaubal, Sebastianópolis do Sul, Tanabi, Valentim Gentil e **Votuporanga**. A média do rendimento nos empregos ocupados na indústria é de R\$ 599,02, onde somente 7 municípios do pólo de Móveis de Votuporanga se encontram acima desta média, são eles: Cardoso, Fernandópolis, Macedônia, Monte aprazível, Santa Fé do Sul, Tanabi e **Votuporanga**. Analisando o indicador “rendimento médio no total de empregos ocupados (em reais)”, conclui-se que 57,14% dos municípios se encontram abaixo da média encontrada, ou seja, 8 deles. Analisando os indicadores relacionados à economia do pólo de Móveis de Votuporanga afirma-se que 8 municípios praticam a exportação. O maior percentual é de **35,70% no município de Votuporanga**, seguido de Monte Aprazível (20,41%) e Fernandópolis (19,64%).

Um levantamento do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) revelou que no primeiro semestre de 2006, **Votuporanga** registrou

um aumento de quase 200% nas exportações em relação ao mesmo período de 2005. Mas, esses números vêm crescendo desde 2004, quando foram exportados US\$ 13.438.417. Em 2005 o total chegou a US\$ 39.890.390 e em 2006, até o mês de agosto, as exportações chegaram a US\$ 57.401.134, mais que 2004 e 2005. O valor de contribuição de exportação do setor de móveis (móveis de madeira, estofados e móveis de metal) foi de R\$ 415.236,00. Os demais segmentos chegaram ao montante de US\$ 37.525.751 (carnes congeladas de bovinos), US\$ 14.051.864 (carnes desossadas de bovino) e US\$ 1.384.578 (setor de transportes de reboques e semi-reboques).

Os números alcançados na exportação de móveis tem objetivo de se ampliar devido à implantação do Projeto *Brazilian Furniture* da Apex Brasil em parceria com a Abimóvel, que incentiva a exportação de móveis através de programas como o Projeto Comprador que convida importadores de todo o mundo para as Rodadas Internacionais de Negócio, como as que já foram realizadas em maio e outubro de 2006 em **Votuporanga** promovidas pela AIRVO/SINDIMOB. A razão é a participação das empresas da região em outro segmento do projeto, as Feiras Internacionais, que levam nossos produtos a novos mercados, como aconteceu com três empresas de **Votuporanga** e Fernandópolis, que foram para a Index Dubai em novembro de 2006, considerada a maior feira do mobiliário do Oriente Médio e Ásia.

Com a exposição dos dados acima, podemos verificar que a cidade de Votuporanga consolida-se como um centro econômico e populacional da região, visto isso torna-se clara a escolha das empresas moveleiras dessa cidade como objeto de estudo.

3.3 Os atores: AIRVO/ PREFEITURA MUNICIPAL/ SEBRAE/ UNIFEV/ CETESB/ MINISTÉRIO DO TRABALHO

Como visto no histórico do centro produtor de móveis de Votuporanga, as ações para o desenvolvimento local partiram de atores que podem ser considerados canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de liderar e organizar em prol de objetivos comuns nas atividades; ou coordenar as ações dos diferentes atores para o cumprimento de objetivos comuns; ou negociar os processos decisórios locais; ou promover processos de geração, disseminação e uso de conhecimentos. Em Votuporanga podemos citar como principais instâncias decisórias as seguintes entidades/instituições:

AIRVO/SINDIMOB, UNIFEV/SENAI/CEMAD, SEBRAE e Prefeitura Municipal de Votuporanga. A AIRVO e SINDIMOB são os principais articuladores com as empresas integrantes do pólo produtor moveleiro, governos e outras entidades; enquanto que SENAI e SEBRAE são considerados parceiros de apoio técnico.

Segundo Cross, Parker e Borgatti (2000) encontraram quatro dimensões que contribuem para que os relacionamentos nas redes sejam efetivos e possibilitem o uso e a criação do conhecimento, voltado para a cooperação e a confiança:

- 1) conhecimento que as pessoas detêm;
- 2) obtenção de permissão para o acesso ao conhecimento que outra pessoa detém;
- 3) criar conhecimento por meio do engajamento cognitivo e
- 4) aprender com relacionamentos de confiança. Os autores sugerem intervenções organizacionais que podem melhorar o compartilhamento de informações e de conhecimento.

No tocante, especificamente, às relações entre os integrantes (empresários) do Pólo e algumas entidades como SEBRAE, UNIFEV/SENAI/CEMAD, Prefeitura Municipal e Associação Industrial e Sindicato da Indústria existe uma pré-disposição à cooperação e uma relação de confiança entre tais entidades.

As categorias de agentes, atores do pólo de Votuporanga podem ser representados de acordo com o quadro abaixo:

Âmbito Local

I – AIRVO (Associação Industrial da Região de Votuporanga) / SINDIMOB (Sindicato da Indústria do Mobiliário): entidades que vêm atuando na região industrial de Votuporanga cujo objetivo é trabalhar na defesa dos interesses da classe patronal quanto aos acordos coletivos e salários, implantar e desenvolver projetos nas áreas administrativas e na produção das indústrias moveleiras, fomentar a exportação, enfim, buscar soluções para os problemas comuns que atingiam os fabricantes de móveis da região a fim de contribuir para o desenvolvimento das empresas.

II – SEBRAE: instituição de apoio ao aprimoramento em gestão das micro, pequenas e médias empresas. O Pólo de Móveis de Votuporanga conta o apoio do Escritório Regional deste município. Atualmente o SEBRAE trabalha com oito modalidades de serviços, a saber: (1) diagnóstico tecnológico, (2) Oficina Sebraetec – consultoria coletiva, (3) suporte tecnológico (consultoria tecnológica pontual), (4) apoio tecnológico à exportação, (5) atendimento tecnológico “in loco” – veículo utilitário, (6)

aperfeiçoamento tecnológico, (7) inovação tecnológica, (8) ciclos tecnológicos – sensibilização e introdução de tecnologias nas empresas.

III - Prefeitura Municipal de Votuporanga: Segundo o Plano Diretor do Município, os objetivos e diretrizes gerais da Política de Desenvolvimento Municipal são: assegurar o pleno desenvolvimento das funções econômicas e sociais, no meio urbano e no meio rural, buscando o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes; preservação, proteção e recuperação do meio ambiente; a participação do município no contexto regional e nacional; assegurar o acesso aos cidadãos à informação e participação das decisões que o executivo municipal venha a tomar na produção e ordenamento dos espaços e serviços, diretamente ligados à qualidade ambiental e articulação dos diferentes agentes públicos e privados atuantes no processo de desenvolvimento econômico do município, visando mediar conflitos de interesses e é neste contexto que o poder público local se insere na atuação do Pólo de Móveis de Votuporanga. A Prefeitura Municipal de Votuporanga está envolvida através de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Meio Ambiente (SAEV) e Secretaria de Planejamento Urbano.

IV – SENAI – SP através do CEMAD (Centro Tecnológico de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário de Votuporanga): é o terceiro centro de especialização de mão-de-obra em design de mobiliário. Os outros dois centros existentes no país estão localizados em Bento Gonçalves (RS) e São Bento do Sul (SC). Foi instalado em 1996 no município de Votuporanga, definido como centro de referência em formação de mão-de-obra, especialmente de tecnólogos designers. Reflete bem uma política de expansão da produção e dos mercados de atuação da indústria moveleira local/regional, mas principalmente aponta para um conjunto de transformações na estrutura produtiva, com a adoção de novas tecnologias e a readequação dos processos produtivos, ainda que essa transformação se dê diferencialmente entre as empresas. Executa atividades de apoio técnico, de treinamento e formação de mão-de-obra e de laboratório (ensaios e testes) em madeira e derivados (painéis, por exemplo), é um centro muito bem equipado, com uma infra-estrutura adequada (a despeito de não ter espaço para futura ampliação das suas atividades).

V – UNIFEV (Universidade Local de Votuporanga) universidade que em parceria com o CEMAD oferece curso de graduação (aprovado pelo MEC) de Tecnologia em Produção Moveleira. Existem apenas dois cursos dessa natureza no Brasil (em Votuporanga e em Bento Gonçalves) e esse diferencial competitivo para está

sendo explorado pelas empresas de Mirassol, uma vez que uma das principais reclamações dos empresários era a falta de qualificação dos seus funcionários. Outros cursos oferecidos: Tecnologia em Gestão Ambiental, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Serviço Social, entre outros.

Âmbito Regional

VI – CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) em seu horizonte de atuação delineiam-se objetivos como: (1) viabilizar o atendimento dos padrões de qualidade ambiental no Estado, em conformidade com a legislação vigente; (2) organizar e colocar à disposição da sociedade dados e informações sobre a qualidade ambiental e as fontes de poluição no Estado; (3) desenvolver indicadores e monitorar o desempenho nas diversas áreas de interesse ambiental; (4) estabelecer e desenvolver parcerias e convênios de cooperação técnica, científica e financeira com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atualização do conhecimento científico e tecnológico.

Para alcançar esses objetivos, a CETESB mantém as seguintes atividades, em caráter permanente:

- licenciamento e fiscalização de fontes fixas;
- fiscalização de fontes móveis;
- monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais interiores, das águas subterrâneas e da balneabilidade das praias, inclusive as interiores.

Âmbito Nacional

VII - Abimóvel: Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário que congrega fabricantes de móveis e fornecedores de insumos para a cadeia moveleira de todo o país. Quanto à sua atuação, destaca-se o desenvolvimento de alguns projetos em Mirassol voltados principalmente a Capacitação e Gestão para Exportação.

Esses são os principais atores do Pólo Moveleiro de Votuporanga, que juntos dos empresários do setor tentam fomentar o desenvolvimento da cidade, em nossa pesquisa será avaliada a percepção socioambiental dos mesmos.

VIII – Ministério do Trabalho: representado pelo escritório regional na cidade de Votuporanga, tem o papel principal de fiscalizar as condições de trabalho oferecidas pelas empresas moveleiras da cidade.

4 – RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Os dados obtidos através do questionário aplicado às empresas e ao conjunto de atores, instituições, que articulam, fomentam e fiscalizam o desenvolvimento das empresas votuporangueses de fabricação de móveis, são apresentados neste capítulo reunidos em tabelas de acordo com os assuntos abordados.

A análise mostrada nesta sessão divide-se em 2 partes, sendo a primeira nos resultados das entrevistas feitas nas empresas e a segunda nas entrevistas feitas com atores que articulam, fomentam e fiscalizam essas empresas. Na primeira parte, dedicada às empresas, é exposta a caracterização geral das empresas pesquisadas, os conhecimentos e conceitos sobre Responsabilidade Socioambiental, as ações e práticas sobre o tema, os desafios para adoção de sistemas de Responsabilidade Socioambiental, a participação e cooperação na sociedade, os temas gerais sobre Responsabilidade Socioambiental. Já na segunda parte, dedicada aos atores, são expostos os conhecimentos e conceitos sobre Responsabilidade Socioambiental, as ações e práticas adotadas por cada instituição, os desafios para adoção dessas práticas e a visão da instituição na absorção dos empresários sobre o conceito do tema.

4.1 As empresas

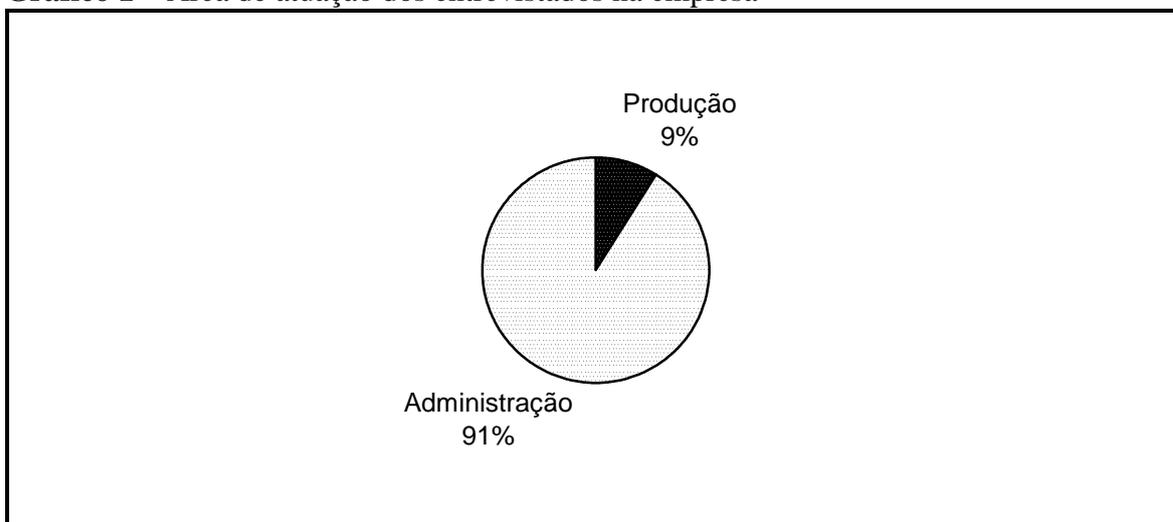
Foram entrevistadas 23 empresas localizadas no município de Votuporanga-SP produtoras de móveis com predominância de madeira, de relevada importância e destaque na produção desse segmento na cidade com mais de 20 funcionários, que segundo a ABIMÓVEL empresas com mais de 20 funcionários são de tamanho pequeno ou médio, as outras 60 empresas têm menos de 20 funcionários consideradas de tamanho micro e não sendo relevante como objeto de estudo da pesquisa proposta.

4.1.1 Perfil dos entrevistados e das empresas pesquisadas

Quanto ao perfil das pessoas que representaram as empresas na pesquisa, o gráfico 1 mostra que 91% (21) atuam do setor de administração e 9% (2) na produção, sendo que os que atuam na administração 90% são proprietários ou sócios das empresas. Com relação à faixa etária dos pesquisados, 39% (9) têm até 35 anos de idade, 61% (14) têm mais de 36 anos de idade, em relação ao gênero das lideranças

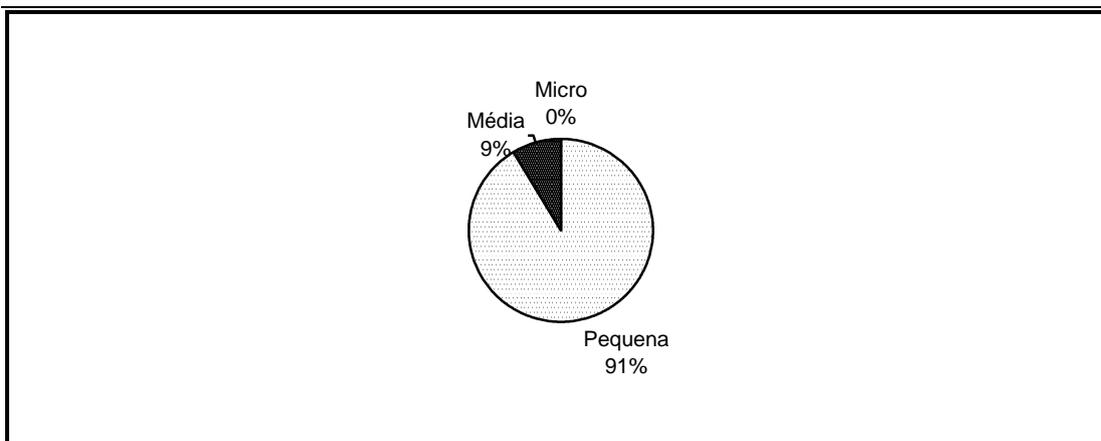
entrevistadas, apenas 4% (1) são do sexo feminino e 96% (22) do sexo masculino. Quanto ao grau de escolaridade 22% (5) das lideranças entrevistadas possuem ensino médio completo, 9% (2) superior incompleto, 47% (11) superior completo e 22% (5) possuem pós-graduação sendo todos os 5 são da área de administração de empresas.

Gráfico 1 – Área de atuação dos entrevistados na empresa



Tendo como referência o critério adotado pela ABIMÓVEL para caracterizar o porte das empresas do setor moveleiro, conforme o gráfico 2, as empresas pesquisadas classificam-se em: 91% (21) são de pequeno porte, ou seja, possuem entre 20 e 149 funcionários registrados e 9% (2) são empresas de médio porte que possuem mais de 150 funcionários registrados.

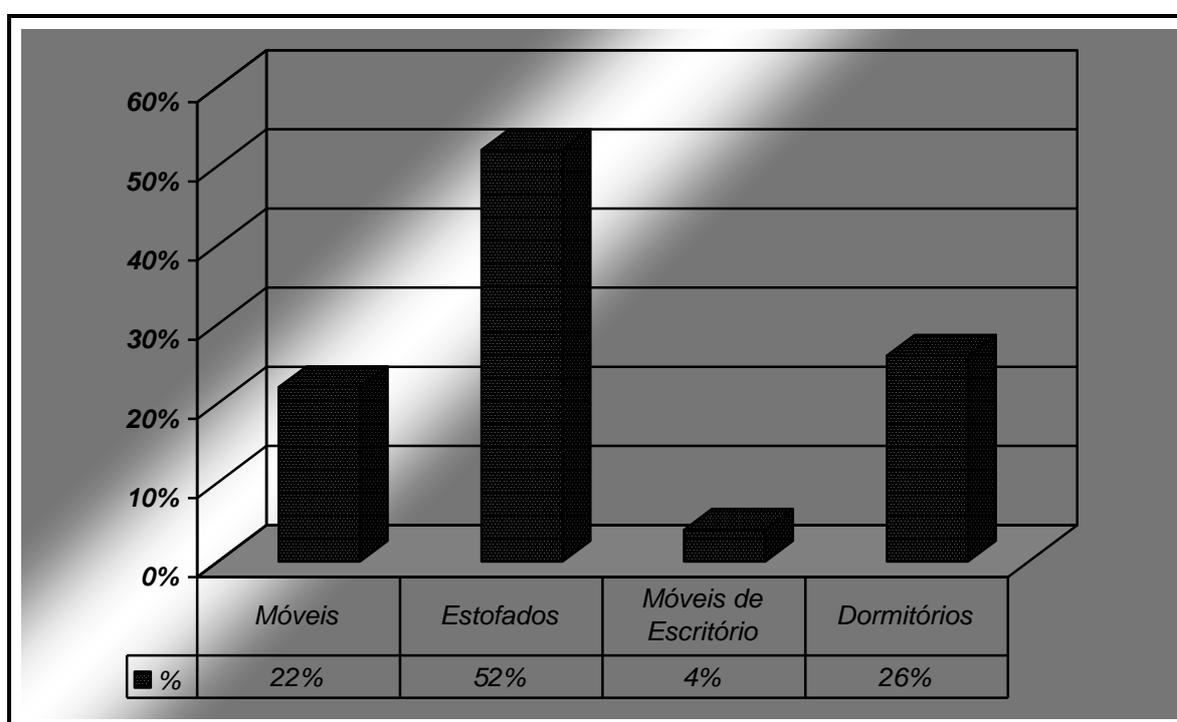
Gráfico 2 – Classificação das empresas por tamanho



Foi observado na pesquisa de campo que todas as 23 empresas pesquisadas tem sua atividade econômica concentrada na base florestal: 100% das empresas são empresas de fabricação de móveis com predominância em madeira.

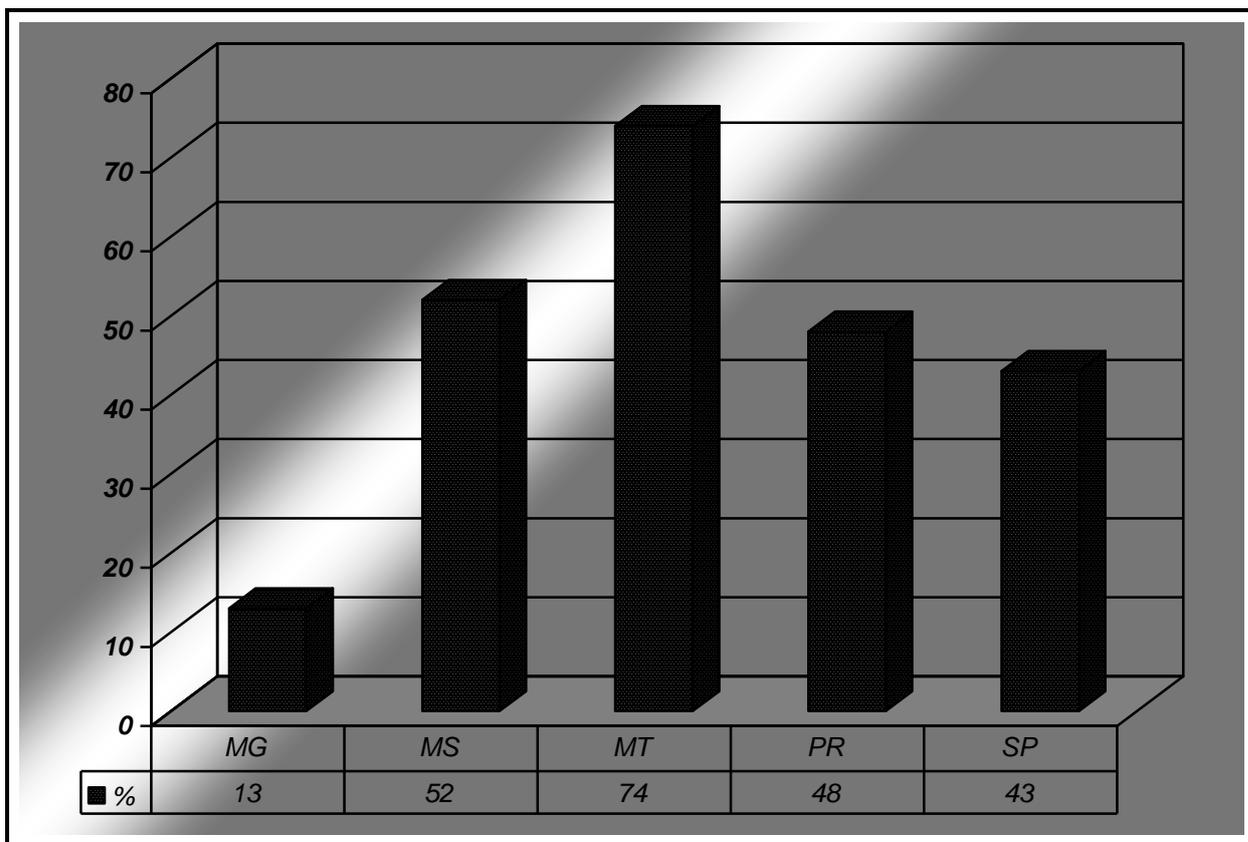
Estas empresas concentram-se na fabricação de móveis, seus principais produtos, o gráfico 3 enumera estes produtos, que são: móveis gerais (cozinha, infantil, racks, acessórios para móveis), estofados (sofás, poltronas), móveis para escritório, dormitórios (camas, guarda-roupas). A maioria produz estofados, 52% (11), seguidos por dormitórios 26% (6), móveis gerais 22% (5) e móveis para escritório 4% (1).

Gráfico 3 – Principais produtos produzidos pelas empresas pesquisadas



A indústria moveleira também enfrenta o desafio da matéria-prima consumida especialmente para a fabricação de móveis com predominância de madeira. Neste sentido, conforme o gráfico 4, a pesquisa de campo demonstrou que a maior parte da matéria-prima consumida na fabricação de móveis com predominância de madeira tem origem nos estados do Mato Grosso (74%) e Mato Grosso do Sul (52%) onde é predominante a extração de madeira nativa. Já a madeira que é de origem dos estados do Paraná (48), São Paulo (43%) e Minas Gerais (13%) a predominância é a extração de madeira plantada.

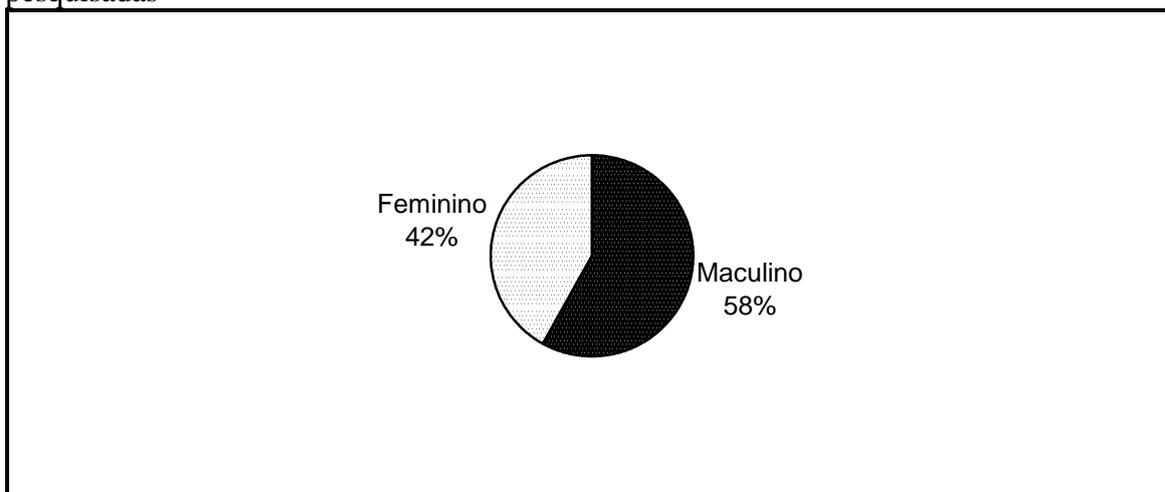
Gráfico 4 – Origem da madeira usada na produção de moveis das empresas entrevistadas



O levantamento de campo também mostra que todas as 23 empresas pesquisadas têm mais de 5 anos de atividade produtiva. 52% (12) das empresas estão na atividade entre 6 e 15 anos, 22% (5) entre 16 e 29 anos de atividade, 26% (6) têm mais de 30 anos de atividade.

As 23 empresas possuem mulheres no quadro funcional, constatou-se que 42% dos funcionários são mulheres e 58% são homens, conforme o Gráfico 5. Nas 23 empresas pesquisadas, trabalham 1525 funcionários, equivalente à média de 66,3 por empresa, esse dado pode ser explicado por os estofados serem um dos principais produtos produzidos no pólo e tendo a necessidade de mão-de-obra tradicionalmente feminina na atividade de costura.

Gráfico 5 – Diversidade de gênero no ambiente de trabalho das empresas pesquisadas



Em relação à exportação, 60% (14) das empresas pesquisadas são exportadoras, e 40% (9) atuam somente no mercado interno. As exportações são para: África (Angola, África do Sul), Porto Rico, EUA, Uruguai, Argentina, Chile, Guiana Francesa e Chile. Sendo o principal mercado externo no pólo de Votuporanga a África.

4.1.2 Conhecimentos e conceitos sobre Responsabilidade Socioambiental

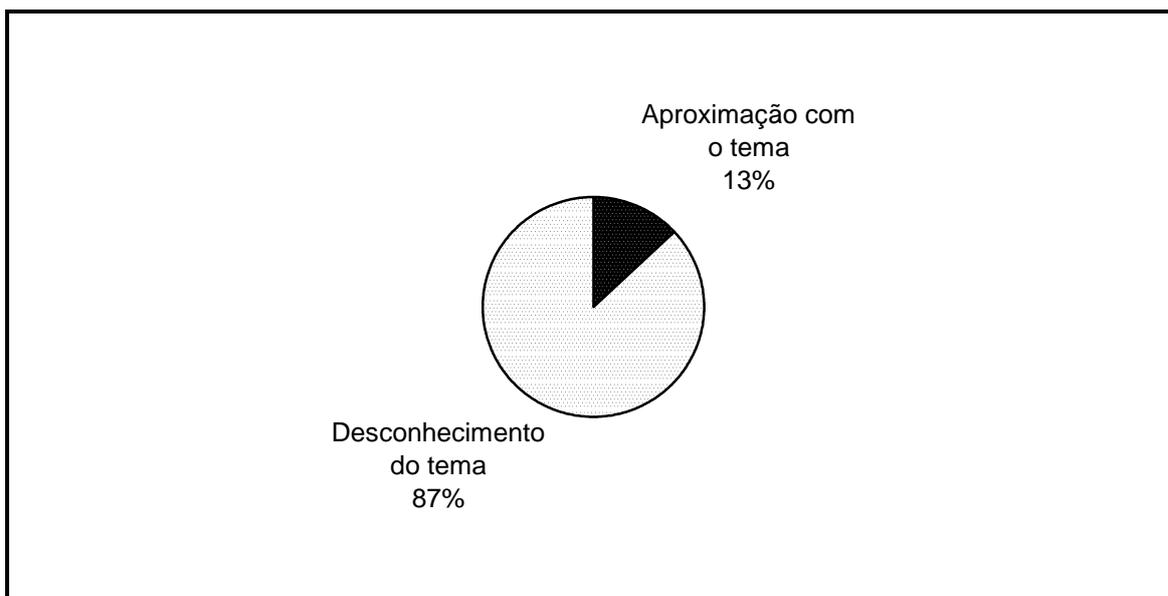
A primeira pergunta do questionário feita para os empresários foi o que entende por responsabilidade socioambiental. O resultado apresentado foi o esperado, pois um conceito de responsabilidade socioambiental é discutido mais profundamente na academia e em um espaço empresarial diferente do das empresas moveleiras de pequeno e médio porte. O mais importante dessa questão foi a tentativa de observar no entrevistado a sua sensibilidade e a sua aproximação com o tema.

Das 23 empresas pesquisadas, apenas 3 (13%) demonstraram entendimento e conhecimento do conceito, aproximando do que conceituou o instituto Ethos como: “forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as futuras gerações, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

Os outros 20 empresários (87%) demonstraram um desentendimento sobre o tema, focaram, na questão ambiental, deixando de fora a questão social. Uma resposta

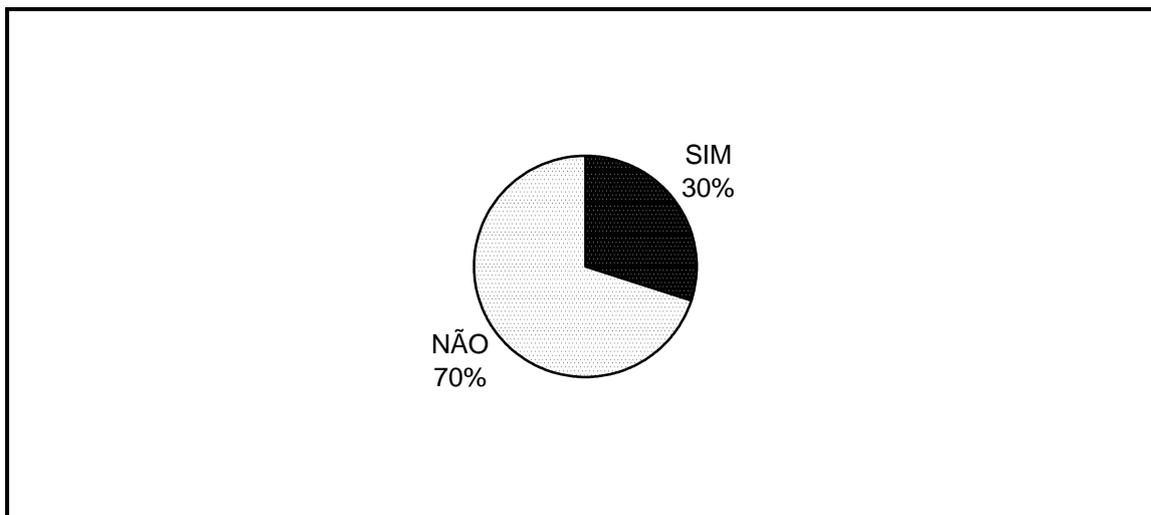
que traduz o entendimento geral dos empresários sobre o que é responsabilidade socioambiental é essa: “comprometimento com o meio ambiente”. Podemos observar o grau de entendimento no gráfico 6 abaixo:

Gráfico 6 – Grau de entendimento sobre o conceito de Responsabilidade Socioambiental



Quando perguntamos que no atual cenário econômico a responsabilidade socioambiental é sinônimo de lucratividade, essencial para a melhoria da competitividade de seu negócio e melhora a imagem da empresa, dos 23 entrevistados apenas 7 (30%) disseram que sim, argumentando que conquistaram ou perderam clientes pelo fator socioambiental, ou seja, a exigência do comprador, como demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Importância de investimento em Responsabilidade Socioambiental no atual cenário econômico



4.1.3 Ações e práticas sobre Responsabilidade Socioambiental

Nessa sessão da pesquisa para as empresas moveleiras de Votuporanga, buscou-se observar quais são as ações e práticas socioambientais desenvolvidas nas empresas pesquisadas desse setor. As ações e práticas socioambientais puderam ser demonstradas nesse trabalho no referencial teórico sugerido por Aligleri e Kruglianskas, que podem ser consideradas ações estratégicas buscando a sustentabilidade.

Conforme o gráfico 8, das 23 empresas pesquisadas 56% (13) afirmam que desenvolvem o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos. Outra prática adotada pelo empresariado local é a utilização do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGR (73% dos entrevistados utilizam esta prática). Na área ambiental, 91% (21) das empresas entrevistadas possuem o licenciamento ambiental em dia com a CETESB.

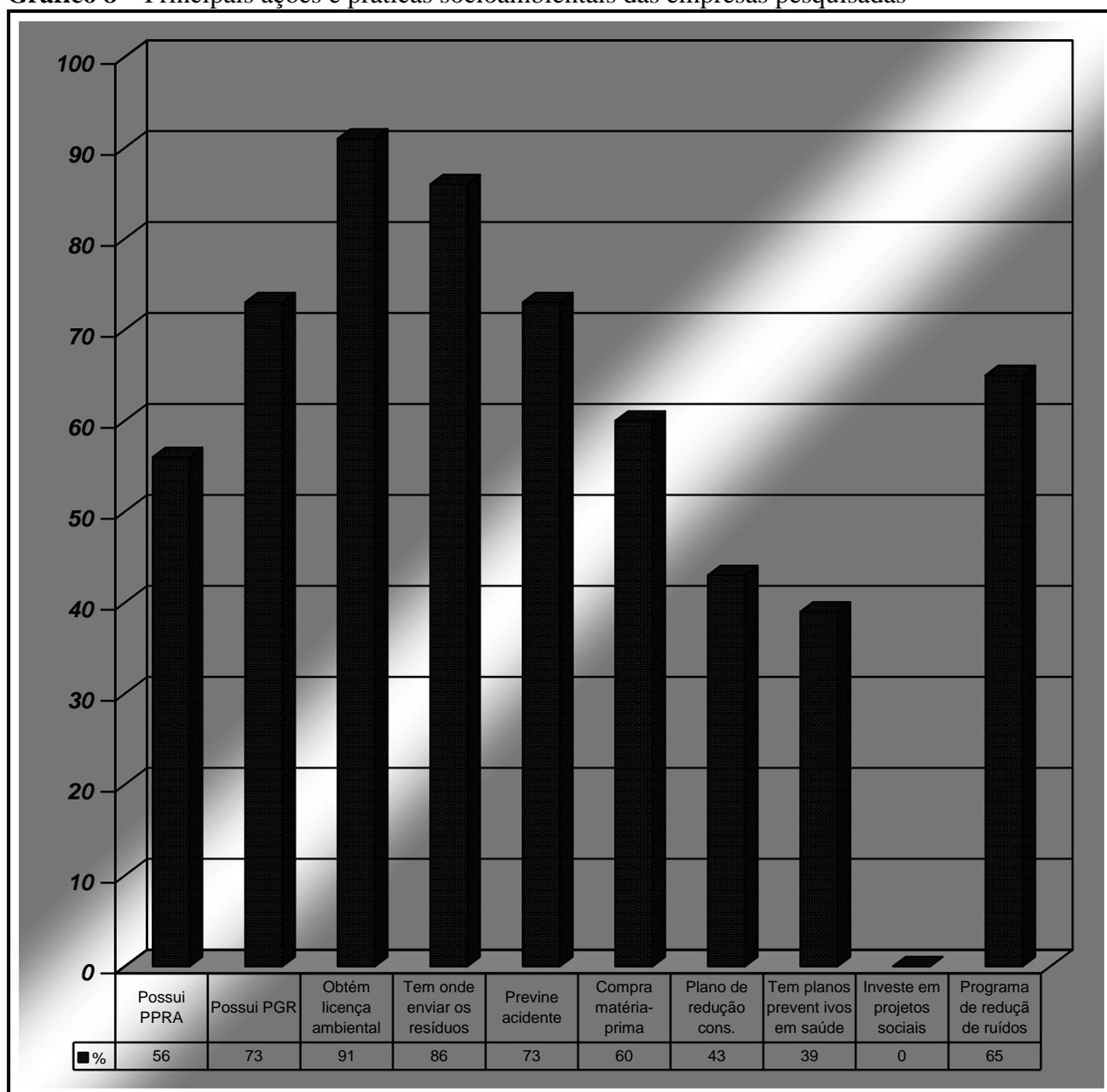
Com relação à existência de local adequado para o envio de resíduos industriais, 86% (19) dos entrevistados responderam possuem local adequado. Quando se trata do consumo de energia e água, 43% (10) dos entrevistados já possuem uma ação prática visando à sua redução, embora o consumo de água nas indústrias seja considerado baixo pelos empresários.

No que tange à matéria-prima utilizada na fabricação de móveis, especialmente móveis de madeira, 60% (14) utilizam madeira certificada em seus processos produtivos, enquanto 40% (9) não utilizam matéria-prima certificada. Não houve afirmação sobre o uso de madeira nativa.

Já em se tratando da prática da prevenção de acidentes de trabalho, 73% (17) das empresas revelam ter planos para prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho no ambiente empresarial. Quanto aos ruídos no ambiente de trabalho, 65% (15) afirmam que as empresas têm planos para reduzir o ruído no ambiente de trabalho.

Quando perguntadas sobre a saúde dos funcionários, 39% (9) das empresas possuem planos de ações para redução de problemas de saúde dos funcionários. Porém, nenhuma das empresas pesquisadas afirmou praticar projetos sociais na comunidade onde ela está inserida.

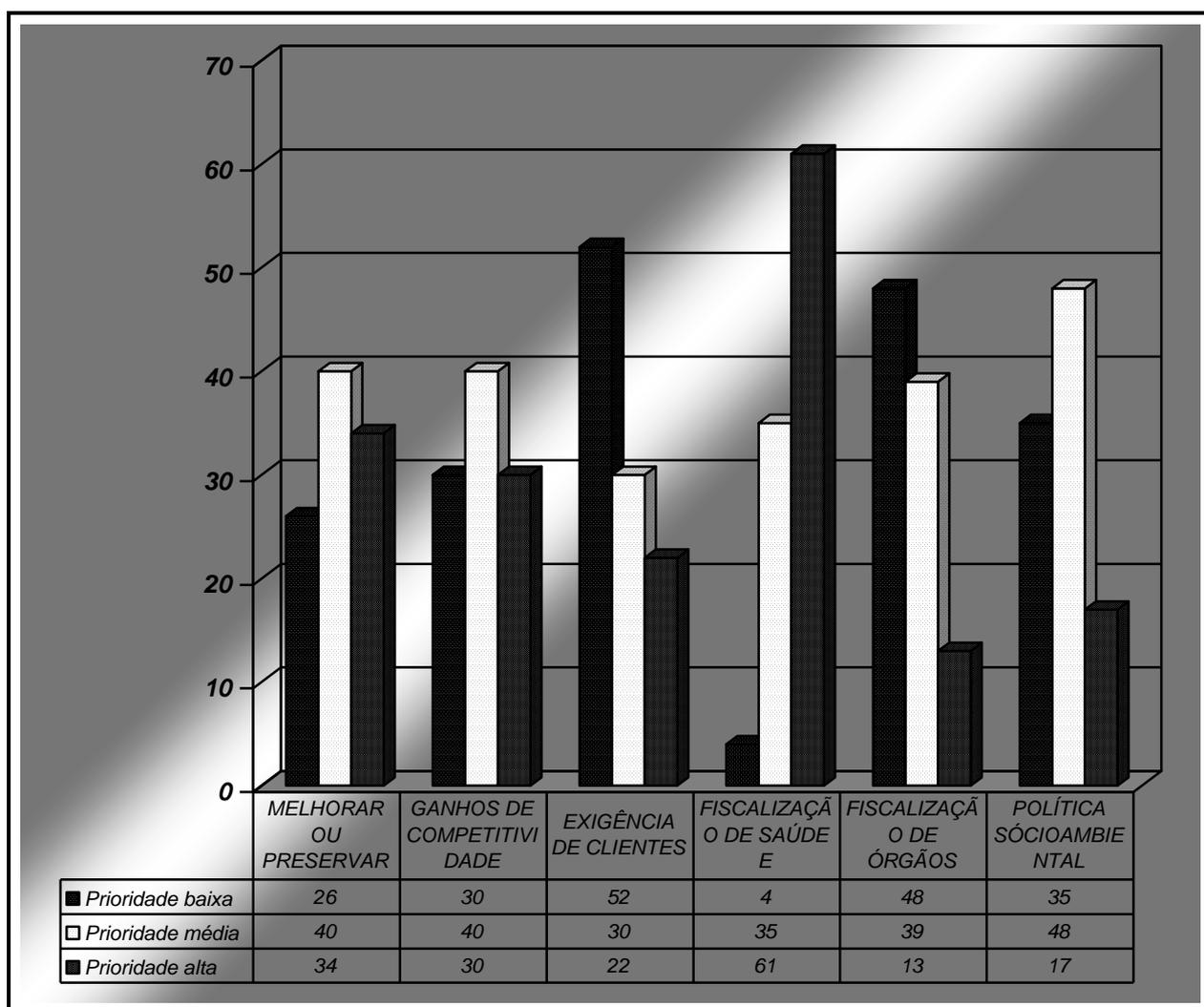
Gráfico 8 – Principais ações e práticas socioambientais das empresas pesquisadas



Para realização deste conjunto de práticas fazerem parte do cotidiano das empresas moveleiras, foram direcionadas seis razões em escala de prioridade. São elas, as exigências dos clientes e a necessidade de melhorar ou preservar a imagem da organização no mercado, ganhos de competitividade, fiscalização na área de saúde e segurança do trabalhador, fiscalização na área ambiental e política socioambiental da empresa.

Conforme o gráfico 9, podemos verificar que a razão principal para a adoção de tais práticas vem fiscalização na área de saúde e segurança do trabalhador, principalmente do Ministério do Trabalho, 61% (14) dos entrevistados classificaram como alta prioridade. Por outro lado, a exigência dos clientes e fiscalização de órgãos ambientais (CETESB) são de prioridade baixa, 52% (12) e 48% (11) respectivamente.

Gráfico 9 – Razões para adoção de práticas socioambientais.



4.1.4 Desafios para adoção de sistemas de Responsabilidade Socioambiental

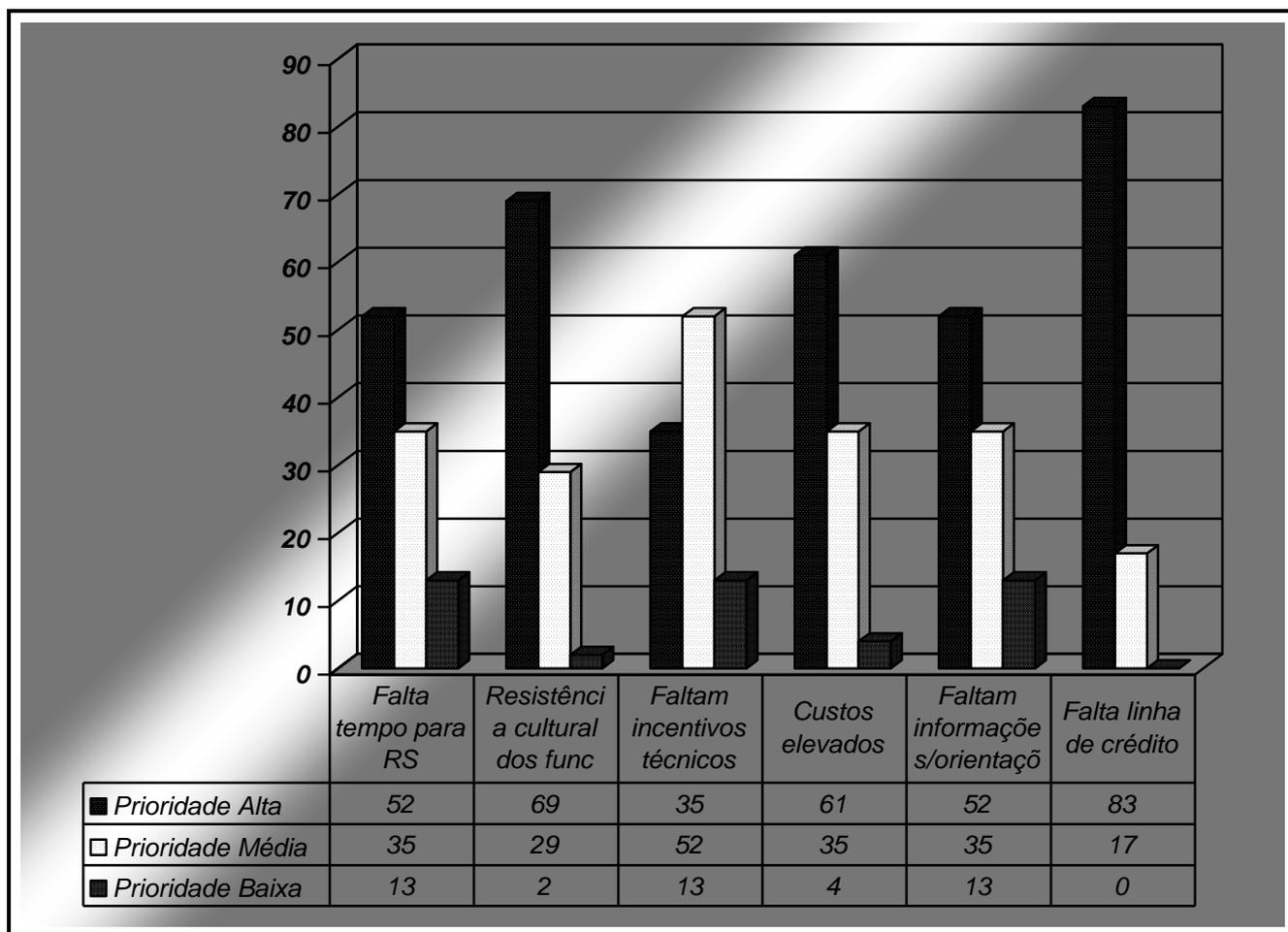
A pesquisa demonstra que são vários os desafios para adoção de uma postura social e ambiental no ambiente das empresas pesquisadas no pólo moveleiro de Votuporanga. O gráfico 10 caracteriza a dimensão destes desafios.

O aspecto que mais se destacou foi: 83% (19) das empresas argumentam a falta de uma linha de crédito específica para o investimento socioambiental. Fatores culturais também integram a pauta dos desafios: 69% (16) dos entrevistados acreditam que a cultura dos trabalhadores em relação ao tema é uma barreira.

Para 61% (14) dos entrevistados consideraram os custos muito elevados para o investimento. Para 52% (12) faltam informações sobre responsabilidade social e ambiental, outros 52% (12) consideram que há falta tempo para se dedicarem à área socioambiental e 35% (8) dos entrevistados também consideram que falta incentivo técnico para o surgimento de iniciativas de gestão social e ambiental no ambiente das empresas de móveis em Votuporanga.

Outras ações são muito tímidas e a impressão que ficou foi a de uma desconexão muito grande entre as empresas. São ações isoladas e em grande parte uma empresa pratica e a empresa vizinha não, como por exemplo, a destinação de resíduos sólidos. E a grande maioria pratica tais ações socioambientais pela fiscalização, não por ganho de competitividade, exigência do cliente ou política socioambiental da empresa.

Gráfico 10 – Desafios para adoção de práticas socioambientais



Conforme os gráficos 11 e 12, 57% (13) das empresas entrevistadas preveem de investir na área social e ambiental no ano de 2010, 35% (8) não pretendem investir e 8% (2) não souberam responder. Os investimentos se concentram em: redução do consumo de matéria-prima e energia por unidade produzida (83%), capacitação e treinamento para funcionários em saúde e segurança no trabalho (74%), disposição dos resíduos sólidos (70%), controle de ruídos no ambiente empresarial (62%), ampliação da comercialização de móveis feitos a partir da madeira certificada (61%), reciclagem ou reaproveitamento de resíduos (56%), capacitação e treinamento para funcionários em gestão ambiental (39%), tratamento de efluentes (39%) e busca das certificações ISO (8%).

Gráfico 11 – Pretensão de investimento socioambiental em 2010

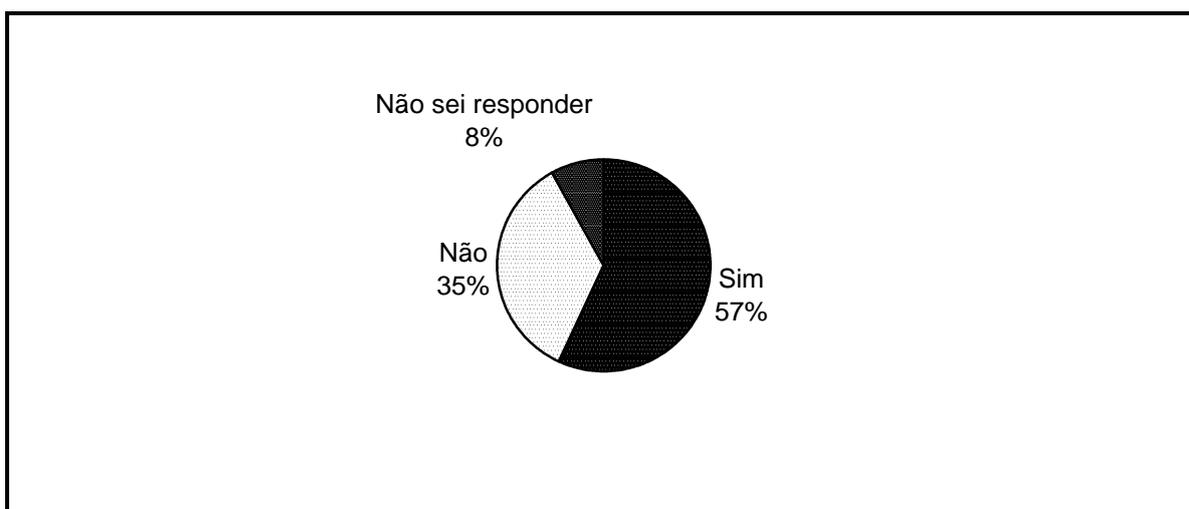
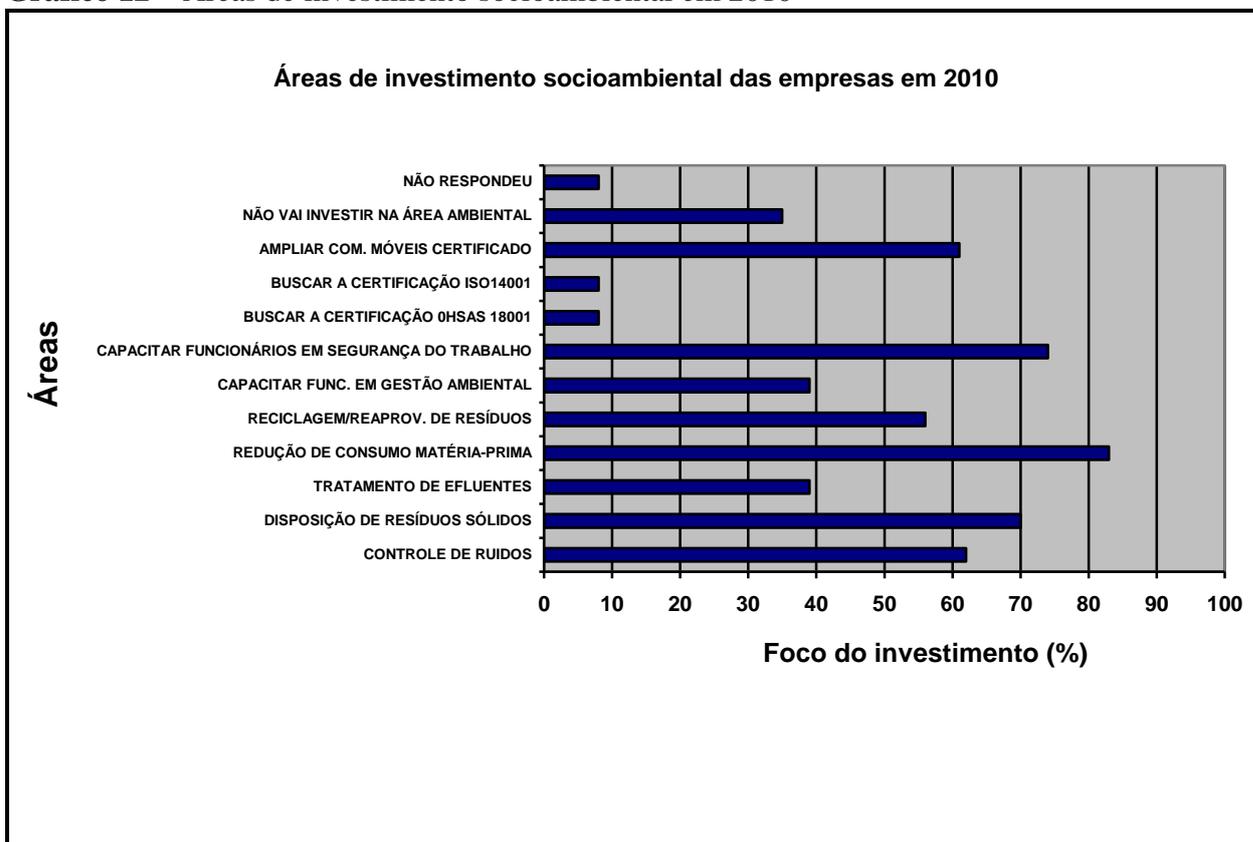


Gráfico 12 – Áreas de investimento socioambiental em 2010

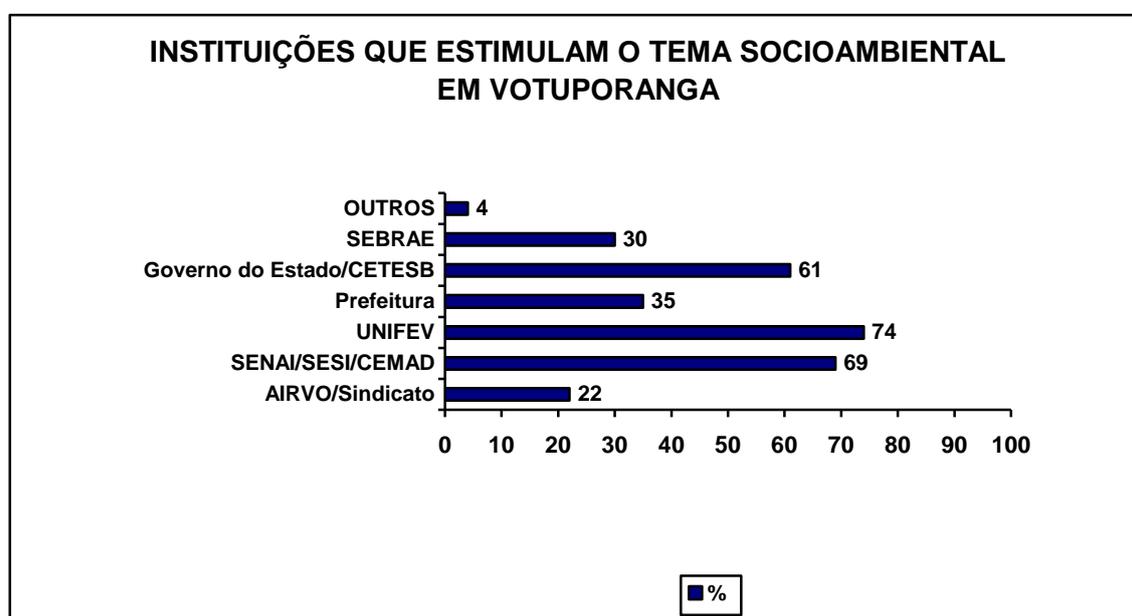


4.1.5 Participação e cooperação na sociedade

Segundo os entrevistados poucas ações coletivas acontecem no pólo de móveis de Votuporanga, para os empresários as instituições que mais fomentam o tema

socioambiental são UNIFEV (74%) com apoio técnico e científico, SESI/SENAI/CEMAD (69%) com qualificação de trabalhadores e intensiva recomendação de uso de madeira certificada, CETESB (61%) com seu licenciamento ambiental, Prefeitura com ações de suas secretarias (35%) com palestras, coleta de resíduos, SEBRAE (30%) com cursos e palestras, AIRVO (22%) também com cursos e palestras e um dos entrevistados citou como principal fomentador de ações e práticas socioambientais o mercado, com exigência e consciência de consumo. Como mostrado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Instituições que estimulam o tema socioambiental nas indústrias de móveis de Votuporanga

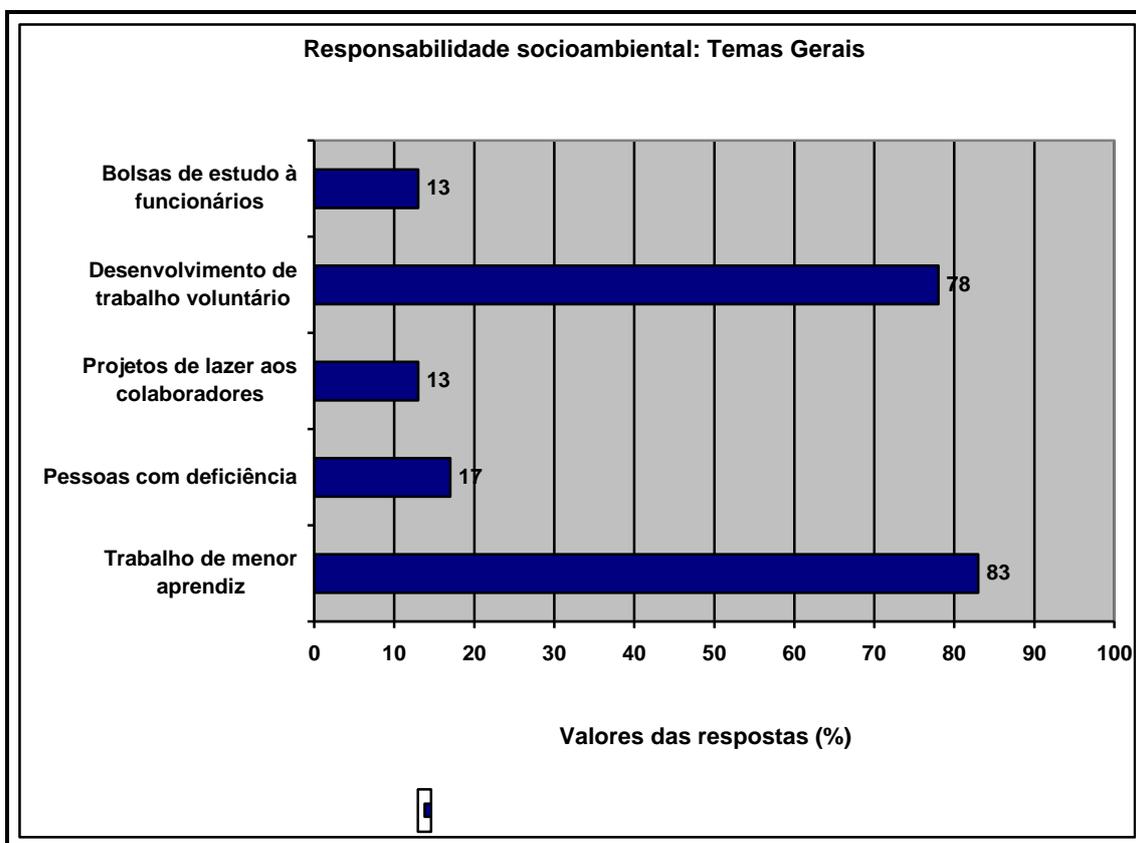


4.1.6 Temas gerais sobre Responsabilidade Socioambiental

Em relação a outras práticas da área socioambiental, constata-se que 83% (19) das empresas pesquisadas mantêm aprendizes em seu quadro funcional e 78% (18) desenvolvem trabalhos voluntários. Porém, apenas 17% (4) possuem pessoas com deficiências entre seus funcionários, 13% (3) fornecem bolsas de estudo para os funcionários e os mesmos 13% (3) desenvolvem projetos de lazer para seus colaboradores. A prática dessas ações segundo Aligleri e Krugliankas (2009) evidencia

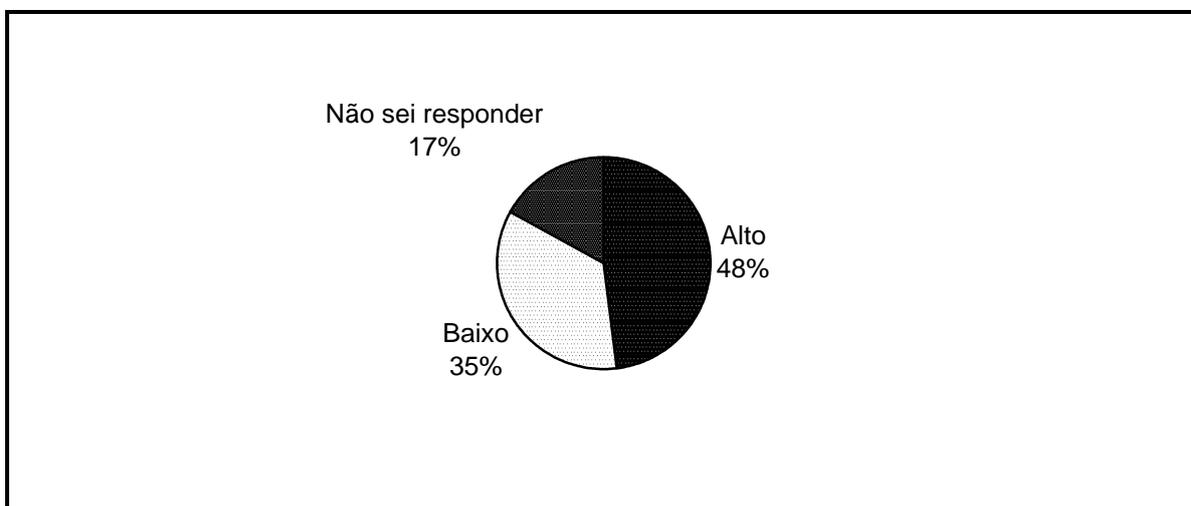
a sensibilidade das empresas com a questão socioambiental, não muito verificada nas empresas pesquisadas.

Gráfico 14 – Temas gerais de Responsabilidade Socioambiental



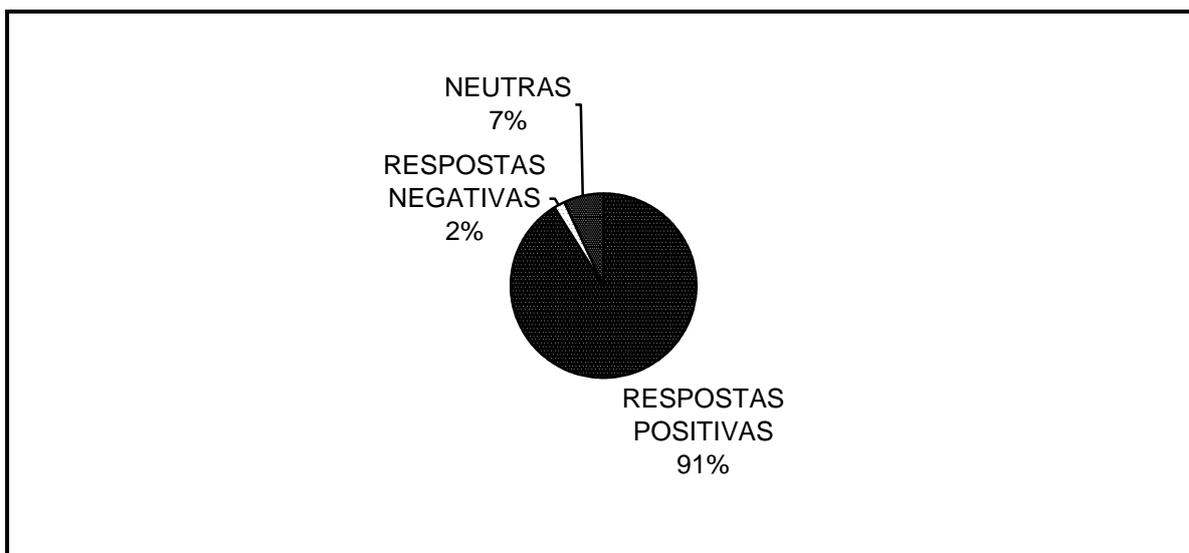
O gráfico 15 mostra, segundo os entrevistados, o nível de exigência ambiental é alto para 48% (11) deles, baixo para 35% (8), e não souberam responder 17% (4).

Gráfico 15 – Nível de exigência no campo ambiental



Um dado relevante e interessante foi constatado na questão aberta que se refere à importância de práticas socioambientais na empresa que o entrevistado representa, mostrada no gráfico 16. A grande maioria deu respostas positivas, 91% (21). Mostrando uma contradição, acham importantes, mas não aplicam.

Gráfico 16 – Importância de práticas socioambientais na empresas



Na parte final do questionário foi deixado um espaço para comentários e sugestões. Vale ressaltar três comentários que argumentaram no mesmo sentido, que foi a falta de fiscalização, incentivo e cooperação no pólo moveleiro de Votuporanga.

4.2 Os atores

4.2.1 AIRVO

No questionário aplicado para a Associação patronal da indústria moveleira de Votuporanga, procurou-se avaliar o entendimento do tema Responsabilidade Socioambiental da instituição, a existência de algum projeto, ação, prática do tema para indústria moveleira, idealizado pela AIRVO, se o conceito do tema é absorvido pelos empresários do setor, e concluindo, quais os principais desafios para o investimento em Responsabilidade Socioambiental nas empresas desse segmento em Votuporanga.

O atual presidente da Associação se disponibilizou a responder o questionário. Vale ressaltar que além de representar e presidir a AIRVO, a pessoa também é empresário.

Quadro 13: Identificação pessoal do representante da AIRVO

Atuação: Presidência	
Idade: 44 Nacionalidade: Bras.	Sexo: (X) Masc () Fem.
Grau de escolaridade: Pós-graduado	Área de formação: Administração

Quanto ao conceito de Responsabilidade Socioambiental o presidente teve uma resposta convincente e fundamentada, mostrando ter conhecimento do tema. Porém não existe nenhuma iniciativa da Associação na tentativa de aplicação de ações e práticas de Responsabilidade Socioambiental para a indústria de móveis de Votuporanga. Afirmou que os empresários não estão dispostos a absorver tais ações e práticas, entendem como um custo ou gasto adicional, e que os consumidores de seus produtos não se preocupam com a origem da madeira e processo de produção, mas sim, com o preço. Foi verificado um alto grau de competitividade entre os fabricantes e segundo o presidente “se meu vizinho de produção faz um preço menor, ele vai ganhar a venda. Então, o que realmente é significativo para o nosso setor, é o preço.”

Segundo o presidente, só serão efetivas as praticas e ações de Responsabilidade Socioambiental, se houver uma exigência da legislação ou uma política pública de incentivo, caso contrário, nada será praticado pelos empresários. A falta de fiscalização, legislação e conscientização do empresário são os principais desafios para adoção de uma gestão socioambiental nas empresas desse segmento em Votuporanga, segundo o presidente.

4.2.2 Poder Executivo

O poder executivo, a Prefeitura Municipal de Votuporanga, tem fundamental importância no desenvolvimento da indústria moveleira da cidade. As secretarias que fomentam, fiscalizam e atuam no Pólo são a Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, a Superintendência de Água e Esgoto – SAEV Ambiental, e a Secretaria de Planejamento Urbano.

No questionário aplicado para as Secretarias Municipais, procurou-se, também, avaliar o entendimento do tema Responsabilidade Socioambiental da instituição, a

existência de algum projeto, ação, prática do tema para indústria moveleira, idealizado pela AIRVO, se o conceito do tema é absorvido pelos empresários do setor, e concluindo, quais os principais desafios para o investimento em Responsabilidade Socioambiental nas empresas desse segmento em Votuporanga.

4.2.2.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico

Quadro 14: Identificação pessoal do representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico

Atuação: Secretário		
Idade: 61	Nacionalidade: Bras.	Sexo: (X) Masc. () Fem.
Grau de escolaridade: Pós-graduado		Área de formação: Jurídica

O secretário de desenvolvimento econômico da cidade de Votuporanga conceituou como responsabilidade socioambiental como compromisso com o meio ambiente e com as pessoas, a sociedade.

Disse que sua secretaria foca as ações socioambientais no setor agrícola, pois a cana de açúcar está tendo uma proporção produtiva muito grande no município e tem que ser observada com maior proximidade. Quanto ao setor moveleiro as ações da secretaria estão voltado ao viés econômico, como financiamentos e incentivos fiscais.

Comentou que o tema socioambiental não esta ainda muito disseminado na indústria moveleira de Votuporanga, por esse motivo a absorção dos empresários é pequena. A pauta do setor moveleiro atualmente é a conquista de mercados nacionais e internacionais.

Pontuou como o maior desafio para uma gestão socioambiental no setor, seria um entendimento dos empresários que o investimento socioambiental trará, sem dúvidas, a tão desejada conquista de novos mercados.

4.2.2.2 SAEV – Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga

Quadro 15: Identificação pessoal do representante da SAEV

Atuação: Diretor Ambiental		
Idade: 38	Nacionalidade: Bras.	Sexo: (X) Masc () Fem.
Grau de escolaridade: Mestrado		Área de formação: Geologia

Na questão o que entende por RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL? O diretor ambiental da SAEV respondeu “compromisso de empresas e entidades em

desenvolver boas práticas ambientais para melhorar a sustentabilidade de sua atividade e a qualidade de vida de seus funcionários e entorno social.”

Disse que a SAEV está estudando uma certificação municipal para empresas que adotem “boas práticas ambientais”, na tentativa de fomentar ações de responsabilidade socioambiental e ainda, que essa certificação torne um instrumento de competitividade e sustentabilidade para empresas de Votuporanga.

Sobre a absorção do conceito do tema pelos empresários moveleiros, disse que falta a disseminação e que o entendimento é muito tímido. Sendo o principal desafio para adoção de uma gestão socioambiental a conscientização de empresários e funcionários.

4.2.2.3 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Quadro 16: Identificação pessoal do representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Atuação: Diretoria de departamento de órgão público municipal		
Idade: 32	Nacionalidade: Bras.	Sexo: () Masc (X) Fem.
Grau de escolaridade: Superior		Área de formação: Arquitetura

A diretora e arquiteta conceituou que a Responsabilidade Socioambiental é ações e práticas empresariais que contribuem para o desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade. É notório um entendimento superficial do tema.

Quanto a projetos, práticas ou ações da secretaria representada pela arquiteta, respondeu que até o presente momento o que existe é uma exigência da legislação federal que é um controle da procedência legal da madeira utilizada pelo setor moveleiro, exceto o eucalipto. O que não ficou constatado nas entrevistas com os empresários.

Sobre o conceito de o tema ser absorvido pelos empresários do setor, enfatizou que é uma tendência de toda sociedade o entendimento do tema, porém demanda programas educacionais para que no futuro seja uma questão cultural e de prática comum.

Quanto aos desafios para uma gestão socioambiental, a arquiteta argumentou que faltam incentivos do poder público de todas as esferas e investimentos principalmente na área educacional, para que gerações futuras pratiquem atos sustentáveis.

4.2.3 CETESB

Para a CETESB, foi formulado um questionário específico na tentativa de entender o papel da instituição, qual fiscalização praticada, os riscos ambientais do setor moveleiro, a adequação a legislação ambiental das empresas, o fomento e disseminação do tema socioambiental das instituições no município de Votuporanga e os principais desafios para uma gestão socioambiental no pólo produtor de móveis.

Quadro 17: Identificação pessoal do representante da CETESB

Atuação: Diretor Regional		
Idade: 48	Nacionalidade: Bras.	Sexo: (X) Masc () Fem.
Grau de escolaridade: Pós-graduado		Área de formação: Engenharia

O diretor regional da CETESB, disse que a instituição que representa atua uma licenciadora, ou seja, emitindo licenças ambientais após uma verificação para a atuação das empresas moveleiras. Essa licença tem o período de quatro anos, que após outra verificação é creditada outra licença.

A fiscalização, portanto, é muito tímida, pois ocorre somente de quatro em quatro anos. E que a grande maioria das empresas estão adequadas ao licenciamento ambiental.

Enfatizou que o principal risco ambiental esta na “borra” de tinta utilizada na pintura dos móveis. Deixando tangenciado a origem da madeira, e resíduos da madeira (pó e tocos).

Disse que não observa muita atenção com a questão ambiental voltada ao setor moveleiro das instituições votuporanguenses. E que por ser o maior setor produtivo da cidade, merecia mais atenção. Quanto aos desafios para uma gestão socioambiental, disse que faltam incentivos públicos e principalmente educação aos gestores e colaboradores.

4.2.4 UNIFEV

Para a UNIFEV, o questionário elaborado foi o mesmo para as Secretarias municipais, SEBRAE e AIRVO, buscando avaliar o entendimento do tema Responsabilidade Socioambiental da instituição, a existência de algum projeto, ação,

prática do tema para indústria moveleira, idealizado pela AIRVO, se o conceito do tema é absorvido pelos empresários do setor, e concluindo, quais os principais desafios para o investimento em Responsabilidade Socioambiental nas empresas desse segmento em Votuporanga.

Quadro 18: Identificação pessoal do representante da UNIFEV

Atuação: Coordenador	
Idade: 36	Nacionalidade: Bras. Sexo: (X) Masc () Fem.
Grau de escolaridade: Mestrado	Área de formação: Engenharia

O coordenador do curso de gestão ambiental da UNIFEV mostrou muito conhecimento sobre o tema, e da importância dessas práticas para o setor de móveis. Mostrou diversos projetos como monitoramento de lençol freático em zona urbana, arborização de APP do Campus Universitário da UNIFEV (que é cercado por distritos industriais), gerenciamento de resíduos sólidos da UNIFEV (com a intenção de levar para a indústria), educação ambiental para a cidade universitária. Disse que curso de Gestão Ambiental tem como objetivo a formação de profissionais que tenham competências para análise, implantação e gerenciamento de Sistemas de Gestão Ambiental, elaboração de diagnósticos e proposições técnico-científicas voltadas à prevenção e à minimização de poluição ambiental, principalmente no setor industrial. Porém demonstrou desânimo quanto à absorção e entendimento do tema pelos empresários e a dificuldade de “entrada” nas empresas. Disse que a questão ambiental não é de interesse dos empresários, e inclusive da AIRVO. Os ganhos econômicos estão acima de qualquer coisa, comentou o coordenador. E ainda que sem a “entrada” da UNIFEV nas empresas não se pode fazer muita coisa.

Finalizou dizendo que falta muita coisa para aplicação de uma gestão socioambiental, e que o Pólo de móveis de Votuporanga está longe de adotar tais práticas. Faltam incentivos, leis, gestores e trabalhadores conscientes.

4.2.5 Ministério do Trabalho

O questionário para o representante do Ministério do Trabalho foi formulado com objetivo de entender a ação da instituição no setor moveleiro, quais as condições de trabalho pela ótica do entrevistado, quais os acidentes frequentes no setor, qual o

posicionamento das empresas perante os riscos sociais da atividade e suas perspectivas futuras.

Quadro 19: Identificação pessoal do representante do Ministério do Trabalho

Atuação: Fiscal do Trabalho		
Idade: 42	Nacionalidade: Bras.	Sexo: (X) Masc () Fem.
Grau de escolaridade: Pós-graduado		Área de formação: Direito

O fiscal do trabalho apresentou as principais funções exercidas, que são baseadas na fiscalização das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores. Apresentou informações positivas quanto à formalização dos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho.

Afirmou que as empresas do setor moveleiro estão praticando ações principalmente de prevenção de acidentes e controle de ruídos. Mas disse que a fiscalização é mais intensa quando recebem denúncias anônimas.

Confirmou a diminuição de casos de acidentes de trabalho, porém esporadicamente acontecem casos, principalmente pela desatenção dos funcionários e falta de treinamento e capacitação.

O fiscal do trabalho mostrou-se confiante na diminuição de acidentes, trabalhadores informais e conscientização dos empresários, e afirmou ter pouca contingência para fiscalização, porém, maior rigor na legislação trabalhista.

4.2.6 SEBRAE

Para o SEBRAE foi formulado um questionário com as mesmas questões formuladas para o poder executivo, AIRVO e UNIFEV. Buscando avaliar o entendimento do tema pela instituição, seus projetos, ações e práticas, a visão da instituição quanto à absorção do tema pelos empresários do setor e os desafios para uma gestão socioambiental.

Quadro 20: Identificação pessoal do representante do SEBRAE

Atuação: Consultora		
Idade: 32	Nacionalidade: Bras.	Sexo: () Masc (X) Fem.
Grau de escolaridade: Pós-graduada		Área de formação: Comunicação

A consultora do SEBRAE conceitua Responsabilidade Socioambiental como desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental. Mostrando um desconhecimento do que é desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Disse que o SEBRAE tem uma ferramenta chamada SGA – Sistema de Gerenciamento Ambiental, que trabalha conceito de gestão ambiental que será realizado em 2010 em 16 empresas do setor.

Comentou que o tema é absorvido pelos empresários, porém a prática deveria ser exercida constantemente. O que leva a um entendimento que a questão socioambiental é tangenciada pelos empresários do setor.

A consultora do SEBRAE conceituou como o principal desafio para uma gestão socioambiental, mas uma vez, a conscientização dos empresários, falta de legislação e incentivos públicos.

4.3 Olhares sobre a pesquisa

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que a realidade das empresas moveleiras de Votuporanga tem um relevante o grau de importância econômica e social para o município. Somente nas empresas pesquisadas encontram-se 1525 pessoas ocupadas e a produção e a lucratividade das mesmas cresceram ou permaneceram estáveis na grande maioria.

As empresas entrevistadas produzem móveis com a madeira como principal matéria prima, e os principais produtos são estofados, móveis em geral e dormitórios. Dessas empresas, no total de 23, 21 são pequenas e 2 são médias. Ficou demonstrado também, a grande participação de mulheres ocupadas, principalmente por empresas fabricantes de estofados por necessitarem muito de costureiras, posição quase sempre ocupada por pessoas do sexo feminino.

A maioria das empresas, para a fabricação de móveis com predominância de madeira, compram essa matéria prima dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ou seja, madeira nativa que causa impactos socioambientais de grande proporção.

Foi observado que grande parte dos empresários possuem curso superior completo e alguns com pós-graduação, mostrando um grau elevado de instrução que poderia facilitar um processo de conscientização para aplicação de práticas socioambientais.

Quanto ao conhecimento do tema socioambiental ficou demonstrado um grau baixo de aproximação, entendimento e relevância do tema pelos empresários. A maioria desconhece o conceito e que no atual cenário econômico o investimento na área socioambiental não é sinônimo de lucratividade, não é essencial para a melhoria da competitividade de seu negócio e melhora a imagem da empresa. Dos 23 entrevistados apenas 7 (30%) disseram que sim, argumentando que conquistaram ou perderam clientes pelo fator socioambiental, ou seja, a exigência do comprador. Foi verificado que o fator principal para conquista de clientes é o preço.

Nas ações e práticas socioambientais existentes nas empresas do pólo, foi verificado que o foco principal das empresas esta na segurança do trabalhador, justamente a área que sofre mais fiscalização e que as conseqüências para o empresário são maiores, como por exemplo, um empresário comentou: “foi indiciado civil e criminalmente depois que um funcionário perdeu o dedo em uma maquina na produção”.

Quanto aos desafios para investimento socioambiental, a principal causa segundo os empresários, é a falta de incentivo principalmente financeiro. Verificou-se que se o poder público criasse algum tipo de incentivo, a situação seria diferente. Além da falta de incentivo, os custos para implementação de uma gestão socioambiental são um desafio muito grande pra empresas de pequeno porte.

Ainda na falta de incentivos, as instituições não fomentam o tema socioambiental. Segundo os empresários a tentativa maior é da UNIFEV, mas a barreira para aplicação de ações socioambientais por parte dos próprios gestores é muito grande.

A grande contradição foi verificada na afirmação que práticas socioambientais são importantes para a empresa, porém não a fazem, por falta de apoio público, capital para investimento e fomento das instituições.

Exceção dessa caracterização, apenas 2 empresas, que são as 2 médias entrevistadas, praticam ações socioambientais em todos os setores. Possuem programas socioambientais exponenciais no setor. Um fator que indica essas ações são os mercados consumidores de seus produtos, que são os Estados Unidos e Portugal que são exigentes na qualidade do produto. Já as empresas que não se preocupam com a questão socioambiental, seus mercados consumidores são os grandes magazines brasileiros e países como Angola e África do Sul, nada exigentes quanto a qualidade do produto e seus processo produtivo.

Quanto aos atores, foi verificada pouca articulação para o fomento de tema socioambiental, alguns projetos e idéias, mas nada praticado e promovido. A fiscalização na área ambiental é pequena, já na área de saúde do trabalhador é grande, por esse motivo as empresas dão maior ênfase na saúde e segurança do trabalho. A UNIFEV é a instituição que tenta com maior atitude aproximar o tema no cotidiano do pólo moveleiro.

Não visualizada na pesquisa de campo nenhuma ação que protagonizasse a questão socioambiental, como:

- Educação Ambiental: com o objetivo de promover a reflexão dos empresários quanto à responsabilidade na prevenção e controle da poluição ambiental;

- Qualidade Ambiental: como um conjunto de ações relacionadas à questão ambiental, são elas: serviços de informação, assessoria técnica e tecnológica na implantação de sistemas de Gestão Ambiental ou Tecnologias Ambientais, Serviços Laboratoriais e Pesquisa Aplicada, cobrindo um amplo espectro de necessidades e oferecendo às empresas do pólo uma variada gama de soluções ambientais, bem como diminuição dos desperdícios de resíduos;

- Diagnóstico dos resíduos gerados na indústria moveleira: como um levantamento da quantidade, tipos, aproveitamento e tratamento dos resíduos sólidos gerados pela indústria moveleira;

- Criação da Central de Resíduos: como uma área, onde todas as empresas da região possam depositar os resíduos gerados a partir de madeiras, chapas de aglomerado, MDF e compensados, tintas, plásticos e papel. Todo este material, depois de depositado, deverá ser separado conforme o tipo, madeira, papel, plástico e tinta, para posteriormente passar pelos vários processos de reciclagem;

- Bolsa Escola SENAI/AIRVO: como instituir Programa de Bolsa Escola SENAI/AIRVO para alunos dos cursos promovidos pelo SENAI/CEMAD – Unidade de Votuporanga (Cursos Design de Móveis, Técnico Produtivo, etc.);

- Bolsa para cursos UNIFEV: como instituir Programa bolsa para alunos dos cursos superiores da UNIFEV. A contrapartida do aluno será a execução de pesquisas sobre temas de interesse do Pólo;

- Capacitação da mão-de-obra: treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra do pessoal ocupado nas indústrias moveleiras. Capacitação nas seguintes áreas: contabilidade, administração de empresas, gerência de produção, custos na indústria moveleira, empreendedorismo, design no mobiliário, mecânico de máquinas industriais,

vendas, marketing, aumento de produção, departamento de pessoal, tecnologia da informação

- Palestras sobre Associativismo e Cooperação: com o objetivo de promover a aproximação e estimular os relacionamentos entre empresas, empresários, lideranças (instituições, entidades, sociedade civil organizada) e sociedade em geral;

- Palestra e/ou curso sobre Tecnologia Social: Curso inserido no contexto do associativismo/cooperativismo. Com objetivo de melhorar o produto, método, processo ou técnica criados para solucionar algum tipo de problema social e que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado – que neste caso será utilizado na cooperativa popular que se pretende formar;

- Responsabilidade Social no Pólo: Promoção de palestras e estimular ações que desenvolvam a cultura e a prática da responsabilidade social nas empresas do pólo, com objetivo de atingir os 7 indicadores da Responsabilidade Social, são eles: valores; transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade.

Pela cidade ser referência na produção de móveis no Brasil, o poder público municipal e a associação patronal deveriam “cuidar” com maior atenção.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema socioambiental nas empresas, nos últimos anos, transformou-se em um dos diferenciais entre as organizações empresariais modernas que buscam o equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais. Por outro lado, no setor moveleiro esse tema é tratado de forma tangenciada como podemos observar nesse estudo no Pólo produtor de móveis de Votuporanga-SP.

Para a realização do estudo sobre o entendimento, a proximidade e a relevância da questão socioambiental das empresas moveleiras da cidade de Votuporanga, o ponto de partida foi que em função das carências das empresas desse setor em termos de recursos econômicos e de desenvolvimento, a maior parte delas desconhece, não se interessam e não programam práticas de gerenciamento social e ambiental. E também, o apoio institucional dos atores envolvidos no fomento do pólo não implicam em ações socioambientalmente responsáveis. Na pesquisa aplicada para as empresas e os atores envolvidos, essa hipótese foi revelada.

Foi constatado que grande parte das empresas não tem conhecimento do conceito Responsabilidade Socioambiental, e tampouco demonstraram uma relevância significativa para o tema. No atual cenário econômico o investimento em questões socioambientais não significa ganhos de mercado, lucratividade ou melhoram a imagem das empresas para os empresários entrevistados. A relevância maior está na formação de preço, esta a única exigência dos consumidores de móveis produzidos na cidade.

Como as características mais marcantes da indústria moveleira são uma produção de base tradicional, empresas familiares, micro e pequenas no tamanho e não possuem muito capital para investimentos, a dificuldade para aplicação de uma gestão socioambiental pode ser explicada justamente por essa caracterização. Muitas empresas visualizam uma gestão socioambiental como um custo ou gasto adicional que o retorno viria a um prazo muito longo, inviável para o setor.

Ficou demonstrado que a falta de disseminação, incentivos, apoio e principalmente a falta de fiscalização e legislação mais rigorosas são os principais desafios para adoção de uma gestão socioambiental nas empresas moveleiras do pólo estudado.

Nesse sentido, o apoio institucional é de fundamental importância para uma mudança nesse cenário. Com incentivos principalmente técnicos e financeiros, como palestras, cursos, crédito, na tentativa de aproximar o tema socioambiental para as

empresas e na demonstração da importância da ação e prática nesse viés, além de uma maior fiscalização e legislação, a fotografia do pólo seria outra.

Porém, os atores pesquisados, que foram a Prefeitura Municipal representada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, pela Secretaria de Planejamento Urbano e pela Superintendência de Água e Esgoto; a Associação Patronal do setor moveleiro de Votuporanga – AIRVO; a CETESB, a Universidade local - UNIFEV; o Ministério do Trabalho e o SEBRAE, não demonstraram práticas efetivas e um posicionamento direcionado para aplicação em maiores proporções de incentivos, fiscalização, fomento, enfim, um “cuidado” mais profundo com a questão socioambiental no Pólo moveleiro de Votuporanga.

Os impactos socioambientais na indústria moveleira são muito relevantes, mas infelizmente, ao mesmo tempo, tratado como coadjuvantes. O setor público, principalmente municipal, não está comprometido no exercício de políticas que fomentem a questão socioambiental, desde uma fiscalização maior, incentivos técnicos e financeiros. E por ser um reconhecido pólo produtor de móveis no Brasil, de suma importância econômica e social para o município, a compreensão desse tratamento tangenciado fica dificultada, principalmente depois de verificado com o auxílio da pesquisa de campo o entendimento e relevância do tema socioambiental pelos empresários, as ações e práticas das empresas e atores, a falta de incentivos e a origem da madeira (grande parte oriunda do Estado do Mato Grosso, ou seja, madeira nativa).

Apenas tentativas isoladas e alguns projetos puderam ser observadas, principalmente da UNIFEV e do Ministério do Trabalho. A primeira com cursos, palestras, pesquisas, aproximação com as empresas, porém existe uma barreira alicerçada pelos empresários e construída pela Associação Patronal que impede uma ação mais ativa da UNIFEV. Já com o Ministério do Trabalho, a situação muda. A segurança e saúde do trabalhador podem ser verificadas com mais intensidade nas empresas, pela fiscalização e legislação favorável ao trabalhador e alta probabilidade de prejuízos legais e financeiros para os empresários. Sendo assim, ações e práticas voltadas para a saúde e segurança do trabalhador são mais notórias, mas, longe de fazerem parte da política socioambiental das empresas.

A CETESB atua apenas como licenciadora ambiental, ou seja, apenas para obtenção do licenciamento ambiental as empresas se mobilizam, depois da conquista de tal licença a fiscalização praticamente não existe.

O SEBRAE está focado na competitividade e na conquista de novos mercados para o setor moveleiro da cidade, deixando, mais uma vez, a questão socioambiental tangenciada. Alguns projetos estão sendo planejados, porém, sem previsão para execução.

Com a AIRVO a situação é ainda pior, ficou nítida a desmotivação com o tema, com a coletividade expressada há alguns anos atrás e com a barreira criada pelos empresários em relação ao tema, restando para a Associação Patronal, deixar para outras instituições ações socioambientais efetivas.

Tampouco o Poder Executivo demonstrou uma tendência pró-ativa na questão socioambiental. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico não fomenta e incentiva financeiramente o tema, a Secretaria de Planejamento Urbano apesar de contar com um programa de fiscalização da origem da madeira e outro de coleta seletiva de resíduos sólidos, não foi verificada uma aplicabilidade eficiente. Na pesquisa de campo ficou constatado que a maior parte das empresas utiliza madeira do Estado do Mato Grosso, ou seja, nativa, pela fiscalização os números deveriam ser outros. E ainda a pesquisa constatou que grande parte das empresas não tem onde destinar seus resíduos, mas, se existe a coleta seletiva feita pela prefeitura, todas as empresas deveriam ter para onde destinar seus resíduos, essa situação nos remete a imaginar que ou não há divulgação, ou exigência, ou ainda descompromisso empresarial.

Ainda sobre o Poder Executivo, a SAEV, por ter um setor específico de meio ambiente e há poucos meses a autarquia ser renomeada como SAEV AMBIENTAL, as ações para o setor moveleiro ainda não existem.

As exceções empresariais verificadas são duas empresas do mesmo grupo, que, em todos os aspectos que caracterizam o setor moveleiro elas não se enquadram. Possuem base tecnológica, são de tamanho médio (mais de 150 funcionários), não são familiares e possuem um significativo capital para investimento, possui uma política de gestão socioambiental muito relevante, com ações e práticas em todas as áreas da empresa como na produção, nas compras, nos recursos humanos, nas finanças, no marketing, e seus consumidores exigem um funcionamento nesse sentido. Dessa forma, a hipótese formulada foi mais uma vez conferida.

Quanto ao objetivo geral desse trabalho, que foi de identificar e avaliar o conhecimento, a compreensão e a relevância do tema socioambiental para as empresas moveleiras de Votuporanga, além de avaliar como pensam, agem e fomentam os atores envolvidos no desenvolvimento do pólo no que tange dimensão socioambiental no

processo de gestão das empresas da indústria de móveis de Votuporanga-SP, foi realizado e as conclusões acima descritas.

E quanto aos objetivos específicos, que surgiram como complementos do objetivo geral, que foram o de identificar e analisar o perfil das empresas moveleiras cidade de Votuporanga e dos atores que participam no desenvolvimento do pólo; identificar e avaliar os principais desafios para agregar valor à gestão social e ambiental na indústria de moveis de Votuporanga e identificar os principais impactos socioambientais associados à atividade do setor moveleiro e possíveis práticas e ações socioambientais nesse pólo, também foram alcançados e especificados.

Com os objetivos alcançados, a hipótese constatada, algumas conclusões e reflexões puderam ser extraídas do estudo como: a falta de informações e orientações sobre o tema socioambiental; a percepção dos empresários de ganhos competitivos e sustentabilidade de seu negocio na aplicação de uma gestão socioambiental; a não exigência do mercado consumidor de produtos com valor socioambiental agregado; faltam políticas socioambientais para o setor, bem como ferramentas de gestão e projetos socioambientais para a comunidade de entorno adequada ao perfil empresarial da indústria moveleira; a fiscalização e legislação principalmente no âmbito ambiental são muito tímidas, exercida somente no licenciamento ambiental.

Por fim, o estudo contribui para a observação das questões socioambientais na indústria moveleira, mostra a fragilidade, o distanciamento, o não entendimento e a irrelevância do tema para os empresários e infelizmente para os atores envolvidos na fiscalização, fomento e desenvolvimento do setor. Especificamente na atividade moveleira, verificamos desafios perenes, que com algumas doses de conscientização e fomento do setor público teríamos um setor sustentável, rentável e principalmente responsável.